

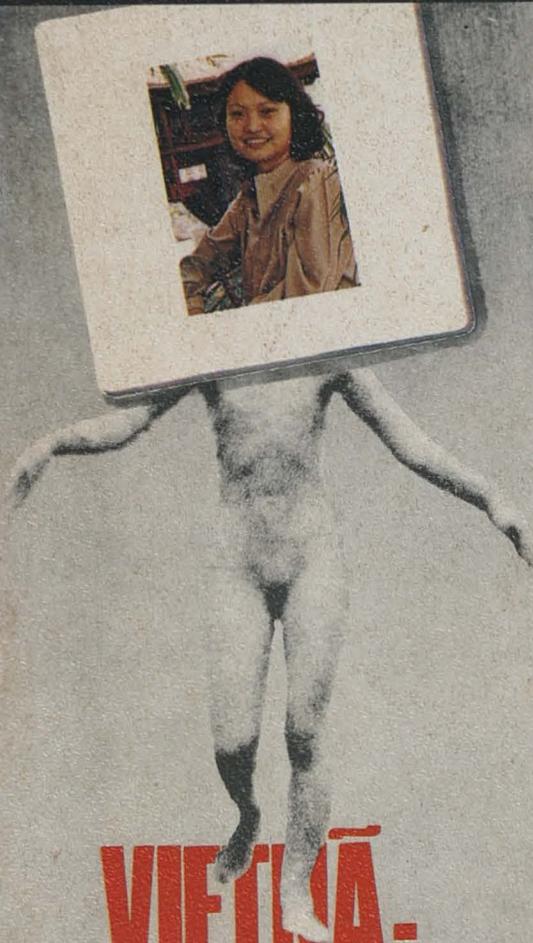
Manaus, Santarém, Rio Branco, Alamiã,
Boa Vista, Macapá, Porto Velho - Cr\$ 7.800

cadernos do

terceiro mundo

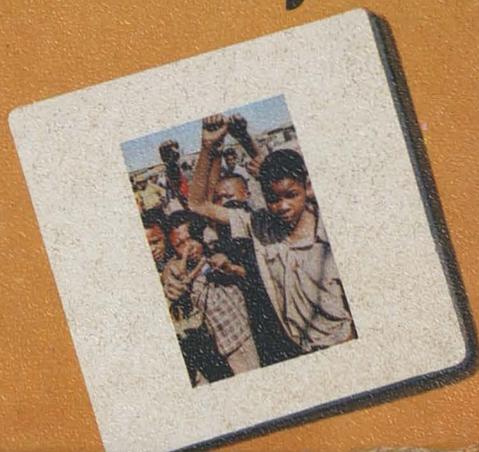
Cr\$ 6.500 • Ano VIII • nº 82

*El Salvador:
a guerra nas cidades*



**VIETNÃ:
AS CICATRIZES
DA GUERRA**

**APARTHEID:
UM REGIME
EM
PEDAÇOS**



Não existe nada mais precioso para um povo do que a sua liberdade.



Diamantes de Angola
A Serviço da Reconstrução Nacional

Vietnã e África do Sul: dois grandes temas do momento

Durante muito tempo nós alimentamos o projeto de fazer uma edição dedicada ao Vietnã. Como acontece em geral, os movimentos revolucionários só atraem a atenção das grandes agências de notícias enquanto estão na luta pelo poder, quando há confrontos, bombas, mortes, ofensivas e contra-ofensivas. Mas a partir do momento em que essas forças chegam ao governo, quando começa a batalha pela construção — ou reconstrução — nacional, já não são mais "notícia". As dificuldades do dia-a-dia da transformação da economia de guerra numa economia a serviço do desenvolvimento, o desafio da mudança social, isso não aparece no noticiário. Foi assim com a Argélia, com o Congo, e com tantos outros processos que depois de terem ocupado as principais manchetes internacionais do mundo, caíram no esquecimento forçado dos monopólios da comunicação. Foi exatamente isso que aconteceu com o Vietnã durante todos esses anos, e só a lembrança da data dos dez anos da vitória tirou do anonimato a revolução de um povo que carrega o ônus de

ter vivido quase todo este século em guerra. Limitações da nossa parte e também dos próprios vietnamitas tornaram impossível a realização dessa reportagem antes. Coincidiu, assim, com o ano em que se comemora a primeira década da vitória. Carlos Pinto Santos, da nossa equipe sediada em Lisboa, passou os últimos dois meses no Vietnã e nos traz esta reportagem "forçosamente limitada", segundo as suas próprias palavras, mas que permite uma aproximação aos fatos e dados que mostram o perfil desse país "dez anos depois". Apesar da importância do dossiê Vietnã, a capa desse número ficou dividida com outro grande tema dos nossos dias, a virtual insurreição das massas negras exploradas sul-africanas contra o regime do *apartheid*, que está tendo um custo mínimo de dois mortos por dia nas diferentes cidades da República Sul-Africana. As repercussões no mundo da crise no *apartheid* e uma avaliação das suas possíveis consequências fazem parte do nosso Especial, dedicado a esse problema.

Publicações com informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes, destinadas a consolidar uma Nova Ordem Informativa Internacional

Diretor Geral: Neiva Moreira

Diretor Geral Adjunto: Pablo Piacentini

Editora: Beatriz Bissio

Sub-Editores: Carlos Castilho (África)
Roberto Remo Bissio
(América Latina)

Conselho Editorial Internacional

Darcy Ribeiro
Juan Somavía
Henry Pease García
Aquino de Bragança
Wilfred Burchett (1911-1983)

Revista mensal nº 82
Setembro - 1985
Preço de capa: Cr\$ 6.500
Nºs atrasados: ao preço
do último exemplar

Coordenador de Produção

José Carlos Gondim

Redação permanente:

Claudia Neiva, Roberto Bardini, Horacio Castellanos Moya, Baptista da Silva, Carlos Pinto Santos, Guiomar Belo Marques, Cristina Canoura, Eduardo Varela, Raul Gonçalves

Departamento de Arte:

Sônia Freitas (editor), Miguel Efe, Vanda Freitas

Produção Gráfica: Samaral

Centro de Documentação:

Lídia Freitas, Eunice H. Senna, Jessie Jane V. de Souza (Brasil), Cristina Assis (Portugal), Sybille Flaschka (México)

Composição:

Ronaldo Fonseca

Colaboradores: Gregorio Selser, César Arias Quincot, Cedric Belfrage, Fernando Molina, Mark Fried, Moacir Werneck de Castro, Eduardo Molina y Vedia, Ash Narain Roy, Alberto B. Marantoni, Maluza Stein, Sol Carvalho, José Monserrat Filho, Herbert de Souza, Theotônio dos Santos, Ladislau Dowbor, Luis Maira, Roger Rumrill, David Fig, A.W. Singham, Alex Mashinini, Laurine Platsky, Ana María Urbina, Lígia Chaves, Francesca Gargallo, Jim Cason, Sam Ramsamy, Grívia Kuncar, Hugo Neves, Otoniel Martínez, Deborah Hittington, Alan Nairn, Rodrigo Jaubert, Ezequiel Dias, Alice Nicolau, João Melo, Mia Couto, Luis Moita, Orlando Senna, Rodolfo de Bonis, Ravindran Casinader, Phill Harris, Abdul Nafey, Francisco C. Gomes, Jorge A. Richards, Claude Alvarez, Carlos Núñez, Pablo Martínez, Mario de Cautin, Julio Rossiello, Peter Law, Agostinho Jardim Gonçalves, Nils Castro, Octavio Tostes, Ricardo Bueno, M. Venugopala Rao, Narinder Koshla, Nilton Santos

Correspondentes:

Argentina: Horacio Verbitsky
Lavalle 1282 - 1er. piso Of. 12 y 14 - Telef: 35-81-94 - Buenos Aires, Capital Federal
Chile: Fernando Reyes Matta
Casilla 16637 - Correo 9 Providencia, Santiago de Chile
Ecuador: José Steinsleger
Apartado 8968, suc. 7 - Torres de Almagro, Quito
Peru: Rafael Roncagliolo
Apartado 270031, Lima-27
Colômbia: Guillermo Segovia Mora
Apartado Aéreo 10465 - Telef: 285-66-14 - Bogotá
Nicarágua: Arquêles Morales
Apartado 576 - Manágua
Estados Unidos: Gino Lofredo
1648 Newton St. N.Y. Washington D.C. 20010
Moçambique: Etevaldo Hipólito
Rua de Pina 109, Sommerchild, Maputo

Circulação em 70 países

cadernos do terceiro mundo utiliza os serviços das seguintes agências: ALASEI (América Latina), ANGOP (Angola), AIM (Moçambique), INA (Irã), IPS (Inter Press Service), PRESSUR (Uruguai), SALPRESS (El Salvador), SHIHATA (Tanzânia), WAPA (Palestina) e o pool de agências dos países não-alinhados. Mantém também intercâmbio editorial com as seguintes revistas: Africa News (Estados Unidos), Nueva (Ecuador), Novembro (Angola), Tempo (Moçambique), Altercom (Ilet-México-Chile) e Third World Network (Malásia).

Capa: Abaeté Propaganda

Fotos de capa: Carlos Pinto Santos e Durand/Sipa Press

EDIÇÕES REGIONAIS

• *Edições em português*

BRASIL

Diretor e Editor:

Neiva Moreira

Sucursais:

Paulo Cannabrava Filho

Caixa Postal 60086 CEP 05033 - São Paulo

Clovis Sena - Brasília

Circulação, Assinaturas e Promoção

Henrique Menezes, Inácio dos Santos, Macário Costa

Fotolito e Impressão

Ébano Gráfica e Editora Ltda. - Rua Gal. Bruce, 799

Tel.: 580-7171

Editora Terceiro Mundo Ltda.

Rua da Glória, 122 / 105-106 - CEP 20241 Rio de Janeiro

RJ - Telef: 242.1957 - Telex: 21-33054 CTMB-BR

ANGOLA, CABO VERDE,

GUINÉ-BISSAU, MOÇAMBIQUE E PORTUGAL

Editor:

Artur Baptista

Tricontinental Editora Ltda.

Calçada do Combro, 10/19 - Lisboa - 1200 - Telef: 32-06-5

Telex: 42720 CTM-TE-P

• *Edições em espanhol*

MÉXICO, CARIBE, AMÉRICA-CENTRAL

Editor:

Rubén Aguilar

Gerente Geral:

Roberto Castellanos F.

Editores do Suplemento Centro-Americano

Roberto Bardini, Horacio Castellanos Moya

Correspondência:

Apartado 20572 - 01000 México, D.F.

Impresso em:

Litográfica Cultural - Isabel la Católica, 922, México, DF

Editorial Periodistas del Tercer Mundo

California 98 A - Colonia Parque San Andrés, Coyoacán

Telef: 689-1740 - 04040 México, D.F.

RIO DA PRATA

Diretores:

Gerônimo Cardoso, Roberto Remo Bissio

A.C.U. S/A

Avda. 18 de Julio 1263, 3er piso - Montevideo, Uruguay

DISTRIBUIDORES

ANGOLA: EDIL - Empresa Distribuidora Livreira UEE, Rua da Missão, 107/111 - Luanda. **BELIZE:** Cathedral Book Center, Belize City. **BÉLGICA:** SEUL, Bruxelas. **BOLÍVIA:** Tecnolibros S.R.L., Casilla de Correo 20288, La Paz. **BRASIL:** Fernando Chinaglia Distribuidora S.A., Rua Teodoro da Silva, 907, Rio de Janeiro. **CANADÁ:** Coop-Books Shop, Winnipeg. **COLÔMBIA:** Guillermo Segovia Mora, Bogotá. **COSTA RICA:** Centro Popular de Educación "Vecinos", San José. **EQUADOR:** DINACUR, Quito. **EL SALVADOR:** Librería Tercer Mundo, 1ra. Calle Poniente 1030, San Salvador. El Quijote, Calle Arce 708, San Salvador. **ESTADOS UNIDOS:** Prairie News Agency, Chicago, Ill. Bread and Rose, San José, CA. Modern Times, San Francisco, CA. Grass Roots Events, San Diego, CA. Book Center, San Francisco, CA. Librería del Pueblo, New Orleans, LA. New World Resource Center, Chicago, Ill. Food for Thought, Amherst, MA. Dinkytown News, Minneapolis, MN. Red and Black, Washington, DC. Bookworks, San Francisco, CA. **FRANÇA:** L'Harmattan Libraire Center. Paris. Ekinoc, Biarritz. **GRÃ-BRETANHA:** Latin American Book Shop, 29, Islington Park Street, Londres. **GUINÉ-BISSAU:** Departamento de Edição-Difusão do Livro e Disco, Conselho Nacional da Cultura, Bissau. **HOLANDA:** Athenaeum Boekhandel, Spui 14-16, Amsterdã. **HONDURAS:** Roberto Sosa, Tegucigalpa. **ITÁLIA:** Paesi Nuovi, Roma. **MEXICO:** Mais de 100 livrarias em todo país. **MOÇAMBIQUE:** Instituto do Livro e do Disco, Av. Ho Chi Minh 130, Maputo. **NICARÁGUA:** Imelsa, Manágua. **PANAMÁ:** Ediciones C.C.S., Panamá. **PERU:** Distribuidora Runamarca, Camaná, 878, Lima 1. **PORTUGAL:** Djornal, Rua Joaquim António de Aguiar, 66, Lisboa. **PORTO RICO:** Librería Paliques, Ponce. **La Tertulia, Río Piedras.** **REPÚBLICA DOMINICANA:** Fondo Editorial, São Domingos. **CEDEC, São Domingos.** **REPÚBLICA FEDERAL DA ALEMANHA:** Con-Vertrieb, Bremen. **S. TOMÉ E PRÍNCIPE:** Ministério de Informação e Cultura Popular. **SUÉCIA:** Librería Latinoamericana, Estocolmo. **URUGUAI:** Heber Berriel Y Nery Martínez, Paraná, 750, Montevideo. **VENEZUELA:** Publicaciones Españolas S.A., Caracas.

Aproveite já!

Nova promoção com mais brindes

VOCÊ CONSEGUE:	E GANHA DE BRINDE:
3 assinaturas da revista	1 assinatura da revista + 4 semanas de Jornal do País, ou os 4 livros da "Estante do Terceiro Mundo" (veja no verso desta página) + 4 semanas do Jornal do País
2 assinaturas da revista	1 livro da "Estante do Terceiro Mundo" + 4 semanas do Jornal do País
1 assinatura da revista	4 semanas do Jornal do País

Envie-nos preenchidos os 4 cupons abaixo. Junte a eles cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) no valor correspondente aos pedidos efetuados, em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda. Caso deseje fazer um pedido individual utilize apenas um cupom.

CUPOM DO BRINDE

Desejo uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**. Minha opção de pagamento é de:

() 02 parcelas de Cr\$ 35.000,. A 1ª parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central. (A 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde)

() À vista, com desconto, por Cr\$ 65.000, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: Cep: Profissão: Tel.:

Desejo uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**. Minha opção de pagamento é de:

() 02 parcelas de Cr\$ 35.000,. A 1ª parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central. (A 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde)

() À vista, com desconto, por Cr\$ 65.000, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: Cep: Profissão: Tel.:

Desejo uma assinatura anual de **cadernos do terceiro mundo**. Minha opção de pagamento é de:

() 02 parcelas de Cr\$ 35.000,. A 1ª parcela juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central. (A 2ª parcela será cobrada por banco, para pagamento em 30 dias. Aguarde)

() À vista, com desconto, por Cr\$ 65.000, enviados juntamente com este cupom por cheque nominal ou vale postal-ag. central

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: Cep: Profissão: Tel.:

De acordo com esta promoção, estou remetendo Cr\$ em () cheque nominal ou () vale postal-ag. central - em nome da Editora Terceiro Mundo Ltda.

Considerando a eventualidade de alguns dos pedidos serem parcelados, aguardo a remessa do brinde a que tenho direito assim que as assinaturas estiverem quitadas.

Brinde escolhido:

Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: Cep: Tel.:

estante do terceiro mundo

O reembolso que leva sua leitura a sério e... com desconto!

Desejo receber pelo reembolso postal os livros assinalados com os descontos a que tiver direito segundo a tabela publicada no anúncio originário.

"Estante" da revista nº 82, válida exclusivamente para pedidos no período de circulação da mesma.

Código	Quantidade

● Forte a cobrar sobre valor líquido, isto é, deduzido de desconto se houver.

● Comprador: não-assinante
 já assinante
 assinante novo:

estou remetendo juntamente com este pedido o cupom de assinaturas preenchido e o cheque nominal ou vale postal referente à assinatura.

Nome: Data / /

Profissão: Idade:

Endereço:

Cidade: Estado: CEP: Ass. do Comprador

Editora Terceiro Mundo Ltda., Rua da Glória, 122 - grupo 105/106 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 20241

TABELA DE DESCONTOS

- 10% para "não-assinantes" em 3 livros ou mais.
- 15% para "assinantes" na compra de 2 livros.
- 20% para "assinantes" em 3 livros ou mais.

Assine cadernos pelo cupom próprio no interior da revista e passe a ter direito ao desconto especial de assinante (até 20%) desta seção.

A HISTÓRIA ME ABSOLVERÁ

Fidel Castro

Discurso de defesa de Fidel ante o tribunal de exceção do governo do Fulgencio Batista, por ocasião do simulacro de julgamento a que foi submetido pela ditadura cubana por ter comandado o assalto ao Quartel Moncada em 26/07/53. É uma vibrante defesa da democracia, uma denúncia contundente da violência policial, da corrupção governamental, do desprezo à lei e à vida humana. 112 pp.

E-61 Cr\$ 20.000



CUBA: ANOTAÇÕES SOBRE UMA REVOLUÇÃO

Eric Nepomuceno

"Nada existe aqui que alimente as chantagens ideológicas destinadas a perpetuar a humilhação de muitos por poucos, mas tampouco são estas as crônicas do Paraíso Terrestre. As onze anotações de Eric Nepomuceno não dão argumentos e desculpas ao egoísmo e à indiferença, nem apresentam certezas mentirosas para salvar os covardes da dúvida." (Eduardo Galeano). 176 pp.

E-59 Cr\$ 30.000



CONTRA VENTO E MARÉ

Grupo Areito

Obra coletiva de 47 jovens cubanos levados para o exílio, por seus familiares, à época da revolução. O livro apresenta a visão dos que, embora vivendo "no meio de uma das comunidades mais reacionárias do mundo", reencontram-se com suas origens nacionais e culturais e, contra todas as probabilidades, identificaram-se com o processo revolucionário cubano. 204 pp.

E-60 Cr\$ 35.000

O PROBLEMA DA VERDADE - TEORIA DO CONHECIMENTO

Jacob Bazarian

O autor examina a verdade e seu critério (a práxis) à luz do materialismo dialético criativo e - pela primeira vez na história da filosofia - faz uma análise científica do papel da intuição no processo do conhecimento. Apresenta uma teoria original, que chama de intuição heurística, como método para descobrir a verdade e encontrar a solução de problemas pessoais e profissionais de qualquer espécie. 224 pp.

E-62 Cr\$ 35.000



- 6 **Cartas**
-
- 8 **Panorama Tricontinental**
-
- 13 **Editorial — “Apartheid”: a hora da solidariedade mundial**
-
- 16 **Matéria de capa — Vietnã hoje, Carlos Pinto Santos, enviado especial**
-
- 18 As cicatrizes da guerra
- 38 As quatro questões externas
- 42 Memória de Son My-My Lai
- 46 Os sonhos de uma jovem
- 50 Os amigos não se esquecem
- 55 A legendaria Trilha Ho Chi Minh

América Latina

- 59 El Salvador: Luta de massas e guerra urbana, *Horacio Castellanos Moya*

África

- 66 Uganda: A nova era de incertezas, *Carlos Castilho*

Economia

- 72 Dívida: os primeiros passos para a unidade, *Theotonio dos Santos*
- 76 Notas

Cultura

- 77 Prêmio Casa das Américas

Comunicação

- 78 “Missão Secreta” e “Trovão Azul”: a serviço de Reagan, *Roberto Machado Júnior*
- 80 Notas

- 81 **Livros do 3º Mundo**
-

- 82 **Revistas do 3º Mundo**
-

- 84 **Especial — África do Sul: Um regime em pedaços**
-

- 85 O governo encurralado, *Govin Reddy*
- 90 O cerco internacional
- 93 A religião e o apartheid
-
- 96 **Humor**
-



Obote e a crise em Uganda



“Trovão Azul” e a política externa dos EUA



A pior crise no apartheid

Congratulações dos vereadores de Pouso Alegre

Recebemos a seguinte mensagem de congratulações da Câmara Municipal de Pouso Alegre (MG), proposta pelo vereador Francisco E. Barboza Filho, e que nos fora encaminhada pelo presidente da mesma, Firmo da Motta Paes.

A equipe dos cadernos agradece a mensagem que, assim como as cartas de apoio enviadas pelos nossos leitores, constituem para nós um alento para prosseguirmos no nosso trabalho jornalístico e simultaneamente, um desafio de continuarmos sempre à altura das expectativas de todos vocês. Nossos agradecimentos.

Os editores

Requerimento Nº 2.428

Senhor Presidente:

O Vereador que este subscreve, requer, consoante disposições regimentais, após ouvido o Plenário, seja encaminhado o presente Requerimento de Congratulações ao Exmo. Sr. Neiva Moreira, DD, Diretor-Geral da Editora Terceiro Mundo Ltda., sediada na Rua da Glória, nº 122 - Grupos 104/105/106, no Rio de Janeiro, extensivos aos demais componentes da mesma editora, que vem alcançando a finalidade a que se propôs, que é a de levar a todos os países do mundo, principalmente os do Terceiro Mundo, informações e análises das realidades, aspirações e lutas dos países emergentes.

Nossos votos para que a Editora Terceiro Mundo Ltda. soerga cada vez mais alto a sua voz, em benefício dos povos oprimidos.

Sala das Sessões, 12.08.85.

Dr. Francisco Ernesto Barboza Filho - Vereador.

Carta do Mês

Condenação ao apartheid

Nós, negros, pertencentes a entidades afro-brasileiras no estado do Espírito Santo, reunidos em Assembleia Geral no dia 29 de julho de 1985, manifestamos nossa condenação e repúdio a mais um ato de *apartheid* com sua última aplicação do estado de emergência, conforme vem noticiando a imprensa brasileira.

A comunidade internacional vem

se manifestando contrária àquela bárbara medida, por entender que muitos negros estão sendo assassinados impiedosamente pela polícia dentro de seu próprio "lar", e nós negros brasileiros, estamos surpresos com a fraca atuação do governo da Nova República com relação ao *apartheid*.

Sabemos que o governo sul-africano se sustenta no regime do *apartheid* (nazista), implantado pelos europeus holandeses e ingleses desde 1948 e que este sistema é condenado internacionalmente pela ONU, como crime contra a humanidade. As potências capitalistas - Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha - protegem lamentavelmente o *apartheid*, devido a razões estratégicas e porque são os maiores investidores na África do Sul.

Diante deste quadro, entendemos que o Brasil não deve nem pode se omitir, pois isso provará o seu desprezo e desrespeito para com a comunidade negra brasileira e internacional.

O sistema do *apartheid* é internacionalmente condenado pelos seguintes crimes:

- 1 - Crime Contra a Humanidade;
- 2 - Crime de Agressão;
- 3 - Crime de Ocupação Ilegal da Namíbia.

O sistema do *apartheid* atravessa fronteiras e vem nos preocupar aqui no Brasil. Isto, porque sabemos dos laços ideológicos, políticos e econômicos que uniram, até então, os governos da África do Sul e do Brasil, como também o apoio que o regime militar deu nestes últimos 20 anos aos refugiados de Moçambique e Angola. Sabemos ainda que com a queda do *apartheid*, os seus refugiados têm planos de virem para a América do Sul aplicar seus capitais, principalmente no nosso "colosso Brasil".

Por isso, condenamos o criminoso *apartheid* e exigimos uma posição mais enérgica da Nova República quanto à situação atual da África do Sul e o *apartheid*. Fim do relacionamento Brasil e África do Sul, diplomático e comercial.

Grupo de Trabalho do Conselho da Comunidade Negra - ES.

Cecun - Centro de Estudo da Cultura Negra - ES.

Associação Ganga-Zumba de Capoeira - ES.

Movimento Negro Novo Quilombo - ES.

Movimento Negro Liberdade.

Movimento Negro Raça.

(Obs.: Este documento foi enviado para as seguintes autoridades: presidente da República, ministro das

Relações Exteriores e governador do Espírito Santo.)

O caso Boff

Foi com grande tristeza e também surpresa que nós católicos, cristãos, e até mesmo ateus, recebemos a notícia da imposição da pena de silêncio ao nosso grande teólogo frei Leonardo Boff. Com frei Boff, foi punida toda a Igreja Pobre e solidária que prega a Justiça e a Fraternidade.

Sabe-se que no caso Boff está em jogo a Teologia da Libertação, que vem recentemente recebendo acusações das mais medíocres. Só poderá entender esta teologia quem a conhece de perto, onde ela se concretiza na prática, ou seja, nas Comunidades de Base, nos mais pobres e oprimidos. A Teologia da Libertação, ou, a Reflexão Teológica dos Pobres, teve um grande mérito, que foi deslocar a teologia das Academias para o meio popular. Passou-se não mais a fazer teologias nas faculdades, mas em cima das práticas concretas da pastoral, nas lutas por libertação. Portanto, toda crítica da influência marxista não passa de pretexto para deturpar um movimento de reflexão e de luta que vem das bases.

(...) Devemos repensar esta condenação da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, de Roma. Será que não existe por trás deste "purismo" doutrinário, o medo de uma Igreja Pobre e despojada? Até que ponto não se invoca a verdade teológica para cobrir questionamentos que incomodam os poderosos? Quando alguns cardeais sobem ao palanque junto com as autoridades não se questiona o aspecto político, mas quando as Comunidades de Base fazem suas reivindicações justas, suas manifestações populares, são acusadas de subversivas e marxistas. Por quê? (...)

Paulo Fernandes Keller (coordenador do Conselho Pastoral da Paróquia São Pedro e São Paulo - Paracambi) - Rio de Janeiro - Brasil.

Clube de Amigos

Somos um grupo de jovens sedentos de cultura e apaixonados por cartões postais e turismo, e temos o propósito de congregar pessoas do Brasil e exterior, para intercambiarmos informações turísticas e cartões postais. Sabemos que é grande o público atingido por cadernos do terceiro mundo, e por isso seria de suma importância para nós a divulgação de nosso Clube por intermédio da mesma. Temos apenas objetivos culturais e, por isso, não cobramos nenhum ti-

po de taxa.

Ailson da Silva — "Barriga Verde Cartofilia & Turismo Clube" — Rua Aristides Francisco Palumbo, 218 — C. P. 438 — Itajaí — SC — CEP: 88.300 — Brasil.

Outros assuntos

Fiquei conhecendo cadernos do terceiro mundo na ocasião em que o presidente da Nicarágua, Daniel Ortega, esteve na UERJ e lá foram distribuídos alguns exemplares de cadernos sobre a Nicarágua. Gostei muito do modo como esta revista retrata os problemas do Terceiro Mundo e me tornei assinante.

Gostaria de pedir reportagens sobre o Brasil (que ao meu ver continua com um espaço muito pequeno nessa revista), sobre os crimes ecológicos realizados em escala cada vez maior no Terceiro Mundo, sobre como a propaganda influi no consumo de alimentos prejudiciais à saúde, sobre as transformações que estão ocorrendo na China, e, apesar de fugir um pouco ao tema da revista, uma reportagem sobre os países da Europa Ocidental.

Para terminar, desejo que contínuem firmes no intuito de informar os habitantes do Terceiro Mundo sobre coisas que as grandes transnacionais da informação procuram esconder.

José Renato F. Pereira — Rio de Janeiro — RJ — Brasil.

Recado à equipe

Conheci a revista cadernos do terceiro mundo em sua edição nº 80 de julho/85 e como a considereei a revista mais atual e mais realista que existe no mercado brasileiro, resolvi escrever para demonstrar o meu interesse pela publicação (...)

Orivaldo Guimarães de Paula Filho — Uberlândia — MG — Brasil.

"A Década da Mulher I"

A equipe dos cadernos do terceiro mundo merece nossos mais sinceros aplausos pela sensacional e completa reportagem de capa "A Década da Mulher". Os homens e as mulheres do Terceiro Mundo sentem-se realmente gratos pela cobertura reveladora e que serviu ao mesmo tempo como uma denúncia. Parabéns aos que fazem a revista, sobretudo pelo caráter de conscientização dos problemas que vivemos. Sucesso!

Rossana Gaia — Maceió — AL — Brasil.

"A Década da Mulher II"

Aproveito a oportunidade para

parabenizar a editora Beatriz Bissio, pela excelente reportagem "A Década da Mulher", editada na revista nº 80. Enfocou os problemas enfrentados pelas mulheres, nos mais diferentes países, evidenciando as suas potencialidades e a desigualdade de direitos que elas têm que enfrentar. Este trabalho deveria ser lido por políticos que estão no poder e por empresários que massacram a mulher para obterem seus lucros e sem ao menos respeitar o direito da mulher de trabalhar com dignidade e ter seus filhos.

Nizar El-Khatib — Campinas — SP — Brasil.

"A Década da Mulher III"

Venho por meio desta missiva, parabenizá-los pela estupenda reportagem de cadernos nº 80 referente à Década da Mulher. Quando eu comecei a ler esta matéria, fui me pondo no lugar dessas grandes sofredoras, e com o enfoque global que vocês deram à questão, realmente não há quem ainda defenda o machismo em si. Sendo eu um dos grandes admiradores e defensores deste sexo, fiquei realmente maravilhado com esta reportagem. Venho agradecer também a reportagem sobre Pretória e sobre a mulher palestina. (...)

Mário Fumanga Chapêu — Rio de Janeiro — RJ — Brasil.

De um leitor na URSS

De início, gostaria de apresentar os meus sinceros cumprimentos à equipe de cadernos. (...) Sou um jovem angolano, e encontro-me atualmente na União Soviética para continuação dos estudos. Outrora, quando me encontrava no meu país, fui um leitor permanente dos cadernos do terceiro mundo. Embora com dificuldades, conseguia adquirir a maior parte dos números. Entretanto, quando vim para cá, afastei-me totalmente dela. Sendo uma das revistas que mais me impressionam, decidi redigir-vos esta carta para, através dela, procurar saber se existem possibilidades de sua aquisição aqui. (...) Meu desejo é tornar-me assinante (...) Por hoje, é tudo. Êxito, na tarefa de divulgação da "verdade" dos nossos países, pois sobre eles poucos dizem a verdade, e sim fazem campanhas propagandísticas sujas.

Paulo Jesse — União Soviética.

Paradoxos

Quanto à matéria de Roberto Remo intitulada "Paradoxos sobre Políticas Alternativas" (cadernos nº 79), a mim, que já exerci a função de jornalista em cidade interiorana e

senti, num universo restrito, a "barra" do que é tentar exercer a profissão com fidelidade à liberdade de informação, só me cabe enviar calorosos cumprimentos ao autor da matéria (...) Quando se constata que 31% do espaço publicitário de nossos periódicos convencionais, ou até 50%, são ocupados por empresas transnacionais, que no fundo decidem o que vai ou não ser publicado, é lógico que temos que duvidar das "verdades" veiculadas por esses canais de informação (...).

José Eugênio Guimarães — Belo Horizonte — MG — Brasil.

Ubes contra a opressão

Particpei do 24º Congresso da Ubes (União Brasileira dos Estudantes Secundaristas) realizado em Belo Horizonte — MG nos dias 5, 6 e 7 de julho, e dentre as propostas que foram aprovadas e que mais se enquadram nesta revista, estão:

— Apoio à autodeterminação dos povos; — Contra a corrida armamentista das superpotências e pela paz mundial; — Apoio ao povo da Nicarágua, contra a intervenção ianque; — Apoio à luta do povo chileno; — Contra a segregação racial na África do Sul; — Retirada das tropas estrangeiras no Afeganistão.

Estas propostas visam provar que os estudantes secundaristas estão solidários com os países que sofrem as diversas formas de pressão dos Estados Unidos.

Os cadernos do terceiro mundo estão de parabéns pelo excelente nível de informações. Continuem combatendo a política imperialista do sinistro Ronald Reagan!

Antonio Brasileiro — Salvador — BA — Brasil.

Poesia dos labirintos

A luta pelo desenvolvimento dos indivíduos e das sociedades é o espírito contemporâneo. É nessa divisa histórico-social que o grupo-nação deve superar seu status mental-cultural... Felicitoo por todo o esforço que fazem pela América, etc... Eis uma poesia terceiro-mundista, uma força de mensagem-serena, "Bio-Históricidade":

"O vôo do corvo marinho/despertou o rumor do morcego, na choupana o vento ruge/com latidos de pátrias feridas/O homem ruge qual fera/nos labirintos da miséria,/Deus é um Mito, uma desdita, uma larva".

Luis Tréville-Latouche (escritor independente, indicado para o Prêmio de População 1983 da ONU); Grupo Independente de Estudos Mi-

Cartas

litares e Governos Comparativos; Grupo de Estudos Demográficos, Bioecológicos, Geo-históricos e de Trabalho Social do Panamá; Centro Panamenho de Estudos Afro-Asiáticos; Círculo de Jornalistas Independentes do Panamá.

Argentinos sem lar

Estou mandando esta carta para felicitá-los pelos artigos publicados por vocês. Todas as matérias publicadas me parecem muito interessantes. Espero que continuem nesta linha de trabalho, que é muito positiva, para todos se inteirarem dos problemas dos outros países.

Gostaria que publicassem um artigo sobre as inundações que meu país sofreu, sobretudo a capital e a grande Buenos Aires. Existem muitas famílias argentinas sem lar e sem roupas para vestir neste momento.

Angel A. Amata — Buenos Aires — Argentina.

Arbitrariedades e abusos imperialistas

Em primeiro lugar, parabéns pelas reportagens de alta qualidade que tenho lido nos cadernos do terceiro mundo. A reportagem Nicarágua-Honduras, cadernos nº 79, menciona fatos que caracterizam a falta de dignidade de um presidente imperialista, que não mede esforços para suas ambições e sonhos sórdidos e seus planos maquiavélicos. A política que tenta o sr. Daniel Ortega impor no país é admirável, pois os direitos humanos estão acima de qualquer interesse. (...)

Isso, porém, parece que não é suficiente e tampouco sensibiliza o senhor Reagan, que parece não estar satisfeito com as mortes que sua política vem deixando por onde passa. O poder econômico que detém, é o suficiente para que os EUA promovam guerrilhas, financiem revoluções, es-

cavizem povos, etc., tudo isso, é claro, com o apoio das potências que sentam e dividiram o bolo (...)

Enquanto a Nicarágua tenta se libertar dos somozistas e dos norte-americanos, seu povo vem sobrevivendo a todo tipo de ataque. Primeiro o bloqueio econômico, que traz perdas irreparáveis àquele país. Segundo, tentam derrubar um governo que luta pelos direitos humanos financiando movimentos rebeldes e mercenários somozistas. Terceiro, impedem as negociações bilaterais de Manzanillo, com o Grupo de Contadora. Quarto, não reconhecem a legitimidade da Revolução Sandinista, de um governo livre escolhido pelo povo.

Não podemos permitir que um único homem (Reagan), continue cometendo arbitrariedades e abusos de poder contra a humanidade e mesmo contra o seu próprio povo. (...)

José Toledo — Brasília — DF — Brasil.

Intercâmbio

- **Figueira Manuel Balanca**
Rua 42, Casa 55 — Bairro Kassequel — Luanda — Angola
- **Elisa Maria Fogaça**
Rua Tiradentes, S/Nº — Taquara — RS — CEP: 95.600 — Brasil
- **Cutubó Cassamá**
Professor no Liceu Nacional Kwamé N'Krumah — C.P. 237 — Bissau — Guiné-Bissau
- **Sérgio I. Hobbi**
C.P. 447 — Assis — SP — CEP: 19 800 — Brasil
- **Manuel dos Santos Cruz**
Bairro Neli to Soares ou Terra Nova — C.P. 18.532 — Luanda — Angola
- **Rodrigo Colognese**
C.P. 1340 — Caxias do Sul — RS — Brasil
- **José Alves Moraes**
C.P. 6995 — Luanda — Angola
- **Luiz Nakamura**
Av. Alberto Carazzai, 1221 — Cornélio Procópio — PR — CEP: 86.300 — Brasil
- **Antônio Manuel Timóteo**
Rua José Falcão, C.P. 39 — Benguela — Angola
- **Denise Nogueira**
Rua da Matriz, 729 ap. 101 — São João de Meriti — RJ — CEP: 25.500 — Brasil
- **Araújo Alberto Timóteo**
a/c de Samuel Filipe — C.P. 571 — Benguela — Angola
- **Poncio Mineiro da Silva**
Rua da Matriz, 729 ap. 202 —

- São João de Meriti — RJ — CEP: 25.500 — Brasil
- **Arlindo Timóteo Filipe**
C.P. 39 — Benguela — Angola
- **José Renato Franco Pereira**
R. Almirante Cochrane, 77 ap. 302 — Tijuca — RJ — CEP: 20.550 — Brasil
- **Arlinda Melita Timóteo**
a/c de Samuel Sabonso — C.P. 571 — Benguela — Angola
- **Olinda Talbo**
Banco de Moçambique — C.P. 423 — Maputo — Moçambique
- **Josias Gomes da Silva**
Av. Lauro Sodré, 1555 — Bairro Olaria — Porto Velho — RO — CEP: 78.900 — Brasil
- **Arlete Timóteo**
a/c de Samuel Filipe — C.P. 39 — Benguela — Angola
- **Mario Fumanga Chapéu**
R. Santo Miguelito, Lote 6 — Quadra 1 — Duque de Caxias — RJ — CEP: 25.000 — Brasil
- **Carlos Samuel**
C.P. 39 — Benguela — Angola
- **Orlando Pereira de Mello**
R. Benjamin Constant, 153 — Glória — RJ — CEP: 20.241 — Brasil
- **Eugénio Timóteo**
a/c de Samuel Filipe, C.P. 571 — Benguela — Angola
- **Beatriz N.L. Velame**
R. Alto da Itinga, 119 — Lauro de Freitas — BA — CEP: 42.700 — Brasil
- **Tony Timóteo**
a/c de Samuel Filipe — C.P. 571 — Benguela — Angola
- **Carlos Roberto Siqueira**

- C.P. 343 — Assis — S.P. — CEP: 19.800 — Brasil
- **Luzia Victor**
C.P. 6995 — Luanda — Angola
- **Márcio Almeida**
R. Rio Grande do Sul, 720 ap. 2304 — Barro Preto — Belo Horizonte — MG — CEP: 30.000 — Brasil
- **Amélia Mota**
a/c de Alexandre Mota — C.P. 6148 — Luanda — Angola
- **Nilo Sérgio A. de Castro**
R. Cariré, 135, Bloco 5, ap. 512 — Bairro Ctávio Bonfim — Fortaleza — CEP: 60.000 — Brasil
- **Dorotéia Firmino**
C.P. 1247 — Luanda — Angola
- **Rossana Gajá a**
Cj. Jd. Acácia, Bloco 12, ap. 108 — Farol — Maceió — AL — CEP: 57.000 — Brasil
- **Antônio Francisco da Costa**
a/c de Zacarias Miranda Domingos — C.P. 18.784 — Luanda — Angola
- **Edzilda Brito Silva**
R. Giovanni Pisano, nº 105 — Conj. Res. Pres. Maia — Campo Limpo — Sto. Amaro — SP — CEP: 05.790 — Brasil
- **José Pedro Maiembe Humba**
C.P. 5606 — Luanda — Angola
- **Orivaldo Guimarães de Paula Filho**
R. Dr. Antonio Lima Santa Cecília, 143 — Bairro Presidente Roosevelt — Uberlândia — MG — CEP: 38.400 — Brasil
- **Antônio Amaral**
Av. Imperador, 45 — Vila Rio Branco — SP — CEP: 03.745 — Brasil

Tanzânia e Serra Leoa: sucessões definidas

Os presidentes Siaka Stevens, de Serra Leoa, e Julius Nyerere, da Tanzânia, já têm sucessores escolhidos. O comandante da força aérea, brigadeiro-general Joseph Momoh, foi confirmado pelo congresso do partido único APC (*All People's Congress*) como substituto do presidente Siaka Stevens quando este deixar o poder, em data ainda não marcada. Já o vice-presidente da Tanzânia, Ali Hassan Mwinyi, foi escolhido candidato único do partido Chama Cha Mapinduzi para as eleições que devem ser realizadas até o final deste ano e que não serão disputadas pelo presidente Julius Nyerere.

Tanto Stevens quanto Nyerere estão há muito tempo no poder. O presidente de Serra Leoa governa desde 1968, enquanto o seu colega da Tanzânia está no poder desde 1962. Mas as semelhanças param aí. Stevens chegou ao governo num golpe militar de tendência nacionalista, mas, com o correr dos anos, sua posição foi se tornando cada vez mais conservadora, a ponto de instalar um regime personalista e autoritário, que deixa para seu sucessor uma pesada herança de corrupção e desordem econômica.

Já Nyerere, eleito por esmagadora maioria de votos, se tornou um dos mais respeitados líderes da África, graças à intransigente oposição ao racismo sul-africano, ao apoio aos movimentos de libertação nacional e à defesa de uma via socialista para o desenvolvimento econômico do continente negro. A liderança de Nyerere, mais conhecido em seu país pelo nome de Mwalimu (mestre, em suahili), nunca foi contestada na Tanzânia. Ele dei-

xará o governo para se dedicar, exclusivamente, à organização política do partido único Chama Cha Mapinduzi.

O provável novo presidente tanzaniano tem 60 anos de idade e era vice-presidente do governo de Nyerere, no qual representava a população da ilha de Zanzibar. A ilha e a parte continental, conhecida anteriormente por Tanganica, se uniram numa república em 1962. Ao aceitar a indicação, o professor Mwinyi prometeu seguir a política traçada por seu antecessor, com vistas à edificação de um estado socialista na Tanzânia.

Em Serra Leoa, o brigadeiro-general Joseph Momoh foi escolhido candidato presidencial nas

próximas eleições, mas a sucessão não será tranquila. O nome escolhido pelo APC conta com o apoio de Stevens, mas, nos bastidores do partido e do governo, vários políticos estão travando uma luta surda por posições de prestígio, visando a exercer pressões sobre o virtual novo presidente. Há muita gente em Freetown, a capital do país, que não acredita numa sucessão tranquila e afirma que a escolha de Momoh constitui uma bomba de tempo, que pode explodir a qualquer momento. Os principais políticos interessados em posições de força são o vice-presidente Francis Minah e o ministro do Desenvolvimento Jusu Sheriff.



Os presidentes Julius Nyerere da Tanzânia (à esq.) e Siaka Stevens de Serra Leoa (à dir.) já escolheram os seus sucessores. Mas, no caso de Serra Leoa, a sucessão não deve ser tranquila

Argentina: difícil consenso sobre anistia a militares

□ À medida que decorrem o mandato do governo democrático de Raúl Alfonsín — iniciado em dezembro de 1983 — e o julgamento dos ex-chefes militares que ocuparam ilegalmente o poder (1976-1982), um consenso sobre a atitude a ser tomada em relação aos maiores responsáveis pela tortura, desaparecimentos, repressão política e endividamento do país parece cada vez mais remoto na Argentina.

Um setor da opinião, identificado, fundamentalmente, com as oito organizações de defesa dos direitos humanos, insiste na necessidade de julgar e castigar com o maior rigor todos os responsáveis pela repressão política, pelas torturas e pelos assassinatos.

Ao mesmo tempo, as pressões que vêm dos setores militares têm dado margem a comentários sobre o governo argentino dirigido por Raúl Alfonsín, em que alguns funcionários se mostram inclinados a pensar na possibilidade de alguma medida que

ponha um "ponto final" à questão do julgamento dos militares.

Como aconteceu nos momentos mais violentos da ditadura, quando a violação dos direitos humanos era comum, a grande maioria da população acompanha a polêmica à distância.

Em 22 de agosto, aproximadamente 40 mil pessoas marcharam pelo centro da capital argentina, reclamando justiça e castigo para os culpados de violações dos direitos humanos.

"Não à impunidade" e "Não queremos anistia" se podia ler em alguns cartazes dos manifestantes, que protestavam contra qualquer intenção oficial de perdoar os militares que estão sendo julgados ou de evitar que outros sejam levados aos tribunais.

Nesse mesmo dia, o vice-ministro do Interior, Horacio Junaena, em declarações feitas à imprensa, insistiu na posição oficial de que o "ponto final" deve surgir do conjunto da sociedade.

O governo presidido por Raúl Alfonsín entende por "ponto final" o reconhecimento social e,

se necessário, jurídico, de que o confronto entre civis e militares originado pela ditadura tenha sido superado.

Isto implicaria que, uma vez estabelecido um castigo "exemplar" para os maiores responsáveis pelo regime militar, os nove ex-combatentes submetidos atualmente a julgamento, se poderia encontrar uma fórmula que evite o desfile de um grande número de quadros médios das forças armadas pelos tribunais.

Os militares não se mostram satisfeitos sequer com isso. Esperam uma anistia e assim se manifestam em todas as oportunidades. A totalidade dos organismos de direitos humanos se declara, abertamente, contra qualquer tipo de anistia.

A posição mais inflexível é a das "Mães da Praça de Maio". Sua presidente, Hebe de Bonafini, disse, diante do Conselho Mundial de Igrejas (CMI), reunido em Buenos Aires, que "não queremos nem perdão, nem reconciliação, nem anistia, nem ponto final".

Em virtude disso, os analistas locais estimam que é possível que o governo opte por deixar passar o tempo e adie uma decisão.

Guatemala: surge uma nova organização guerrilheira

□ Um novo grupo guerrilheiro surgiu na Guatemala, segundo se soube através de um comunicado distribuído clandestinamente aos meios de comunicação. A organização, denominada Comandos Guerrilheiros do Povo (CGP), afirma que a sua luta visa a "pôr um fim à exploração, à repressão, e à miséria, que são cada dia mais insuportáveis" nesse país centro-americano.

O novo grupo assumiu a responsabilidade pelo ataque que causou a morte de dois membros

da polícia motorizada, que — segundo os CGP — eram "elementos a serviço da repressão".

Na Guatemala, funcionam, há vários anos, quatro organizações guerrilheiras, reunidas na Unidade Revolucionária Nacional Guatemalteca (URNG). Ela agrupa o Exército Guerrilheiro dos Pobres (EGP), a Organização do Povo em Armas (Orpa), as Forças Armadas Rebeldes (FAR) e o Partido Guatemalteco do Trabalho (PGT), que é a denominação local do Partido Comunista.

Por seu lado, os Estados Unidos estão dispostos a conceder "um alto e seguro nível de ajuda" à Guatemala, conforme anunciou o secretário do Tesouro norte-americano, James Baker, já que esse país, segundo ele, "mostrou ao mundo que tem uma grande prioridade: a democracia". O alto funcionário da administração Reagan assegurou que o governo dos Estados Unidos não favorecerá a qualquer partido nas próximas eleições.

O governo do general Oscar Mejía convocou eleições para o próximo dia 3 de novembro, depois que, em 1984, os guatemaltecos elegeram uma Assembléia Constituinte.

Terceiro Mundo: avanços no comércio e cooperação Sul-Sul

Os países em vias de desenvolvimento, reunidos no final do mês passado em Nova Déli para uma conferência de ministros, tomaram uma importante iniciativa para fortalecer a cooperação econômica Sul-Sul.

Representantes de 71 países aprovaram, por aclamação, um programa para criar um Sistema Global Generalizado de Preferências Comerciais (SGPC), a fim de aumentar o intercâmbio entre os países do Terceiro Mundo. Houve consenso nas delegações participantes quanto à importância de um programa dessa natureza para uma eficaz cooperação e ajuda mútua entre os países pobres. A primeira rodada de negociações do SGPC será completada a 19 de maio de 1987.

Para facilitar aos países interessados o alcance de seus objetivos comerciais, se deverá elaborar uma plataforma básica com as normas fundamentais antes do fim deste ano. As técnicas e modalidades das negociações serão estabelecidas em finais de dezembro próximo, e o plano de negociações, antes de 28 de fevereiro de 1986.

Entre as recomendações aprovadas na conferência, destaca-se uma redução geral de 10% nas

tarifas de importação. Também se decidiu dar prioridade aos setores de maior importância sócio-econômica para os países membros, que incluem os produtos tropicais manufaturados, os artesanatos não-têxteis, os têxteis e os produtos agrícolas. A Arábia Saudita expressou o seu interesse em incluir o petróleo nessa categoria.

Em princípio, as obrigações



Os países em vias de desenvolvimento tomam medidas para desenvolver a cooperação Sul-Sul

decorrentes do SGPC não seriam incompatíveis com os compromissos já assumidos pelos países participantes em organizações regionais. A conferência enfatizou que os países em vias de desenvolvimento devem ter cuidado especial em evitar que as desigualdades que enfrentam nas relações Norte-Sul se reproduzam entre as nações do Terceiro Mun-

do menos e mais desenvolvidas. Os países em vias de desenvolvimento absorvem mais de 30% das exportações dos países industrializados, mas a sua capacidade de manter esse índice, dependerá da aceleração de seu próprio desenvolvimento e das perspectivas de exportação. Os participantes da conferência concordaram quanto à necessidade de aumentar os saldos favoráveis das respectivas balanças comerciais.

Os ministros de Relações Exteriores de 23 países participantes exortaram os países desenvolvidos a estimularem a coopera-

ção econômica internacional e a demonstrarem a vontade política de dar uma solução duradoura aos problemas de comércio e desenvolvimento com os países do Terceiro Mundo. O ministro de Relações Exteriores do Brasil, Olavo Setúbal, ofereceu seu país como sede da próxima reunião ministerial, o que foi aceito pelos participantes do encontro.

Lesoto: eleições canceladas

A retirada de todos os candidatos opositoristas às eleições de setembro no Lesoto levou o primeiro-ministro Leboa Jonathan a cancelar a realização do pleito, que seria o primeiro desde o golpe de 1970. Na ocasião, os partidos de oposição ganharam as eleições legislativas, mas não puderam as-

sumir o poder porque Jonathan dissolveu o Parlamento e passou a governar apenas com seu partido, o BNP (Partido Nacional de Basoto).

Em 1970, o principal partido opositorista era o Partido do Congresso (BCP), que tinha uma posição de esquerda. Mas, depois, o BCP mudou de posição, e seu líder, Ntsu Mokhele, se aproximou da África do Sul,

enquanto Jonathan intensificou os laços com os governos anti-racistas de Moçambique, Zimbábue e Tanzânia. A desistência dos opositoristas de concorrerem às eleições de setembro representa um boicote aberto ao governo de Leboa Jonathan e uma demonstração de que o BCP continuará pressionando para conseguir a desestabilização do país.

Chile: o rosto do medo

□ "O Chile continua com medo. Um medo que nos faz viver entre reprimidos e sufocados", confessa, no início de seu livro "Medo no Chile", a jornalista Patricia Politzer. A obra, que está tendo um explicável sucesso de vendagem nesse país, consiste numa série de amplas entrevistas

começou a escrever o livro, em 1983, percebeu que "a ditadura é muito mais do que a repressão brutal ou a falta de expressão política. É algo que está ali, dia após dia, ano após ano, impregnando tudo até invadir o mais íntimo do ser humano".

"Na medida em que o tempo



O Chile do general Pinochet: "a ditadura é mais do que a brutal repressão"



tas com homens e mulheres que, tanto na oposição quanto nas fileiras do governo, viveram os onze anos de governo militar do general Augusto Pinochet.

Patricia Politzer, colunista da revista *Hoy*, conta que, quando

passava", explica a escritora, "fui auscultando o coração de gente tão heterogênea como um sacerdote, um militar, um militante comunista e um empregado bancário, e comecei a perceber que o medo era um elemento

comum a quase todos". Em alguns, era o medo dos militares; em outros da demissão, da pobreza, da delação, da repressão, do caos, da violência, do terrorismo, do marxismo.

Suas histórias, tão diferentes como pode ser a vivência de um *Chicago boy* (economistas e executivos) que aplicaram no Chile as receitas econômicas neoliberais) da de um mineiro do cobre, de uma voluntária da governamental Secretaria Nacional da Mulher ou da mãe de um desaparecido.

Várias são as mulheres cujos testemunhos foram colhidos para o livro. Blanca Valderas, uma humilde habitante de um município sulista do qual foi prefeita durante o governo de Salvador Allende, foi "fuzilada" e lançada a um rio, junto com o marido, por efetivos militares. Ele morreu afogado, mas Blanca conseguiu salvar-se e viveu escondida por muito tempo, sem poder ver seus filhos nem o resto da família.

Em setembro de 1973, Raquel — cujo sobrenome não foi revelado por medo a represálias — foi perseguida, detida, torturada e, depois, sofreu o exílio, a volta, o desemprego, os problemas conjugais, a separação de seus filhos, a fome e a solidão. Apesar de tudo, como conta em seu testemunho, Raquel continua inteira.

Graciela Pérez, uma dona-de-casa de um bairro pobre de Santiago, sente que os trabalhadores estão "pobres, famintos e iludidos", mas continua lutando com sua máquina de costura, a única arma de que dispõe para assegurar a sobrevivência da família desde que ficou desempregada. Sua visão do Chile de hoje é comovedora: "Estes foram os piores anos da minha vida. Do jeito que está o país, vejo tudo muito negro. Acho que a democracia é boa, porque agora não temos direito de falar nem de expressar o que sentimos".

Apartheid: a hora da solidariedade mundial

A rebelião da maioria negra contra o regime racista de Pretória representa um salto de qualidade na resistência popular contra o *apartheid* e antecipa que, cedo ou tarde, custe o que custar, a luta pela igualdade racial na África do Sul alcançará os seus objetivos.

A resistência contra o racismo no país é tão antiga quanto a segregação e registrou no correr dos anos altos e baixos típicos de um processo desta natureza. Mas os fatos indicam que ocorreu uma acumulação de forças e um amadurecimento político dentro do movimento. Isso explica a resposta maciça aos apelos da vanguarda contra o *apartheid* materializada no Congresso Nacional Africano (ANC) para intensificar todas as formas de luta contra o regime e pela continuação da resistência popular, apesar da duríssima e sangrenta resposta do governo de P.W. Botha.

Se por um lado levamos em consideração o número incontável de mortos e feridos, e por outro a intensidade junto com a duração dos protestos da maioria negra em todo o país, chega-se à conclusão clara de que os oprimidos alcançaram um elevado grau de consciência política, e decidiram que não tendo mais nada a perder senão as correntes da submissão, lutarão

até alcançar a liberdade.

Os moderados na África do Sul e no Ocidente se dissociam da violência no momento em que o Estado opressor a usa brutalmente contra a população negra. São estes mesmos moderados que depois de descrever o poderio militar de Pretória, concluem que o regime do *apartheid* não poderá ser derrotado por um povo desarmado. A afirmação é exata mas fora do contexto. O dilema dos negros foi exposto de forma lúcida pelo líder do ANC, Nelson Mandela — que cumpre pena de prisão perpétua há mais de duas décadas — ao recusar a renúncia ao uso da violência como condição para ser libertado.

“Nosso programa — afirmou Mandela da sua cela na prisão de Pollsmoor — é claro: uma África do Sul unida, um Parlamento único, um voto igual para todos. E os brancos? Em contraste com o que acontece no resto da África, os sul-africanos brancos pertencem a este país. Estão em sua própria casa, mas devem dividir o poder com os negros. Usaremos sim a violência na medida em que não houver outra alternativa. É verdade que o poderio militar branco é formidável, mas nós poderemos tornar a vida dos europeus impossível neste país.”

E é isso que está acontecendo. A resistência se

materializou em ação, num momento em que a economia sul-africana está numa crise profunda. Como o modelo econômico é capitalista, para que ele sobreviva à crise é necessário a estabilidade interna e a confiança dos investidores nacionais e estrangeiros, capazes de fornecer o capital necessário para a recuperação da produção industrial.

Igualmente é essencial a disciplina dos trabalhadores negros, submetidos a um regime de baixos salários, especialmente em relação aos seus homólogos brancos. São estes baixíssimos salários dos operários africanos que fornecem lucros vultosos aos investidores, sempre que o regime do *apartheid* funciona sem sobressaltos.

A rebelião negra converteu, no entanto, a economia sul-africana num atoleiro que assusta os capitais estrangeiros, desvaloriza a moeda nacional e estremece as relações entre Pretória e as potências ocidentais capazes de fornecer as divisas, hoje mais necessárias do que nunca. A resistência dos africanos se manifesta em todas as frentes: nas fábricas e nas minas, nas greves estudantis contra o sistema educacional discriminatório, nas represálias contra a polícia e contra os informantes negros, e no boicote às lojas comerciais de brancos. Para tentar acabar com esta resistência múltipla, o regime de Pretória levou ao extremo as medidas repressivas, mas sem obter resultados.

Poderia se dizer que em alguma medida a eficácia dos fuzis e das bombas de gás foi menor do que as tentativas do governo de aguçar os choques entre negros e indianos, através da omissão policial.

Mas esse recurso de lançar o germe do divisionismo entre comunidades que deveriam lutar juntas contra o inimigo comum, revelou na realidade um

gesto de desespero do regime, que agravou a instabilidade sócio-econômica.

Nessas condições e diante da necessidade de aumentar os recursos destinados ao aparato policial-militar, não surge outra perspectiva imediata ou futura senão a continuação e aprofundamento da crise. A resistência popular está mostrando aos dominadores brancos que o *apartheid* não continuará a ser um bom negócio. E que se a estrutura do poder racista não for substancialmente reformada, o movimento de rebeldia da população debilitará e destruirá as bases materiais do sistema. Que a vida dos brancos pode ficar impossível, como prometeu Mandela. Isto é o que ficou claro na África do Sul, depois dos confrontos das últimas semanas. O governo sabe que a repressão pura não é suficiente para que a tormenta diminua. Que haverá necessidade de mostrar uma face reformista tentando dividir a comunidade negra, e acalmar os interlocutores brancos ocidentais, pagando para isso o preço mais baixo possível. Em resumo, o governo de Botha tentará negociar condições e mudanças superficiais no *apartheid*.

Mas esta tentativa está destinada ao fracasso. Se é verdade que a resistência contra o racismo deu um salto de qualidade, contando inclusive com o apoio de amplos setores da comunidade indiana e de brancos liberais, ela não será freada apenas por reformas de fachada. O que estas manobras podem no máximo é ganhar tempo para o regime racista. Um dos aspectos principais dessa resistência, que não seria retórico classificar de heróica, está no fato de que ela está sendo travada solitariamente. Costuma-se dizer que os povos devem contar basicamente com suas próprias forças para alcançar a sua libertação. Isso na essência é correto, mas

não isenta a comunidade internacional da obrigação de assumir responsabilidades. O racismo não é um assunto interno da África do Sul. É um escândalo que afronta a humanidade. Ninguém pode se declarar alheio ou indiferente diante da privação dos direitos elementares a uma maioria, e diante da prolongação da escravatura num status sui generis.

O regime sul-africano é uma consequência do colonialismo europeu. O monopólio do governo e do poder pela minoria branca está em contradição flagrante com o sistema democrático liberal das potências capitalistas do Ocidente: isto é, da Aliança Atlântica. Assim, se estas fossem coerentes consigo mesmas, deveriam isolar Pretória, influir e pressionar em favor da liquidação de estruturas segregacionistas. Existem sem dúvida forças progressistas no Ocidente que repudiam o racismo, bem como alguns governos, como os da França e Suécia, que suspenderam relações econômicas com Pretória e estão dispostos a integrar uma ação internacional para forçar a eliminação do *apartheid*. Mas no seu conjunto, as potências ocidentais, sob a liderança dos Estados Unidos, mantêm boas relações com o governo racista de Botha, o que as torna co-responsáveis pelos sofrimentos da maioria negra na África do Sul. Washington considera a África do Sul como um ponto chave na estratégia de contenção do "perigo comunista" na África, estabelecendo por isso uma aliança que reforça o *apartheid*. No plano econômico, as nações industrializadas do Ocidente consideram Pretória um interlocutor valioso, que fornece matérias-primas estratégicas e é um bom mercado para seus produtos. Todas as condenações verbais feitas sem sanções

econômicas simultâneas não foram suficientes para disfarçar a cumplicidade com o regime racista. A afirmação de que as sanções não servem para nada e agravariam a situação dos negros sul-africanos, não passa de uma hipocrisia que não corresponde à verdade, nem ao desejo das comunidades oprimidas e atende apenas à satisfação de interesses econômicos.

Numa conjuntura como esta, uma reação elementar de solidariedade poderia ter forçado mudanças reais no sistema do *apartheid*. Se a resistência interna aprofundou a crise econômica, a adoção de sanções pela coletividade mundial conforme pediu a França, seguramente colocaria o regime em xeque. A falta de uma resposta internacional firme e unânime dá ao regime de Botha ar para respirar e lhe permite ganhar tempo, o que significará mais sofrimento e mais sangue derramado.

Em relação ao *apartheid* as forças que podem se mobilizar para exigir uma mudança de posição dos governos que resistem às sanções não se limitam àquelas englobadas dentro da classificação de "progressista". O campo é bem mais amplo e inclui por exemplo setores religiosos, movimentos humanitários, organizações sociais e políticas pluralistas. Se estas forças se mobilizarem unitariamente por uma causa universal como a da igualdade racial, será possível dobrar o regime de minoria branca. Esta é a tarefa do momento: a solidariedade efetiva com o povo sul-africano na sua luta contra a segregação. O dilema é simples, transparente e não admite posições intermediárias: ou se está contra o racismo, ou se está a favor. Os que se desinteressam ou vacilam, também atuam, por omissão, a favor do racismo. ●

Vietnã hoje





Poucos lugares no Vietnã mostram de uma forma tão intensa as mudanças registradas no país nos últimos dez anos, do que a Cidade de Ho Chi Minh, a antiga Saigon. A arquitetura ainda é a mesma. O movimento das ruas também continua frenético. As cicatrizes da guerra podem ser vistas em quase todos os quarteirões. Mas, por dentro, a cidade mudou radicalmente. Saigon era chamada de "parasita" porque, durante a ocupação norte-americana, não produzia senão uma parte mínima daquilo que consumia. Ho Chi Minh fornece hoje 38% da produção industrial de todo o Vietnã. Saigon importava comida. Ho Chi Minh exporta alimentos para o norte do país. O orgulho da antiga capital era o cassino "Le Grand Monde". Hoje ele foi transformado no maior teatro popular da cidade. Cento e cinquenta mil barracos e casebres foram removidos ao longo dos canais e rios. Os moradores estão sendo levados para apartamentos no bairro de Tan Binh. O Vietnã de hoje é um país onde o novo surge no meio das tristes recordações do passado. No meio das ruínas da guerra, circula uma população que já não foge das bombas mas procura lenta e pacientemente reconstruir uma nação que, desde o século passado, não viveu outra coisa senão a ocupação estrangeira. A nova guerra iniciada logo após a derrota norte-americana tem objetivos diferentes. Ela procura atender às necessidades básicas da população e desenvolver a economia do país. Para muitos será uma luta quase tão longa quanto a travada contra os bombardeiros e "boinas verdes" dos Estados Unidos. "Mas já ganhamos uma vez, portanto podemos ganhar também esta batalha", afirmam os líderes vietnamitas.

Carlos Pinto Santos, enviado especial

As cicatrizes da guerra

Procurar entender a realidade vietnamita em 1985 é impossível se não se tiverem sempre presentes — qualquer que seja o aspecto do país ou do seu povo que se tente retratar — as dimensões do cataclismo que o abalou ao longo de duas décadas. Vinte e um anos foram necessários para que cinco presidentes e inúmeros generais norte-americanos reconhecessem uma evidência que se recusavam a aceitar: a derrota infligida à maior potência econômica e militar do planeta por um povo pobre e, aparentemente, frágil.

Diga-se a favor da Casa Branca e do Pentágono que não eram os únicos incrédulos. O mundo compartilhou com eles, durante muitos anos, a certeza de que os Estados Unidos da América eram demasiado poderosos para serem vencidos por um “pequeno povo de camponeses comedores de arroz”. Os vietnamitas eram os únicos que não acreditavam nisso, porque também eles tinham sua certeza.

Sabiam que, ao longo dos séculos, haviam enfrentado as maiores potências da época, acabando sempre por expulsá-las do seu território. Expulsaram no século 9 os chineses, no tempo da grande expansão do império Han, ao fim de um milênio de ocupação marcado por dezenas de rebeliões vietnamitas, muitas com vitórias provisórias. Venceram os chams nos séculos 11 e 12. Rechaçaram os mongóis de Genghis Khan e do seu neto Kublai Khan no século 13, quando estes eram senhores de quase todo o mundo. Repeliram, de novo, os chineses das dinastias Ming e Ching nos séculos 15 e 18, respectivamente. Ainda no século 18, triunfaram sobre os khmers.

Depois de três décadas de resistência, caíram no final do século 19, sob o domínio colonial francês, que durou quase cem anos.

Com paciência e dedicação, os vietnamitas reconstroem a economia do país atendendo às necessidades básicas da população e aos imperativos do desenvolvimento

Em 1941, é a luta contra os japoneses, vencedores e substitutos dos franceses na Indochina. Nesse ano, Ho Chi Minh funda o Viet Minh (Liga para a Independência), organiza a guerrilha, lidera a insurreição geral contra os novos invasores e a independência do Vietnã é proclamada a 2 de setembro de 1945, em Hanói.

Ho Chi Minh comanda nova insurreição geral a partir de 19 de dezembro de 1946, desta vez contra os antigos colonizadores, que haviam regressado no final da 2ª guerra mundial. Segue-se uma guerra de oito anos até que, em 7 de maio de 1954, os franceses são esmagados em Dien Bien Phu, na maior batalha perdida por um exército colonial europeu.

Mal os europeus saem de cena, entram, confiantes, os norte-americanos, que, nos últimos anos, já cobriam 78,25% dos gastos militares do aliado francês.

Lançar o Vietnã na Idade da Pedra

Muito ricos, os Estados Unidos não mediram gastos e tudo fizeram para vencer a guerra. De 1954 até 29 de abril de 1975 (quando o embaixador Graham Martin saiu apressadamente de Saigon num helicóptero *Polly Green Giant*, depois de embarcar no telhado da embaixada), gastaram 150 bilhões de dólares, porque consideravam o Vietnã “de uma importância decisiva para a posição

dos EUA no sudeste asiático” (J. Foster Dulles, secretário de Estado). Por terem acreditado superar a obstinação dos adversários, cuja história menosprezaram, lançaram sobre o Vietnã 15 milhões de toneladas de bombas e granadas, isto é, mais de três vezes

A derrota dos franceses em Dien Bien Phu: nove mil prisioneiros, entre os quais o próprio comandante De Castries



a tonelagem utilizada em toda a 2ª guerra mundial. Usaram a tecnologia mais avançada do planeta para vencer uma guerra onde nada pouparam e a tudo recorreram, exceto às armas nucleares¹. Tentaram reduzir o Vietnã a nada, ameaçando com o apocalipse: "Digam aos vietnamitas para colocarem o rabo entre as pernas ou nós vamos lançá-los na Idade da Pedra" (general Curtis Lemay, maio de 1964).

O Vietnã não foi devolvido à Idade da Pedra, conforme os desígnios do general, mas era um imenso campo de ruínas quando a guerra acabou:

- no Vietnã do Norte, os aviões dos EUA destruíram 70% das aldeias e bombardearam todas as cidades, algumas das quais (Vinh, Hong Gai, Dong Hoi, Phu Ly) foram totalmente arrasadas;

- todas as instalações industriais do norte foram atingidas e, durante os bombardeios do "Natal de Nixon" (1972), 70 a 80% do potencial industrial do norte foram destruídos;

- todas as pontes do país foram destruídas; as estradas e as ferrovias, bombardeadas várias vezes;

- 1.600 instalações de hidráulica agrícola, que irrigavam centenas de milhares de hectares, e mais de 1.000 diques de proteção contra as inundações e a invasão das águas marinhas nos arrozais foram destruídos;

- todas as barragens do norte foram danificadas;
- 3.000 escolas e facultades, 1.500 enfermarias e maternidades de aldeia e 350 hospitais foram arrasados (2.500 doentes do leprosário de Quynh Lap mortos pelas bombas de fósforo);

- 9.000 das 15.000 aldeias do sul foram parcial ou totalmente devastadas;

- dez milhões de camponeses do sul foram urbanizados à força ou confinados nas "aldeias estratégicas" (mais tarde, chamadas "aldeias da vida nova");

- a população urbana passou de 10% em 1960 para 65% no fim da guerra, enquanto a população rural se reduziu de 85% para 35% (Saigon, que à época da colonização francesa não tinha mais que meio milhão de habitantes, ultrapassou os 4,5 milhões na "era americana");

- na data da reunificação do país, havia no sul

¹ Numa entrevista dada à revista Time em julho último, o ex-presidente Richard Nixon afirmou que, durante o seu governo, considerou a hipótese de utilizar a bomba atômica em quatro ocasiões, uma das quais no Vietnã. Segundo acrescentou, o que o impediu de recorrer à bomba atômica no Vietnã foi a previsão da morte de um milhão de civis.

mais de três milhões de desempregados, 4 milhões de analfabetos, 1,2 milhão de antigos soldados, oficiais e policiais de Thieu desmobilizados, um milhão de tuberculosos, 360 mil mutilados de guerra, um milhão de viúvas, 800 mil órfãos, centenas de milhares de prostitutas, viciados, mendigos e crianças abandonadas (70 mil, 50 mil, 10 mil, e 15 mil, só em Saigon, respectivamente), dezenas de milhares de delinquentes (número que aumentou sensivelmente com a desmobilização do exército de Saigon), um-quarto da população de Sai-



O então vice-presidente norte-americano Richard Nixon visita as fortificações de Dien Bien Phu, em fevereiro de 1953

- gon com doenças venéreas e focos de cólera nos bairros mais miseráveis da cidade;

- dez milhões de hectares (mais do que a superfície de Portugal) de terras de cultivo inutilizadas em todo o país, cinco milhões de hectares de florestas fumigadas a querosene e, em seguida, queimadas a napalm; um milhão de búfalos e bois mortos;

- 25 milhões de crateras de bombas; etc., etc....

No fim do conflito, segundo estimativas norte-americanas, as minas e as bombas enterradas que não explodiram podiam totalizar até 300 mil toneladas. Milhões desses engenhos foram detectados com simples varas de aço e desativados, mas calcula-se haver ainda cerca de 7,7 milhões não localizados.

170 kg de dioxina

Dez anos depois, os bombardeios norte-americanos continuam a fazer vítimas. Nas quatro cooperativas que visitamos, haviam ocorrido, três a cinco semanas antes, acidentes com camponeses ou meninos tratadores de búfalos, que perderam braços, pernas e, num caso, a vida, por terem pisado numa bomba ou mina antipessoal.

De 1975 a 1978, só a província de Quang Nam-

Danang contou 3.700 mortos e feridos em tais circunstâncias; na província ao norte, Binh Tri Thien, houve, desde o final da guerra, cerca de 3.000 mortos; no distrito de Trieu Phong (antiga província de Quang Tri), registraram-se, num ano, 750 mortos, sem contar os feridos. A lista é demasiado extensa para ser aqui publicada.

A guerra química, desencadeada pela administração Kennedy sobre o Vietnã do Sul a partir de 1961, também continua a acarretar terríveis consequências.



Aviões norte-americanos lançam desfolhantes: dez milhões de hectares de terras de cultivo inutilizados

Num estudo publicado em 1982, o biologista norte-americano Arthur H. Westing avaliou em 57 milhões de quilos o total de "agente laranja" despejado no sul do país pela aviação dos EUA. A esta quantidade correspondem 170kg de dioxina, cerca de 70% do que se calcula existir no mundo deste veneno, duas mil vezes mais forte que o cianeto. Outro estudo, recentemente elaborado pelo governo vietnamita com a assistência da Suécia e da União Internacional para a Conservação da Natureza, indica que 1,7 milhão de hectares de antigas terras de cultivo ainda estão improdutivas em 1985 em consequência da dioxina que receberam.

É com esta pesada herança que os vietnamitas são obrigados a viver. Uma década de paz é pouco para superá-la. Além do mais, uma paz muito relativa com a intervenção no Campuchea, a invasão chinesa de 1979 e o subsequente estado de tensão com escaramuças, mantido até hoje, na fronteira do norte, o cerco militar da Asean (Associação das Nações do Sudeste Asiático) e o boicote econômi-

co promovido pelos Estados Unidos.

Em 1985, o Vietnã tem indicadores desfavoráveis quanto à superfície agrícola disponível e o crescimento populacional.

Menos de um-terço do total da sua superfície (329.600km²) é constituído por terras cultiváveis e desses 10 milhões de hectares apenas 7 estão cultivados; os restantes 3 milhões encontram-se cobertos por florestas não exploradas e terras tomadas estéreis pelos produtos químicos, algumas de improvável recuperação.

Com uma população próxima dos 60 milhões, o país tem uma taxa de crescimento de 2,3%, ou seja, em cada ano, o número de vietnamitas aumenta em um milhão e meio. Uma densidade populacional das mais elevadas do mundo, que chega a ultrapassar, em regiões como os deltas do rio Vermelho e do Mekong, os 1.500 habitantes por km².

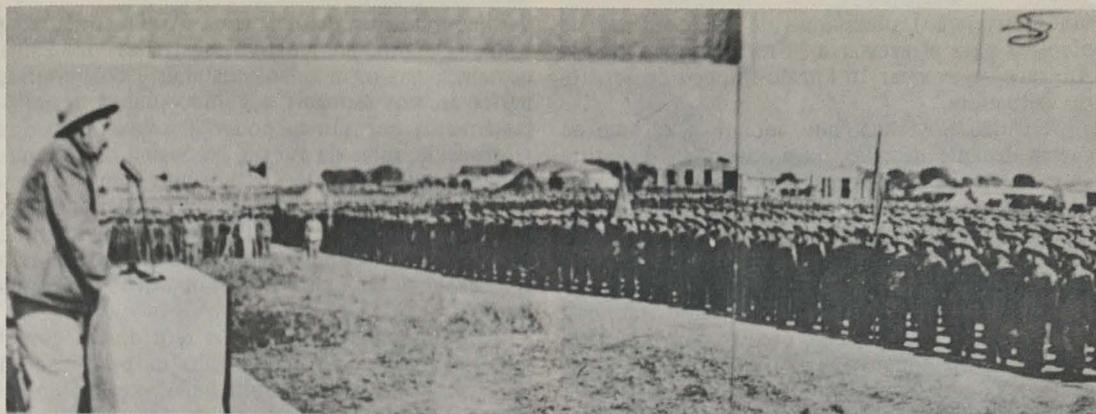
A diminuição do excesso populacional é vital para qualquer país que tenta superar o subdesenvolvimento e a meta a atingir no Vietnã é a redução dos atuais 2,3%, a 1,5%, antes do fim do século.

Com o apoio da Fnuap (Fundo das Nações Unidas para as Atividades Populacionais), as autoridades promovem o planeamento familiar. Encorajam a prática da contraceção e da esterilização, recorrendo a prémios em dinheiro. Assim, por exemplo, na região da Cidade de Ho Chi Minh, uma mulher ou um homem que se deixam esterilizar recebem 500 *dongs*; a colocação de um D.I.U. vale 50 *dongs*. O aborto artificial até os três meses de gravidez é muito facilitado em todos os hospitais e maternidades do país, e inclusive premiado com 100 *dongs*; depois dos três meses, só é permitido quando a saúde da mulher corre perigo.

A opinião da Unicef

Antes de visitarmos o Vietnã, havíamos lido, no diário francês *Le Monde* e no semanário português *Expresso*, que o índice de calorias ingeridos pelos vietnamitas era inferior aos de Madagascar e de Uganda, que a mortalidade infantil seria de 100 por mil e que a renda per cápita não ultrapassava os 100 dólares por habitante. Este último dado colocava o Vietnã entre os 20 países mais pobres do mundo. No entanto, o *New York Times* afirmava, em março deste ano, que o índice da Cidade de Ho Chi Minh tinha triplicado em dez anos. E a *Newsweek* citava dados da CIA, que indicavam um rendimento per cápita, em 1982, de 189 dólares, quase o dobro do mencionado pelos jornais francês e português.

A discrepância de dados sobre o Vietnã, habitual na maior parte da imprensa ocidental e facilitada pela escassez das estatísticas nacionais vietna-



Ho Chi Minh discursa perante os vencedores de Dien Bien Phu. Na época, os dirigentes de Hanói ainda acreditavam no cumprimento dos acordos de Genebra pelos franceses

mitas, é particularmente relevante, por exemplo, na taxa de mortalidade infantil, como nos foi possível verificar.

Em maio último, o ministro da Saúde Pública, Dang Hoi Xuan, anunciou, oficialmente, que 20 crianças em mil morriam antes de atingirem um ano de idade. Essa taxa, um-quinco da mencionada pelo *Le Monde* e o *Expresso*, é das mais baixas do Terceiro Mundo e semelhante às de Portugal e da Grécia.

Dias depois desse anúncio, o repórter de cadernos teve a oportunidade de pedir a opinião do canadense Paul Ignatief, perito da Unicef em viagem de inspeção pela Indochina. Profundo conhecedor da situação da infância no sudeste asiático, onde durante anos vivera e dirigira a delegação do Fundo das Nações Unidas para a Infância, Ignatief — ressaltando a carência de estatísticas corretas em países com reduzidos meios técnicos — afirmou-nos que a taxa anunciada pelo ministro deveria estar muito próxima da realidade. Nas pesquisas que dirigira pessoalmente na Cidade de Ho Chi Minh, e em sete distritos do sul, recolhera índices entre 17 e 18 por mil, embora previsse que a taxa nacional fosse um pouco superior. Os 100 por mil eram para Paul Ignatief um enorme exagero e assegurou que não encontrara crianças com a subnutrição tão comum no Terceiro Mundo. O especialista da Unicef não hesitou em classificar de “notáveis” os progressos na situação alimentar, sanitária e educacional das crianças vietnamitas desde a sua última estada no país, quatro anos antes.

EUA recusam-se a pagar

Terminada a guerra, reunificado o país, os vietnamitas voltaram-se para dentro, saíram das manchetes dos jornais e, na medida do possível — não do desejado —, começaram a curar suas feridas.

Os Estados Unidos, sob a alegação do rompi-



mento dos Acordos de Paris pelo governo de Hanói e, em seguida, sob o pretexto dos “direitos humanos” de James Carter, recusam-se a pagar um só dólar dos 3,25 bilhões de indenizações de guerra estipulados na cláusula nº 21 do texto assinado por Henry Kissinger e Le Duc Tho. Compensações ratificadas na carta de Richard Nixon ao primeiro-ministro Pham Van Dong, em 1º de fevereiro de 1973.

A China, inicialmente, reduziu a sua ajuda; depois, suspendeu-a totalmente e, apanhada de surpresa pelo *blitzkrieg* do exército de Hanói contra os seus aliados khmers vermelhos em Phnom Penh, resolveu dar uma “primeira lição” ao Vietnã. Uma lição difícil: 650 mil soldados chineses (mais do que os Estados Unidos tiveram lá no apogeu da

sua intervenção) precisaram de três semanas de ofensiva para atravessar a "Fronteira da Paz e da Amizade" e avançar 16 km no interior do território vietnamita.

A União Soviética, que apoiara o esforço de guerra durante décadas, paga uma parte da fatura da recuperação econômica. A imprensa norte-americana avalia essa contribuição, atualmente, em 2 bilhões de dólares anuais, cifra que Nguyen Co Thach, ministro das Relações Exteriores, não confirmou nem desmentiu na entrevista que nos deu.

Os vietnamitas restauram as estradas, fábricas, diques, canais de irrigação, escolas, hospitais. Reconstroem ou constroem as pontes, deixando os destroços das destruídas como testemunhos.

O levantamento das minas e bombas tem o sangrento custo humano já mencionado. Para limpar o terreno dos milhões de toneladas de ferro retorcido deixado pelos combates, eles recorreram a um método simples e eficaz: o Estado anunciou que pagaria um *dong* por cada dez quilos de ferro-velho recolhido e que as cooperativas seriam pagas pelos milhares de carcaças dos blindados espalhados nos terrenos de cultivo.

Dez anos depois, os vestígios da guerra quase desapareceram. Ao longo dos muitos quilômetros que percorremos no sul do país, só nos foi possível fotografar os restos de um carro de combate abandonado num terreno baldio.

Surge-nos uma imagem, quando se percorre o centro e o sul do Vietnã: um país de árvores no-

vas, com menos de dez anos. Árvores plantadas ordenadamente ao longo das estradas, nas zonas costeiras, nas propriedades estatais e cooperativas agrícolas, nos seringais, seguindo planos de reflorestamento que nunca poderão recriar a floresta tropical de antes da guerra. Na região meridional, o país perdeu metade dos bosques com que contava no último período da colonização francesa e, segundo estatísticas do Ministério da Silvicultura, os esforços de reflorestamento não têm conseguido alcançar mais do que 36% dos objetivos programados.

A destruição das florestas tem graves consequências econômicas, sobretudo na produção da borracha, o primeiro produto de exportação do Vietnã do Sul. Os bombardeios químicos inutilizaram 135 mil hectares de plantações, situação que se agrava com o envelhecimento das seringueiras das antigas explorações francesas. A renovação dos velhos e a plantação dos novos seringais, uma das linhas-mestras dos planos quinquenais para a agricultura (em 1984, o Vietnã contava com 95 mil hectares de plantações de borracha), ainda consumirão muito tempo. As seringueiras só atingem a idade de produção aos 15 anos.

Arroz: produto estratégico

Com dois milhões de hectares de arrozais, o delta do Mekong é o grande celeiro do Vietnã. Do arroz vêm praticamente todos os recursos das pro-

A "erva americana"

□ Em Can Tho, capital da província de Hau Giang, no delta do Mekong, Nguyen Kim Quang, reitor da Faculdade de Agronomia, narra o que foi a "erva americana", um dos tantos exemplos dos meios a que os Estados Unidos recorreram na luta contra a guerrilha.

As províncias ao sul de Saigon eram bastiões da FNL e foram talvez das regiões mais bombardeadas e queimadas de todo o Vietnã. Os norte-americanos construíram enormes bases em terrenos pantanosos, que eram fantásticas obras de engenharia militar, mas não ofereciam liberdade de movimento e só podiam ser abastecidas por helicóptero. Como consideravam a natureza um aliado dos guerrilheiros, acabaram com as densas e, em algumas zonas, impenetráveis florestas tropicais que revestiam todo o território. Destruíram algumas áreas em 70%, outras completamente, como os dez mil hectares da floresta de U Minh, na província do extremo-sul de Ca Mau,

célebre pelas árvores gigantescas e seculares, reduzidas a cinzas durante os três meses que durou o incêndio.

Mas não as queimavam apenas. Depois de bombardeados os bosques — primeiro, com queirose; depois, com napalm —, os aviões norte-americanos semeavam uma erva sem valor econômico, de folhas altas, raízes profundas e grossas, com a particularidade de ter um crescimento extremamente rápido. Os guerrilheiros não demoraram muito a detectar os objetivos dessas dispendiosas operações.

Com a cobertura criada rapidamente pela "erva americana", o inimigo tentava atraí-los na estação seca, quando eram lançadas, em geral, as grandes campanhas de guerrilha. Quando as colunas da FNL entravam na ratoeira, as esquadrilhas de bombardeiros incendiavam a "erva americana", que queimava muito mais facilmente do que as árvores (o napalm não alcançava a eficácia desejada na selva úmida). Bastava, depois, um dia de chuva para que as raízes da erva brotassem da terra queimada e, meses mais tarde, novos ataques de napalm se sucediam.



Carlos Pinto Santos



Abril de 1975: os últimos funcionários do regime de Thieu deixam o país (à dir.). Escombros de uma escola na província de Song Be: começam a desaparecer os vestígios da guerra (à esq.)

víncias ao sul da Cidade de Ho Chi Minh. Em 1984, a região produziu 8 milhões de toneladas de arroz num total nacional de 15,6 milhões de toneladas. O atual plano quinquenal fixou a meta de 15 milhões de toneladas para 1990 (23 milhões de toneladas para todo o país), mas os técnicos do Departamento de Agricultura de Can Tho ficarão muito satisfeitos se conseguirem alcançar 13 milhões de toneladas, cifra que, nas condições atuais, consideram mais realista.

A importância da região quanto a este “produto estratégico” essencial (com 2,5 milhões de hectares de terra cultivável, a província de Hau Giang tem uma superfície de arrozais equivalente ao delta do Rio Vermelho) levou o governo a fomentar pesquisas na Faculdade de Agronomia de Can Tho, onde são estudados e testados métodos de produção e de aumento da produtividade, e selecionadas as melhores e mais adequadas variedades do cereal.

Explica a vice-reitora da Faculdade, Nguyen Thi Thu Cuc, que há na região mais de mil variedades de arroz de produtividade muito diversa: de 1,5 tonelada por hectare de “arroz flutuante” às espécies mais ricas de zonas com excelentes condições, onde um hectare pode dar 6 ou mesmo 8 toneladas. A média da variedade mais difundida é, no entanto, de 3,5 toneladas por hectare, com três colheitas por ano, das quais a mais importante é a de dezembro. A média nacional, afirma Nguyen Thi Thu Cuc, é de 2,7 ton/ha, pouco mais da meta de atingida nos países desenvolvidos.

Esta grande diferença da produtividade dos arrozais japoneses, europeus ou soviéticos em relação ao Vietnã deve-se a fatores do subdesenvolvimento dos quais os principais são:

— grande carência de obras de irrigação e drenagem (diques de proteção, canais de irrigação e estações de hidráulica agrícola foram alvos preferenciais dos aviões dos EUA) em cerca de 80% da superfície total de arrozais do país (7 milhões de hectares), que ainda estão expostos à penetração de águas do mar, inundações, secas, tufões, etc.;

— reduzido emprego de fertilizantes, pesticidas e adubos, em sua maioria oferecidos pela URSS (1,5 milhão de toneladas por ano, o que representa 70% do total utilizado nos arrozais), já que a incipiente indústria química vietnamita apenas pode cobrir 20% das necessidades da agricultura;

— baixo nível de mecanização agrícola, que favorece, quase exclusivamente, a preparação do solo. Mas apenas 30% desses trabalhos são realizados pelos dez mil tratores existentes no país. O resto se deve ao “trator vietnamita”, o búfalo, e ao esforço braçal dos camponeses. Os campos do Vietnã conservam ainda a imagem tradicional dos búfalos e lavradores enterrados na lama funda, e da drenagem dos arrozais feita com os *gau giai*, cesto cônico de folhas de bambu com duas camadas sobrepostas, que dois homens ou mulheres manejam cadenciadamente, segurando duas cordas, num lento, longo e cansativo vaivém. Trabalho que poderia ser facilmente realizado com muito maior rentabilidade e rapidez, por simples motocultivadoras, se estas não fossem tão escassas;

— excesso de mão-de-obra e subemprego na agricultura (20 milhões de vietnamitas dependem inteiramente do setor primário), que se traduz por 300 dias de trabalho num hectare de arroz de produtividade média.

Erros na coletivização agrícola

Para os professores da Universidade de Can Tho e diretores de serviços do Ministério em Hanói, o insatisfatório estado da agricultura será superado num futuro não muito longínquo, se forem seguidas as orientações do planejamento central e regional.

Em linhas gerais, pretende-se nos próximos anos — enquanto são aguardados com impaciência os resultados dos grandes projetos do plano quinquenal 1986-1990 —, continuar canalizando o excesso da população camponesa para a pequena indústria e o artesanato, para a diversificação de culturas (“a monocultura nunca enriqueceu ninguém”, diz Huynh Van Hai, secretário do PCV em Can Tho), para o aumento da produção das “cinco plantas essenciais” à exportação (borracha, juta, coco, cana-de-açúcar e tabaco), para o desbravamento de novas terras de cultivo e a recuperação de outras, abandonadas ou destruídas durante a guerra.



Após a assinatura dos Acordos de Paris, Hanói libertou 566 prisioneiros norte-americanos

O prosseguimento da coletivização agrícola no sul, num ritmo mais ajustado à realidade social, é outra das orientações básicas. A apressada formação de grandes cooperativas e propriedades estatais com 300 a 400 famílias, a partir de 1978, provocou reações de descontentamento em muitas regiões do sul, o que obrigou as autoridades, três anos depois, a se voltarem para a constituição de cooperativas de 30 a 50 famílias.

A preocupação em reduzir o crescimento demográfico de Saigão, provocado pela urbanização forçada durante a guerra, conduziu a uma precipitação no deslocamento do excesso da população da cidade para regiões inóspitas, sem que estivessem asseguradas condições mínimas para o estabelecimento de famílias nessas “Zonas de Nova Economia”. Houve muitos regressos dramáticos à Cidade

de Ho Chi Minh, uma vez que essas famílias, ao partirem, tinham vendido as casas e perdido direito às subvenções alimentares do Estado. Assim, elas voltaram para as ruas da cidade e para as miseráveis barcas nas margens dos canais, despojadas de tudo, engrossando a legião de mendigos.

Após o 5º Congresso do Partido Comunista do Vietnã, que procedeu a importantes reformas econômicas e de gestão, a política das “Zonas de Nova Economia” foi retificada a partir de 1981, assegurando-se às famílias candidatas à integração nas propriedades estatais, o “direito à residência” na cidade (conservação das suas casas) durante o período de adaptação, bem como o direito às subvenções alimentares.

As Brigadas da Juventude de Choque

A propriedade estatal Nhi Xuan (Duas Primaveras), a 30km da Cidade de Ho Chi Minh, não está numa área considerada “Zona de Nova Economia”, mas tem um desenvolvimento comum a muitas explorações agrícolas do Vietnã. Intensamente bombardeada durante a guerra, a região estava abandonada em 1975, quando para lá foram 1.500 voluntários da 3ª Brigada da Juventude de Choque. Rapazes e moças limpavam as terras das bombas e minas não explodidas, ergueram cabanas, construíram pequenos canais de irrigação, sanearam o terreno dos focos de mosquitos e das serpentes, plantaram ananás e semearam pequenas quantidades de arroz para a sua alimentação.

De 1975 a 1979, eles trabalharam com muito afinco na construção de canais para secar a terra e fazer a água circular, mas a colheita era má e os terrenos continuavam sendo uma bacia de inundações. Mas os primeiros trabalhos de recuperação foram feitos e a 3ª Brigada entregou Nhi Xuan à nova brigada em 79, partindo para outra região inóspita, onde os jovens recomeçaram tudo de novo. Na propriedade ficou um grupo encarregado de fazer a transferência aos recém-chegados. A missão destes foi a de continuar o trabalho dos seus predecessores: melhorar as redes de canais, construir mais habitações e centros sanitários, e cultivar cinco hectares de cana-de-açúcar, para verificarem se a terra tinha condições, apesar dos produtos químicos despejados na guerra, de receber os antigos habitantes e famílias vindas de Ho Chi Minh.

Em 1981, técnicos agrícolas chegaram à conclusão de que a terra era cultivável. Depois, foi a visita de delegados administrativos dos bairros da cidade, dos sindicatos, dos serviços médicos e um representante de cada família interessada em instalar-se em Nhi Xuan. Discutiram muito e concluíram haver condições de vida, apesar do duro trabalho que os esperava. Poucas famílias se recusaram a ir.

Os membros da Juventude de Choque, que des-



O nível de mecanização na agricultura ainda é baixo mas é necessário tornar produtiva a terra maltratada

de 1975 administram a propriedade, forneceram a cada família uma casa com terreno de mil metros quadrados, onde cada uma pode cultivar o que quiser ou criar aves (a água salobra impede a criação de porcos) e arrecadar o rendimento dessa pequena exploração particular. As famílias receberam também alguma mobília, esteiras, mosquiteiros, reservatórios de água, medicamentos e arroz gratuitos durante seis meses.

Os membros de cada família são qualificados, segundo a força de produção, em trabalhadores principais e auxiliares. São distribuídos pequenos trabalhos aos velhos e atividades artesanais aos menores de 18 anos, considerados auxiliares. Um trabalhador principal recebe, atualmente, 600 a 700 *dongs* (com a possibilidade de aumentar o salário com prêmios de produção); um auxiliar, entre 400 e 500. Pretende-se assegurar assim o rendimento mínimo de cada família.

Há em Nhi Xuan, atualmente, 2.116 pessoas, das quais 1.200 jovens solteiros; entre as 210 famílias estabelecidas, 46 constituíram-se por casamentos entre os rapazes e moças das Brigadas de Choque.

A propriedade tem 500 hectares de cana-de-açúcar, 300 de plantas medicinais e 150 de ananás e bananas. A terra retirada com a abertura dos canais foi transportada para áreas mais pobres, e os eucaliptos, plantados pela 3ª Brigada, protegem as culturas dos ventos e da erosão.

“A transformação da terra que a 3ª Brigada

iniciou — diz, com indisfarçável orgulho, Vu Duc Quy, do comitê de direção de Nhi Xuan e um dos que vieram em 1975 — permitiu que a produtividade da cana-de-açúcar passasse de 7 toneladas por hectare, em 1980, para 14 toneladas, em 1984. E isto, apesar da pequena espessura da terra arável.”

A propriedade dispõe agora de escolas, creches, de um hospital, armazéns e centros de cultura. Todos gozam de dez dias de férias por ano, com viagens turísticas a outras províncias do país. Vão em caminhões tão velhos que se tem dificuldade em entender qual o milagre que ainda os faz andar; apertam-se, pelo menos, dois por assento; levam a bandeira nacional, vermelha com a estrela amarela de cinco pontas, cartazes que identificam a propriedade, cooperativa ou fábrica de onde partiram e cruzam-se em todas as estradas do Vietnã.

O massacre de Thuy Bo

Novecentos quilômetros ao norte de Nhi Xuan, na província de Quang Nam-Danang, está localizada a comuna de Dien Tho. Inevitável, como em todo o Vietnã, a visita às três cooperativas agrícolas da aldeia inicia-se, depois da tradicional mensagem de boas-vindas e dos agradecimentos pela presença do jornalista, com a evocação da história da região na sala de reuniões do edifício administrativo. À volta da mesa — repleta de xícaras de café e chá, pratos com fruta e cigarros —, sentam-se os membros do Comitê Diretivo. Vo Kim

Ho, guia e intérprete, traduz tudo com um sorriso tranquilo, mesmo quando Le Cong Chin, o principal responsável partidário de Dien Tho, recorda os acontecimentos trágicos da guerra.

A 500 metros da sala onde conversamos, ergue-se um monumento em forma de pilar quadrangular, semelhante a milhares de outros espalhados pelo país. Diz a inscrição na base do monumento: "Aqui, os agressores dos EUA assassinaram 145 velhos, mulheres e crianças queridos. Que este ódio nunca seja apagado e fique sempre vivo, muito profundamente, em todos nós". Uma data, 10/2/67, e o nome do lugarejo, Thuy Bo. No fundo, foi apenas outro massacre cometido pelos GI's, desconhecido no mundo porque aqui não houve, como em My Lai-Son My, fotos que abalasses a consciência da opinião pública.

Carlos Pinto Santos



O búfalo é o verdadeiro "trator" na agricultura vietnamita

Depois de fuzilarem 145 pessoas em menos de 15 minutos, os soldados norte-americanos esvaziaram toda a região, de grande importância estratégica na defesa de Danang, o maior complexo militar que os Estados Unidos tiveram no Vietnã e de onde lançavam os ataques à zona do Paralelo 17 e às cidades do norte.

Não obstante, em 1970, ainda resistiam na região mais de mil camponeses, que perambulavam de lugarejo em lugarejo, semi-arrasados, transportando em sacos tudo o que lhes era possível possuir nesta "zona branca". As suas casas, os abrigos subterrâneos e as colheitas eram sistematicamente queimados. Quatro mil pessoas caíram na luta e, entre estas, 1.500 quadros revolucionários e membros das forças de autodefesa.

26 - terceiro mundo

"Fomos considerados uma das aldeias heróicas da província e, tal como a unidade de autodefesa, recebemos várias condecorações. Em 28 de março de 1975 (véspera da tomada de Danang pelo Exército Popular), as forças da aldeia neutralizaram quatro batalhões do exército fantoche, o que lhes deu direito à Ordem da Libertação de Primeira", diz Le Cong Chin.

No fim da guerra, foi preciso limpar 21 campos de minas, que rodeavam outros tantos postos militares implantados pelos norte-americanos. Dois soldados morreram ao desativar as bombas e 78 camponeses pereceram nos acidentes ocorridos desde então. O último incidente fatal havia acontecido três semanas antes da nossa visita.

À medida que as dez mil crateras de bombas, espalhadas pelo terreno da comuna, iam sendo tapadas, a área dos arrozais alargou-se. Elaborou-se um plano de urbanização, foram construídas moradias provisórias para os camponeses expulsos para a cidade, reparados e construídos novos canais de irrigação.

Avançar "à vietnamita"

Em 1978, formaram-se as três cooperativas que constituem a comuna. O governo central ajudou na seleção de sementes e forneceu adubos. Hoje, uma parte importante da preparação dos terrenos é mecanizada, mas o búfalo continua sendo o motor essencial da lavoura. As duas colheitas iniciais passaram a três e, após muita transformação dos terrenos, a produção total média anual das três colheitas de arroz passou de 6 toneladas por hectare para 14,5. As cooperativas conseguem, já há dois anos, vender arroz e carne de porco a outras aldeias da região, a Danang e ao Estado. A administração central recebe de Dian Tho amendoim, melancia, pimentas e seda em bruto para exportação. Os resultados da hibridação (cruzamento de espécies) têm sido animadores.

O nível de vida da população, assegura Le Cong Chin, melhorou sensivelmente. Três pessoas em dez vão à escola, há um médico, quatro profissionais de saúde de nível médio e onze enfermeiros para os 11 mil habitantes da comuna. Desde a instalação de uma metalomecânica, fabricam-se materiais de construção para outras aldeias.

Como muitas aldeias comunitárias vietnamitas — sobretudo nas regiões centro e norte —, Dien Tho está equipada com um posto transmissor de rádio e uma vasta rede de alto-falantes, que cobre os núcleos das 1.500 casas. Em três períodos diários, se transmitem os programas culturais, musicais e noticiários da Rádio Hanói, mantendo a população, espalhada pelos 16km² da comuna, permanentemente informada sobre a sua vida coletiva e a política nacional.

56 20 - ordmats2 - 8881

A cada ano que passa, Dien Tho cresce, fabrica, constrói e diversifica mais a vida e a produção. As tarefas de administração vão se tornando, naturalmente, mais complexas e isso ressalta as carências de quadros de gestão, porque quem dirige são ainda os homens vindos da luta e da revolução, forçados eles próprios a reconhecer as suas deficiências técnicas para gerirem uma economia regional que, embora em escala modesta, exige deles sempre mais.

“Somos combatentes que saímos da guerra, não somos quadros técnicos” — sublinha Le Cong Chin, libertado em 1975, depois de sete anos passados na prisão de Phu Qoc. “Mas, enquanto não pudermos contar com os engenheiros, agrônomos e administradores que nos fazem falta, temos de nos aguentar com a experiência das nossas vidas, com o que fomos aprendendo pouco a pouco, com a nossa imaginação e muito trabalho. Podíamos talvez ir mais depressa, mas vamos como pudemos. Quer dizer: vamos ‘à vietnamita’.”

Quem vem do delta do Mekong e percorre depois os campos de cultivo do centro e do norte não pode deixar de notar uma sensível diferença na paisagem. Aqui não se vêem as milhares de sepulturas que pontilham os arrozais do sul. Os raros tratores do Mekong e mesmo os búfalos desperdiçam tempo e trabalho em complicadas manobras para contornar o emaranhado de pequenos túmulos, que o culto dos mortos da população meridional preserva contra a lógica razão econômica. E, como haviam contado os técnicos agrícolas de Can Tho, soma-se a este desperdício o desgaste provocado nas plantações e colheitas pela rataria concentrada nessas seculares sepulturas.

Esses dois cenários agrícolas são reveladores da permanência de dois estágios diferentes de conscientização camponesa, que o visitante estrangeiro tem dificuldade em compreender de imediato.

Não é porque no Mekong os técnicos e os quadros do partido tenham descuidado da tarefa de convencer as populações a transladar os seus mortos para cemitérios longe dos arrozais, rodeados de muros e árvores, como em Dien Tho. Na região de Danang, o trabalho político tinha certamente raízes mais sólidas, que permitiram convencer os camponeses facilmente, pela lógica e pela prática. No Mekong — em algumas zonas da região, pelo menos —, a persuasão tem que ser exercida com mais cuidado, sem ferir bruscamente hábitos seculares. Lentamente, mas com persistência. “À vietnamita”, diria Le Cong Chin.

A nostalgia de John Swain

Em 29 de março de 1975, o Exército Popular tomou Danang facilmente e quase sem resistência. O único edifício em chamas foi o do Consulado-



Pescadores do Mekong: ao longo do rio, que nasce no Tibet, floresceram civilizações milenares

Geral dos EUA, cujos arquivos foram incendiados pelos próprios funcionários, momentos antes de se refugiarem nos navios da 7ª Esquadra que os aguardavam. Os vestígios do incêndio foram conservados no primeiro andar. Nas salas do térreo, está instalado agora o Museu dos Crimes Norte-Americanos.

Entre as centenas de aviões caídos intactos em poder das forças revolucionárias e que ainda serviram na fase final da “Campanha de Ho Chi Minh”, estava uma numerosa frota de Boeings 727. Os símbolos da US Air Force foram substituídos pelas cores das Linhas Aéreas do Vietnã e os aviões passaram a ser utilizados nas linhas domésticas.

Dez anos mais tarde, os Boeings ainda estão em excelente estado de conservação e é deles que se desembarca no aeroporto de Tan Son Nhat, na Cidade de Ho Chi Minh, quando se vem de Hanói.

Ao entrar na ex-Saigon pela avenida Nguyen Van Tròi, nos vem à lembrança, inevitavelmente, tudo o que foi lido e ouvido, durante anos, acerca do fascínio, drama, mistério e da miséria desta cidade que os visitantes ocidentais e os correspondentes estrangeiros que aqui viveram o tempo do fogo têm dificuldade em chamar de Ho Chi Minh.

Diante da radical transformação sofrida pela cidade, não é raro sentir nos jornalistas estrangeiros que retornam, uma envergonhada nostalgia de uma época definitivamente superada.

É o caso do inglês John Swain, do *Sunday Times*, correspondente permanente, na primeira metade da década de 70, no Vietnã e no Campuchea. Em abril de 1975, Swain foi um dos raros repórteres estrangeiros que ficaram em Phnom Penh para cobrir a chegada dos khmers vermelhos, o que o levou a enfrentar vicissitudes e perigos após o esvaziamento da capital campucheana pelas tropas de

Pol Pot. Ele escapou de piores dissabores, refugiando-se, como todos os estrangeiros, na embaixada francesa, e viveu as angústias descritas no filme *Killing Fields* ("Os gritos do silêncio"), onde, aliás, é uma das personagens.

Regressámos juntos, de manhã, de Phnom Penh, e jantávamos no restaurante do 5º andar do Hotel Cuu Long, bastante mencionado nos despachos dos correspondentes, quando Saigon era assunto das primeiras páginas na imprensa internacional. Swain estava atrasado com a reportagem de três mil palavras sobre a Indochina que o seu jornal aguardava para a próxima edição. Em crise de idéias, lamentava-se pela escassez de temas interessantes e de impacto, porque no Vietnã, Cam-puchea e Laos era-lhe agora difícil ver mais do que três países debatendo-se no subdesenvolvimento, com números de planos económicos, campanhas de colheitas de arroz e manobras diplomáticas de bastidores. Até os combates na fronteira cam-pucheano-tailandesa não lhe pareciam merecer mais do que dois parágrafos.

Olhando com tédio a outra margem silenciosa do rio Saigon e as multidões de ciclistas passeando preguiçosamente nas ruas marginais do porto, Swain experimentava uma sensação quase deprimente — embora moralmente condenável, como confessou. . . —, por saber para sempre desaparecida a vivência excitante da guerra, numa cidade onde nada era impossível, as aventuras e os perigos quotidianos, com qualquer prazer acessível, o dólar do mercado negro infinitamente poderoso, os acontecimentos se atropelando incessantes, a notícia e o "furo" jornalístico sempre inesperados. Da mesa a que agora nos sentávamos e da janela que nos ladeava, assistia-se, 15 anos antes, sem abandonar a cerveja ou o uísque — recordava Swain com pomnores — aos duelos de artilharia e aos relâmpagos dos canhões da FNL, disparados a menos de dois quilómetros, precisamente naquela margem tranquila que vemos nessa noite quente de junho de 1985.

Saigon: o fim de uma época

Os vinte e um anos de presença norte-americana transformaram Saigon numa metrópole gigantesca de um país pobre e estruturalmente rural. Como já foi dito, a população saigonesa foi multiplicada por nove e mergulhada num consumismo desmedido. A capital meridional recebeu a maior parte da ajuda dos EUA destinada ao Vietnã do Sul. Ela arrecadava, por ano, 750 milhões de dólares de ajuda económica e 1,3 bilhão de ajuda militar. Se acrescentarmos as contribuições de outras potências capitalistas — Japão, França, Grã-Bretanha, Alemanha Federal, Austrália —, as despesas

dos serviços civis e militares norte-americanos, e as mercadorias isentas de impostos descarregadas em fluxo contínuo no porto, Saigon alimentava-se, anualmente, com mais de 2 bilhões de dólares.

Que produzia e vendia esta cidade dos nostálgicos fascínios de John Swain? Não há dados sobre a produção da cidade naquela época, mas todo o Vietnã do Sul não ia além de 50 milhões de exportações anuais.

O Tesouro norte-americano sustentava (números por baixo) meio milhão de soldados, agentes policiais e funcionários, e incrementava, direta ou indiretamente, uma espantosa rede de todo o tipo de comércio e tráfico. Quando o Exército Popular entrou em Saigon, estavam registradas como comerciantes 300 mil famílias, duas vezes mais do que o número de famílias operárias. As matérias-primas do pouco que era fabricado vinham de fora. Um exemplo entre muitos: a empresa que vendia no país o leite condensado com etiqueta "*Made in Republic of Vietnam*" importava o leite, a lata, a etiqueta e a embalagem.

Estima-se em cerca de 30% a população saigonesa que vivia, de uma forma ou de outra, às custas do orçamento norte-americano. Os negócios paralelos e os tráficos do submundo floresciam, sem que os seus beneficiários pudessem imaginar que um dia isso desmoronaria num abrir e fechar de olhos. Que acabariam os bordéis luxuosos, as casas de ópio e o tráfico de heroína, cujo "conselho de administração" ia até o gabinete de Nguyen Van Thieu, com ele próprio e os seus generais de maior confiança a usufruírem dos vultosos dividendos.

Como poderiam os prósperos donos dos requintados restaurantes do bairro de Cholon, bairro da minoria chinesa *hoa*, pensar que iriam deixar de servir à sua rica clientela, estrangeira e nacional, pratos tão sofisticados como cérebros de macaco ainda com contrações, orelhas de urso, barbatanas de tubarão em hortelã-pimenta, serpentes em molho *vinagrete*?

Para toda essa gente, o sonho foi brutalmente interrompido quando o cassino "*Le Grand Monde*", imenso palácio de todos os vícios e prazeres, propriedade de uma rica família *hoa*, foi destruído por mísseis na manhã de 30 de abril de 1975. Duas horas depois, o soldado Thanh, o primeiro combatente do Exército Popular a entrar no palácio presidencial de Van Thieu, tinha diante de si o primeiro-ministro do antigo regime de Saigon, Vu Van Mau, rendido, de mãos ao alto e olhar inquieto.² O "presidente dos três dias" que sucedeu a Van Thieu, o general Duong Van "Grande" Minh, saiu de cena de modo mais digno: rendeu-se, com as praxes militares costumeiras, a um oficial de alta patente do exército revolucionário e, dias depois, partiu para o exílio em Paris.

A Cidade de Ho Chi Minh, hoje

Dez anos depois, a Cidade de Ho Chi Minh é o pólo de desenvolvimento industrial do Vietnã. Em 1983, cabiam-lhe 38% da produção industrial do país e 40% do total do artesanato, que decuplicou. Na campanha de 1984/85, a província de Ho Chi Minh produziu 33 mil toneladas de alimentos, o que lhe permitiu abastecer o norte quando as calamidades naturais no final do ano passado (chuvas, tufões e ondas de frio que não se registravam há um século) causaram danos nas culturas, provocando perdas de até 80% em algumas regiões. Antes da libertação de 116 anos de colonialismo (os franceses desembarcaram em 1859), Saigon importava mais de 90% das matérias-primas utilizadas na indústria. Hoje a maior parte é de origem nacional.

O analfabetismo é considerado erradicado. Foram criados, desde 1975, um milhão de empregos, há 300 empresas industriais estatais, 25 mil unidades privadas e cooperativas de artesanato. A província de Ho Chi Minh dispõe hoje de oito médicos e 47 leitos de hospital para cada 10 mil habitantes.

Nem em Ho Chi Minh, nem em outras regiões do Vietnã que o repórter de *cadernos* percorreu, se vêem crianças com sinais de subnutrição. Vêm-se crianças magras e de pés descalços, mas irrequeitas, brincalhonas, sorridentes e atrevidas com os estrangeiros de traços ocidentais.

Ho Chi Minh conta hoje com 600 creches, 20 faculdades e escolas de altos estudos, 38 hospitais, 290 casas de cultura. "Le Grand Monde" foi reconstruído e é agora um magnífico Centro Cultural, inaugurado às vésperas do 10º aniversário, com um teatro ao ar livre para mil espectadores, que o lotam todas as noites para assistir à ópera chinesa. Na esplanada do Centro, logo que o dia nasce, uma centena de anciãos entrega-se com prazer a exercícios de ginástica. Ao mesmo tempo, nas margens do rio, milhares de vietnamitas de

² O presidente Nguyen Van Thieu abandonou o palácio, o poder e o Vietnã em 26 de abril, sem que, na precipitação da partida, pudesse levar consigo as 14 toneladas de ouro, já encaixotadas, do seu tesouro particular. Teve de contentar-se, entre outras poupanças não conhecidas, com os sete milhões de dólares oferecidos pelo presidente Richard Nixon como compensação pela assinatura dos Acordos de Paris. Van Thieu fixou residência em Londres com o irmão, último embaixador do seu regime na Corte britânica.

Em 28 de abril, outra célebre personagem do regime pró-americano, o antigo vice-presidente e o vice-marechal da força aérea Nguyen Cao Ky, foi dos primeiros "endangered people" (qualificação do comando norte-americano para os altos funcionários vietnamitas que mais fielmente o tinham servido e que, por isso, gozavam de prioridade na evacuação) a partir. Dois dias antes da fuga, Cao Ky tinha vociferado contra "os covardes que se vão embora com os norte-americanos..."



Com uma taxa de mortalidade infantil próxima à de alguns países europeus, a evolução da criança vietnamita foi considerada "notável" pela Unicef

todas as idades praticam o *thai cuc* (*t'ai ki* em chinês), uma ginástica marcial que permite "elevar-se ao centro das coisas", ou o *vo*, que combina "o vigor da arte de combate com a elegância da dança e de uma ginástica que engloba todos os aspectos da personalidade humana".

Os dados da cidade e da província são relatados pelo jovial e dinâmico diretor das Relações Exteriores de Ho Chi Minh. O relato vem entremeadado com algumas palavras em português, porque Vu Hae Bong, 60 anos, que representou o seu país em várias capitais africanas, foi o primeiro embaixador vietnamita na República Popular de Angola.

Foram derrubados, nos últimos dez anos, 150 mil barracos e abrigos ao longo dos rios e canais, e construídas moradias mais dignas para as pessoas

que aí viviam. Mas, pelo menos 40 mil famílias — diz Vu Hae Bong — terão ainda de esperar até 1990 para receberem os pequenos apartamentos em construção. Apartamentos semelhantes aos que My Hoa (ver texto “Os amigos não se esquecem”) nos fez visitar no bairro que administra, Tan Binh, o mais populoso da cidade: duas pequenas salas, cozinha e banheiro, tudo com menos de 40m².

O “mercado negro” de Ho Chi Minh

Não é numa década que se apagam os hábitos e gostos do superconsumismo de que Saigon foi impregnada com os dólares americanos. A cidade viu partir, desde 1975, para outras regiões do país, as “Zonas de Nova Economia”, e para o exterior, um milhão de habitantes. Muitos dos que optaram pelo exterior pertenciam à etnia *hoa*, e partiram nas condições trágicas do que ficou conhecido como fuga dos *boat people*.

Os ex-saigonenses são ainda hoje tentados pela etiqueta estrangeira. Esta preferência leva algumas empresas de Ho Chi Minh a apresentarem ao público produtos nacionais com rótulos de outros países, como nos foi revelado com a tradução de um editorial do diário *Saigon Giai Phong* em que o articulista criticava essa prática.

Não é preciso vagar por Cholon para concluir como estes gostos antigos permanecem enraizados numa larga faixa da população. Ainda se pode comprar de tudo em Ho Chi Minh. As ruas do centro e os 200 pequenos e grandes mercados da cidade são completíssimos mostruários de uma espantosa gama de mercadorias, vindas de todos os cantos do mundo.³

Uma parte desses produtos — pela despreocupação com que são expostos e vendidos, parece mais correto designar o “mercado negro” de “mercado

paralelo” — entra no sul do país pelos canais do contrabando marítimo que parte da Tailândia (nesse caso, também através do Camboja), Malásia ou Filipinas. A outra fonte de fornecimento dos vendedores ambulantes pacientemente agachados nas ruas de Ho Chi Minh são os parentes residentes no exterior. São mercadorias que chegam legalmente, nas chamadas “encomendas familiares”, recentemente limitadas a três por ano e por família.

Para Vu Hae Bong, não se combate o “mercado negro” com medidas administrativas, mas com o aumento da produção. Mas a esta constatação acrescenta-se outra razão para a tolerância usufruída pelos pequenos comerciantes vendedores de mercadorias que não poderão deixar de ser classificadas como de luxo num país com a situação econômica do Vietnã: a venda dos artigos estrangeiros assegura a subsistência de milhares de famílias que, de outra forma, não disporiam de um mínimo de recursos.

Os vietnamitas “ricos”

E quem compra esses produtos a preços inacessíveis ao bolso dos operários, funcionários, camponeses e soldados, ou seja, à esmagadora maioria da população vietnamita?

Os clientes estão na pequena camada social de ex-saigonenses que vive bem, desfrutando de um poder de compra equivalente ao das classes médias dos países capitalistas. São comerciantes, traficantes de vários tipos, especuladores de moeda estrangeira — a burguesia do antigo regime que não partiu e conservou o ouro adquirido na “era americana”. São também os *hoa* ricos (antigos grandes comerciantes, cujas empresas foram nacionalizadas após 1975) que resistiram aos apelos para o regresso à China e à propaganda de Pequim sobre as chacinhas de que seriam vítimas se ficassem, quando os dois vizinhos se defrontaram em 1979.

São, finalmente, alguns funcionários privilegiados, como o gerente da seção de roupas do mercado de Ben Thanh (o maior da cidade), que consegue fazer 10 mil *dongs* mensais (2 mil de salário base, 1.500 em subvenções e 6.500 de lucros numa empresa estatal) ou o professor de línguas no Instituto de Intercâmbio Cultural Francês que ganha 7 mil *dongs*.

É essa camada social — uma espécie de pequena burguesia num país de socialismo austero — que não resiste às etiquetas estrangeiras e lota, todas as noites, o excelente restaurante *Maxime* (*Bang Dang* em vietnamita, mas ninguém o conhece por este nome), onde uma refeição sai, sem grande esforço gastronômico, por 1.000 *dongs* (duas vezes o salário mensal básico de um funcionário ministerial de segundo escalão, sem contar as subvenções alimentares). É no *Maxime* e em outros restauran-

³ Atente-se ao leque de produtos — aqui numa reduzida amostragem, por evidente falta de espaço — que o repórter anotou durante um curto passeio pelas ruas da cidade: perfumes franceses *Bien-Être* e *Faubeuge*, cerveja holandesa *Heineken* e dinamarquesa *Carlsberg*, *Coca-Cola*, *Seven Up*, chocolates belga *Côte d'Or* e suíço *Suchard*, farinhas e manteiga australiana para crianças, compotas búlgaras, conservas japonesas e marroquinas de atum e sardinha, pasta dinamarquesa de fígado de porco, presunto de Oklahoma e passas de uva da Califórnia, queijo francês *La Vache qui Rit* e *Camembert* fabricado na Alemanha Federal, leite condensado e *corn beef* soviéticos, sopas *Knorr* e óleo de soja *Maggi*, leite em pó e farinhas *Nestlé*, *fois grass* francês e bombons da Malásia, pasta de dente *Colgate* e sabonetes *Fa* e *Lux*, chá inglês *Lipton*, cigarros *Malboro* e *Gitanes*, canetas *Parker* e relógios suíços. Com etiquetas japonesas não se vêem só as televisões a cores e todo tipo de aparelhos eletrodomésticos, mas também sofisticados preservativos *Forget Me Not*, que uma adolescente exhibe e procura vender com um sorriso simultaneamente cândido e irônico.

tes de luxo (todos estatizados), sempre repletos de estrangeiros e nacionais "ricos", que se tem uma imagem aproximada do que foi a antiga sociedade dos privilegiados saigoneses. Famílias numerosas deliciando-se com pratos requintados, regados a uísque ou cerveja, num ambiente de luxo, com orquestra de cordas e guitarras no palco, jogos de luz e slides, casais sorridentes posando para fotógrafos, mulheres vestidas à ocidental, saias curtas, vestidos de seda, maquiadas e perfumadas.

A supressão radical desta vida dourada da "burguesia" e dessa "economia paralela" do "mercado negro" de Ho Chi Minh acarretaria perturbações sociais e políticas de dimensões desconhecidas. O governo sabe disso e é condescendente. E também sabe que esses hábitos consumistas representam ocupação e rendimentos numa cidade e num país com carência de empregos. Além disso, tais hábitos levam os "ricos" a gastarem o dinheiro no país e a não enviarem divisas para o estrangeiro.

Como em todas as grandes cidades do Terceiro Mundo, o dólar é muito requisitado no "mercado negro". Nas ruas e lojas de Ho Chi Minh, ele é trocado, discreta mas facilmente, por 400 *dongs*; nos hotéis, por 300 (em Hanói, a cotação é mais baixa, 300 e 260 *dongs* por dólar, respectivamente).⁴

Mas, a Cidade de Ho Chi Minh não é o *Maxime* ou o *dancing* do Hotel Rex, onde, nas noites de segundas, quartas e sábados, estrangeiros e vietnamitas "ricos" têm a rara oportunidade de se confraternizarem até às 23:30h, trinta minutos antes de entrar em vigor o toque de recolher obrigatório.⁵ É, sim, a vida difícil da maior parte da população, a proliferação de pequenas e médias empresas, a construção de novas moradias, de escolas e jardins, alguns destes últimos nos bairros mais populosos, em terrenos de antigos cemitérios transferidos para a periferia da cidade. A Cidade de Ho Chi Minh é também o incrível burburinho das ruas, cafés e cervejarias sempre abarrotados de gente, os inúmeros ciclistas, para quem as mais elementares regras de trânsito são coisas de outro planeta. Uma

⁴ Em abril deste ano, o câmbio oficial ainda era 10 *dongs* por um dólar, mas em maio a moeda nacional foi desvalorizada: perdeu dez vezes o seu valor, paulatinamente e variando de região para região (no final de maio, as recepções dos hotéis de Ho Chi Minh aceitavam um dólar por cem *dongs*, enquanto as dos hotéis de Hanói mantinham um dólar por dez *dongs*). Em junho, ainda não se tinham alterado os níveis de especulação. Assim, o dólar, que era trocado em abril por 40 vezes o seu valor oficial, em junho tinha passado para 4.

⁵ Ho Chi Minh é a última cidade do Vietnã onde ainda vigora o toque de recolher obrigatório da meia-noite às 5hs. Vem sendo progressivamente encurtado e todos os responsáveis com quem o repórter de *cadernos* abordou a questão acham que nada mais o justifica, prevendo a sua supressão total para muito em breve.

Carlos Pinto Sarmos



O porto da Cidade de Ho Chi Minh: uma posição geográfica privilegiada no sudeste asiático

bicicleta ou uma motocicleta ("há 300 mil motocicletas em Ho Chi Minh", enfatizou Vu Hae Bong) pode transportar no Vietnã uma família inteira: pai ao guidom, mãe atrás e, entre eles, dois filhos pequenos, havendo ainda casos em que se levava um cão.

Hanói, capital milenar com destroços de B-52

Hanói, ou "a cidade deste lado do rio" (Verme-lho), foi quase sempre a capital do Vietnã independente: desde o ano 1010, por decisão do rei Ly Thai To, até 1802, quando a dinastia dos Nguyen transferiu a corte para Hué. Tomada pelos franceses em 1882, só após os Acordos de Genebra em 1954 reassumiu a posição, de fato, de capital do Vietnã do Norte e, depois, da República Socialista do Vietnã, fundada em 2 de julho de 1976.

Foi, portanto, em Hanói que Ho Chi Minh leu a Declaração da Independência, em 2 de setembro de 1945. Mas as forças do Vietminh foram obrigadas a se retirar para as montanhas do norte, depois dos ataques da artilharia francesa que provocaram milhares de mortos no bairro de Dong Xuan.

Se a Cidade de Ho Chi Minh guarda ainda muitos estigmas da "era americana", em Hanói, o passado milenar, a ocupação chinesa e a colonização francesa vêm ao encontro do visitante a cada esquina.

Templos, pagodes, torres, monumentos, vindos dos confins dos séculos, convivem com os belos edifícios de arquitetura colonial francesa, recuperados para ministérios e outros departamentos administrativos, e os velhos hotéis de salões amplos, tetos altos e reminiscências do requinte parisiense *art nouveau* dos anos 20, como o famoso Hotel Thong Nhat ("Reunificação", em vietnamita), por onde passaram gerações de visitantes estrangeiros.



Carlos Primo Santos

A asa do B-52 no pequeno lago da Aldeia das Flores: no Natal de 1972 foram abatidas 23 "fortalezas voadoras".

Hanói é também os lagos, o Parque Lênin, os jardins e, fatalmente, os vestígios da guerra.

Tropeça-se neles a cada passo. No pequeno parque vizinho ao Templo da Literatura (construído em 1070 para celebrar o culto de Confúcio), a iniciativa popular amontoou destroços dos aviões norte-americanos abatidos e depois cercou-os com uma grade protetora. Nesse "monumento" à guerra, o repórter cedeu à insistência de um soldado em posar orgulhoso para a foto, diante dessa amalgama de ferro-velho. No lago Truc Bach, uma lápide assinala a derrubada de um F-LLL em 26/10/67

e o nome do piloto capturado, tenente-coronel John Sney Macan. Libertado em 1973, o piloto visitou o local em fevereiro deste ano, cumprimentou o artilheiro que o abateu e sorriu para as câmaras da NBC que "cobriam" o regresso ao Vietnã do ex-oficial da US Air Force, agora congressista do Partido Republicano em Washington. Na aldeia de Ngoc Ha ("Aldeia das Flores"), a asa do B-52 que aí caiu permanece semimergulhada num pequeno lago. Outro monumento, no populoso bairro de Kham Thien, lembra os bombardeios da noite de 26 de dezembro de 1972, que causaram 215 mortos.⁶

Dormir nas calçadas

Contrariamente à ex-Saigon, em Hanói não

⁶ Em 18/12/72, dois dias depois da delegação norte-americana suspender as negociações de Paris, Richard Nixon enviou um ultimato ao primeiro-ministro Pham Van Dong: ou os dirigentes vietnamitas concordavam com as alterações propostas por Kissinger ao texto em discussão ou Hanói seria totalmente bombardeada. Horas mais tarde, após receber a carta contendo o ultimato, os B-52 surgiram sobre a capital. O governo vietnamita, no entanto, previra a eventualidade do ataque e, semanas antes, a maior parte da população fora evacuada, o que explica o número relativamente reduzido de vítimas civis nos 12 dias dos bombardeios - 1318, segundo dados oficiais.

As crianças "amero-asiáticas"

Ho Chi Minh é ainda os bandos de crianças que interpelam e brincam com os estrangeiros de traços ocidentais, escoltando-os pelas ruas e praças da cidade.

No meio dessas crianças, algumas se sobressaem pelos traços fisionômicos ou cor escura da pele. Têm todas mais de dez anos de idade, são mestiças, filhas de soldados norte-americanos. Chamam-lhes "amero-asiáticas", termo inventado pela imprensa norte-americana.

O governo de Washington levantou a questão destas crianças e adolescentes em 1982, nos contatos com diplomatas vietnamitas, em Genebra. Acusaram os dirigentes e instituições do Vietnã de discriminação em relação a essas crianças com sangue norte-americano (a maior parte nasceu de violações cometidas pelos GI's), propondo ao governo de Hanói que as deixasse emigrar para os Estados Unidos. Com a questão dos soldados norte-americanos desaparecidos no Vietnã do Nor-

te e a intervenção vietnamita no Campuchea, a situação dos "amero-asiáticos" constituía parte dos obstáculos que a administração Reagan invocava para recusar-se a iniciar o processo de negociações entre os dois países.

Os vietnamitas concordaram imediatamente, impondo como única condição, que a partida das crianças e das suas mães, desejosas de emigrarem para os EUA, se fizesse através dos serviços do Acnur (Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados).

De 1983 a março de 1985, 4.700 famílias com crianças "amero-asiáticas" foram encaminhadas pelo Acnur para os Estados Unidos. Cada uma dessas crianças vai acompanhada pela mãe e, geralmente, por um irmão ou, em casos muito raros, pelo padrasto. As mães, em sua maioria, são solteiras e pobres, e muitas das crianças "amero-asiáticas" vagueiam pela cidade ou encontram-se nos centros de recuperação de jovens delinquentes. Calcula-se que permanecem ainda no sul do país cerca de 3.000 crianças "amero-asiáticas", o que representa famílias num total de 10 mil pessoas.

A partida dessas crianças e das suas mães tem-se processado muito lentamente porque, segundo a versão vietnamita, os serviços de imigração nor-

existe um "mercado negro" com espantosa quantidade de produtos estrangeiros. Não há "300 mil motorizadas" ruidosas. Não se vêem as jovens usando longas luvas de cetim, que lhes protegem a brancura da pele. Não circulam os velhos Dodges e Chevrolets que na cidade do sul são táxis privados para casamentos ou viagens interurbanas com um mínimo de lotação de quinze passageiros.

Mas em Hanói há, como em Ho Chi Minh, Da nang, Haiphong e outras cidades vietnamitas, a mesma quantidade de bicicletas que parecem andar em ininterrupto desfile, bem no meio da rua. Indisciplina rodoviária "intrínseca", obrigando os motoristas a não retirarem as mãos da buzina e provocando o temor — em quem não está habituado a viajar de automóvel no Vietnã — de que um desses pacatos ciclistas venha, de dez em dez metros, a esmagar-se contra o pára-brisas do carro.

Cidade dita austera e puritana, com dezenas de anos de regime socialista de guerra, Hanói (com um milhão de habitantes menos que a Cidade de Ho Chi Minh) tem o mesmo burburinho dos centros urbanos asiáticos. Tem jardins frondosos procurados por casais de namorados, grupos de aposentados e crianças.

Cidade que cresceu, em forma de folha de árvore, cuja nervura principal é a linha de bonde da Rua da Seda ao Mercado Dong Xuan, a construção

de novas moradias se faz lentamente. As pequenas casas abrigam duas ou mais famílias, o que leva muita gente a preferir dormir em esteiras nas calçadas, quando o calor aperta e a chuva não cai.

Muitas dessas pessoas que dormem ao lado de suas bagagens são camponeses que permanecem três ou quatro dias na cidade para comprar ou vender, sem parentes ou recursos que lhes permitam hospedagem nos poucos hotéis existentes.



O ininterrupto desfile de bicicletas nas ruas de Ho Chi Minh

te-americanos foram surpreendidos pela concordância imediata do governo de Hanói e começaram a levantar obstáculos à sua entrada. Esta explicação nos foi confirmada por uma funcionária francesa da delegação do Acnur em Ho Chi Minh, que nos descreveu como vencera a teia burocrática e as dificuldades levantadas pelos serviços norte-americanos para conseguir os vistos de entrada do último grupo de 250 pessoas com crianças "amero-asiáticas", que haviam viajado no final de maio deste ano.

Thu Huong vai para os EUA

Phan Thi My Dung tem 38 anos e, em 1970, era empregada de um restaurante em Nha Trang, a 400km ao norte de Saigon. Conheceu aí um norte-americano que nunca viu fardado e com quem viveu durante quatro meses. Engravidou e Bill — o único nome ou referência que tem dele — convenceu-a a ir para Saigon, onde My Dung tinha família. A jovem adoeceu, nasceu-lhe uma menina e regressou a Nha Trang. Bill tinha desaparecido sem deixar rastro e My Dung não teve coragem de procurá-lo através dos serviços militares ianques, porque considerava que vivera com ele numa situação irregular.

Nada mais soube do pai de Phan Thi Thu Huong, hoje uma bonita adolescente de 14 anos. Vivem numa pequena casa na rua Cô Bac, na Cidade de Ho Chi Minh, com a irmã de My Dung e a avó de Thu Huong. Todos subsistem com enormes dificuldades, vendendo cigarros e tijelas de sopa.

Thu Huong fez a escola primária e estudou até o segundo ano do secundário, quando deixou os estudos para aprender inglês, em 1982, já pensando em ir para os EUA. Foi nesse ano que mãe e filha se candidataram para emigrar. Passaram nos exames médicos exigidos pelos serviços de imigração dos EUA e, desde então, esperam a chamada do Acnur.

My Dung, católica praticante, diz que nunca se casou para se dedicar à filha, sua "única fonte de alegria e consolo". Os funcionários do Acnur não lhe deram qualquer esperança de poder vir a encontrar o pai de Thu Huong, não sabe quando viajará, nem em que condições irá viver nos Estados Unidos. O futuro é para ela uma incógnita total.

Thu Huong nunca se sentiu discriminada pelos seus traços ocidentais na escola ou no bairro onde vive e, com um sorriso ingênuo, garante ao repórter que encontrará o pai.

Há mendigos em Ho Chi Minh, mas em número ínfimo, se comparados com os de cidades como o Rio de Janeiro, Buenos Aires, Kinshasa, Lisboa, Paris ou Nova Iorque.

Hanói é, finalmente, a ginástica matinal de centenas de cidadãos nos gramados fronteiriços ao solene e imponente Mausoléu de Ho Chi Minh (inaugurado no 30º aniversário da Declaração da Independência — 2 de setembro de 1975 — e construído com materiais vindos de todas as regiões do país, durante a guerra contra os EUA) e as peladas de futebol às seis da manhã, nos cruzamentos das ruas.



Carlos Pinto Sarmos

Mercado de Can Tho, capital do delta do rio Mekong

A questão salarial

“O salário de um funcionário mal dá para passar dez dias no mês”, diz em Hanói um antigo diplomata às vésperas da aposentadoria. “Como viver com salários de 100 ou 200 *dongs*, que, com as subvenções, não atingem mais do que 1.800/2.000 *dongs*, quando um quilo de carne no mercado livre custa 300 *dongs* e a cota dada pelo Estado é, em média, de 500 gramas por mês?”, interroga-se uma engenheira de uma fábrica têxtil de Danang.

Um pato no mercado de Ben Thanh, na Cidade de Ho Chi Minh, está tabelado a 250 *dongs*. Quem pode comprá-lo? “Os ricos”, responde, sorrindo, o

intérprete e funcionário do Ministério das Relações Exteriores Nguyen Son. Os “ricos” são os comerciantes, os traficantes de pequenas e grandes mercadorias, mas também os artesãos, os “biscateiros”, os consertadores de bicicletas, aparelhos de rádio ou televisão e todos aqueles que podem alcançar um rendimento mínimo de 3.000 *dongs* líquidos.

Para a maioria dos vietnamitas, no entanto, a situação é de apertar o cinto e aguardar, com a sua providencial paciência e obstinação, os melhores dias que — eles não duvidam — chegarão mais cedo do que se espera.

O regime de salários vigente no Vietnã ainda vem da época da guerra, com o complexo sistema de racionamento e preços subvencionados que variam segundo as regiões, as empresas ou as cooperativas agrícolas. É um labirinto burocrático de cupões e escalas relacionadas com a função do trabalhador, a dureza e o esforço exigido em cada atividade, o número de crianças e velhos a cargo de cada família, o estado de saúde, etc. .

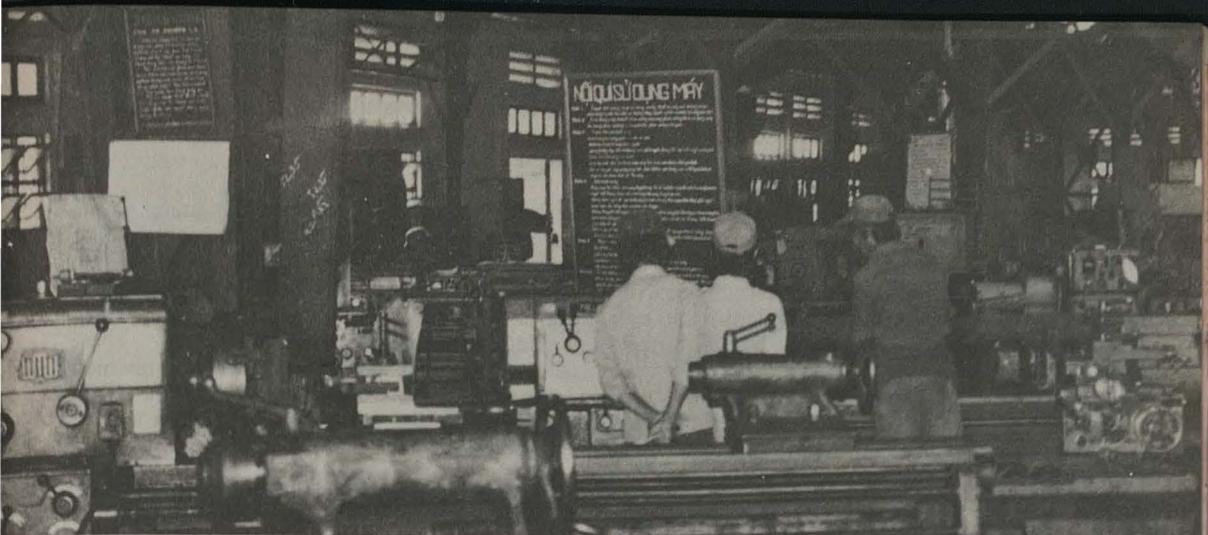
Um operário, por exemplo, que ganhe 500 *dongs* líquidos, junta a isto (que dará, no máximo, para comprar no mercado livre dois quilos de carne de porco) cupões que lhe darão direito a 20kg de arroz para ele, 17kg para um filho estudante ou um velho, 9kg para as crianças. Receberá 2,5kg de carne, 5kg de peixe, açúcar, sabão, tecidos, etc.. Todos estes produtos subvencionados pelo Estado custarão ao operário, ao funcionário ou ao soldado um centésimo do que pagarão por um quilo de arroz ou um décimo pela carne, no mercado livre. Os aluguéis, as taxas de água e eletricidade têm preços irrisórios.

Como as cotas alimentares fornecidas pelo Estado não são suficientes, todos aqueles que podem fazer trabalhos extras para completar o magro rendimento mensal.

“Lucro, eficácia, autogestão e combate à burocracia”

A partir de 1979, desenvolveram-se no interior do Partido Comunista debates e pesquisas com vistas a atenuar a rigidez do sistema produtivo, excessivamente centralizado, corrigir a precipitação na coletivização dos campos, manifestada na parte meridional do país após 1975 e reformular o regime de salários.

Dois anos depois, iniciaram-se em três províncias experiências discretas em alguns setores de atividade, que consistiam na supressão gradual das subvenções e dos racionamentos substituídos por salários apenas em dinheiro. Foram escolhidas, primeiro, Long An, no sul (pequena província vizinha de Ho Chi Minh), depois Danang, no centro, e Haiphong, no norte. Mais tarde, foi acrescentado o



A carência de energia e matéria-prima obriga a indústria a funcionar à metade de sua capacidade

Carlos Pinto Santos

distrito de Me Linh, na província de Hanói.

A orientação da liderança vietnamita quanto a esta questão foi sintetizada por Le Duc Tho, membro do Birô Político do Comitê Central, durante o 5º Congresso do Partido Comunista, em março de 1982: "Vocês fazem as experiências, nós tiraremos os ensinamentos e, todos juntos, corrigiremos os erros".

Os resultados das inovações foram sendo acompanhados e testados durante todo esse tempo e, em junho último, após uma semana de discussões, o Comitê Central do PCV decidiu estender as experiências das províncias-piloto ao resto do país.

No comunicado então emitido, foi assinalado que as reformas incidirão "não apenas sobre os preços e os salários, mas também sobre o comércio, as finanças, a circulação monetária, o planejamento e a gestão econômica". O objetivo é "abolir radicalmente a gestão administrativa e burocrática, para passar, definitivamente, à autogestão econômica, à empresa socialista e à criação de condições favoráveis ao desenvolvimento da economia".

Na reunião plenária do Comitê Central, foram enfatizadas expressões como "lucro", "qualidade", "eficácia" e mesmo "autogestão" ou "combate à burocracia", para definir as reformas estudadas.

Na prática, isso significa que os cupões de racionamento serão gradualmente suprimidos e as empresas levadas a se gerirem financeiramente sem as subvenções do Estado. Os fornecimentos de mercadorias a preços abaixo dos custos de produção serão extintos.

Tudo isto será feito por etapas. Quando abordados sobre a questão, que implicará mudança radical na vida da população e no funcionamento da economia, as autoridades vietnamitas exprimem a opinião de que a reforma terá de aguardar o final de 1986 para ser estendida a todo o país.

Escassez de energia

Os objetivos governamentais de estabilizar e melhorar o nível de vida da população, em particular nas cidades onde as condições são mais difíceis, e incrementar a produção industrial e agrícola, recorrendo a uma gestão mais racional, têm contra eles a deficiência das infra-estruturas econômicas: equipamentos, matérias-primas, energia e transportes.

A Fábrica Mecânica de Danang produz motores a explosão, acessórios para automóveis, cilindros para locomotivas, motores diesel para barcos de pesca e bombas de irrigação, teares mecânicos, equipamentos para fábricas de bicicletas e toda uma gama de maquinaria essencial ao funcionamento de outras empresas industriais e agrícolas.

É a única fábrica do gênero da região central do país. Tem equipamento velho e instalações amplas (construídas sobre o pavimento cimentado de uma base norte-americana), coopera com empresas de nível nacional e recebe muitos contratos de produção. No entanto, a administração se vê forçada a recusar muitas encomendas por falta de matéria-prima e energia elétrica.

Quando visitamos as oficinas, a maior parte das máquinas estava parada. O fornecimento de eletricidade fora reduzido em 70%, para permitir os trabalhos nos arrozais da região. Os cortes de energia são diários nas épocas de grande irrigação e prolongam-se por seis ou sete horas, impedindo a fábrica de atender a muitas das suas encomendas.

As dificuldades da Fábrica Mecânica de Danang retratam a situação geral da indústria vietnamita: escassez de matérias-primas, energia e equipamento. Não há dados precisos e globais, mas várias fontes consideram que não é exagerado estimar que a indústria, a nível nacional, não utiliza mais de me-

tade da sua capacidade instalada, apesar da produção do setor secundário (artesanato incluído) ter sido quintuplicada nos últimos dez anos.

Dirigentes, economistas e técnicos vietnamitas estão convictos de que a infra-estrutura econômica do país registrará uma evolução positiva nos próximos anos. Fixam essa data para o final do atual Plano Quinquenal, ou seja, 1990. Até lá, os grandes projetos em execução deverão começar a dar frutos, permitindo o aproveitamento dos recursos naturais pouco explorados, que influirão no desenvolvimento industrial e agrícola.

Os mapas geológicos do Vietnã indicam recursos minerais abundantes. O país dispõe de reservas de ferro de alta qualidade, carvão de antracito e lenhite (3 bilhões de toneladas desta última variedade foram descobertas no delta do rio Vermelho), estanho, gás natural, bauxita, volfrâmio, metais não-ferrosos, metais raros (ouro e prata), areia (exportada para o Japão) e petróleo.

No início deste ano, o vice-primeiro-ministro para Assuntos Econômicos, Tu Huu, afirmou que existem, em terra e na plataforma continental, reservas comprovadas de petróleo em quantidade suficiente para satisfazer as necessidades do país e ainda destinar uma parte importante à exportação.

A extração, no entanto, não terá expressão econômica antes de três anos — as 500 toneladas diárias que já se produzem são uma gota d'água dentro das necessidades do consumo nacional —, prevendo a Companhia de Petróleo do Vietnã (instalada na antiga embaixada-fortaleza dos EUA em Saigon) que a produção nacional possa atingir 5 milhões de toneladas em 1990 e o país conseguir a auto-suficiência antes do final do século.

Mas, por enquanto, é grande a escassez de combustível, que, no ano passado, acarretou a redução dos vôos domésticos.

As grandes jazidas *off shore* estão localizadas perto das praias de Vun Tau, a 120km da Cidade de Ho Chi Minh. Estas reservas foram descobertas, durante a guerra, por companhias norte-americanas, que depois de 1975 propuseram ao governo vietnamita continuar a prospecção e exploração petrolíferas.

Interessados na tecnologia dessas empresas, que lhes garantia um aproveitamento mais rápido das reservas, os vietnamitas concordaram, mas o projeto foi bloqueado pelo boicote econômico imposto pela Casa Branca. Diante deste veto, Hanói recorreu à colaboração da União Soviética — e também de empresas alemãs federais, italianas e francesas —, formando-se a Vietsovpetro, empresa conjunta que, não dispondo da tecnologia de ponta das transnacionais petrolíferas, já está em condições de assegurar níveis de extração apreciáveis em futuro próximo. Até essa época, Moscou continuará fornecendo à República Socialista do Viet-

nã o petróleo que — segundo a imprensa norte-americana — compra à Indonésia.

Triplicar a produção de eletricidade

É também com o apoio soviético que os vietnamitas esperam resolver a enorme carência de energia hidrelétrica, criando condições para, no final do Plano Quinquenal 1986-1990, duplicar a produção industrial e ampliar a área agrícola em centenas de milhares de hectares.

Entre as dezenas de projetos de desenvolvimento que estão em execução com a ajuda da URSS, sobressaem três grandes barragens nas regiões norte, centro e sul:

— Central Hidrelétrica de Hoa Binh, no rio Da (rio Negro), a 80km a oeste de Hanói. É o mais importante investimento energético no Vietnã e será a maior barragem do sudeste asiático. Em 1987, entrará em funcionamento a primeira das suas oito turbinas, que produzirão 1,92 milhão de quilowatts. A barragem permitirá controlar o nível das águas de todos os afluentes do rio Vermelho, evitando inundações em 800 mil hectares, irrigar outros 300 mil e assegurar 200km de transporte fluvial. Está em construção, nas imediações da barragem, a cidade de Thuy Dien Hoa Binh, que, na sua primeira fase, terá uma população calculada em 100 mil habitantes;

— Central Termelétrica de Pha Lai, a 100km de Danang. Ainda este ano, entrará em funcionamento a sua terceira turbina. Os 220 mil quilowatts atuais serão triplicados, com as seis turbinas previstas;

— Central Hidrelétrica de Tri An, a 70km de Ho Chi Minh. Quatro turbinas, com uma capacidade de 400 mil quilowatts. A primeira entrará em funcionamento em 1987. A barragem vai irrigar 250 mil hectares.

Com essas três novas barragens, o Vietnã contará com 2,7 milhões de quilowatts, o triplo da produção atual de eletricidade.

Os transportes constituem outro setor de estrangulamento da economia do Vietnã. Com um parque automobilístico caindo aos pedaços e uma rede ferroviária obsoleta num país montanhoso e acidentado, os vietnamitas se dedicaram, nos últimos anos, a reparar estradas e pontes destruídas, e a desenvolver, lentamente, a sua frota mercante.

O escoamento de produtos agropecuários se faz lentamente, por trem ou barco, com custos elevados. Os alimentos frescos, abundantes no sul, chegam raramente ao norte do país. Daí ser frequente se deparar nos mercados livres de Ho Chi Minh, com frutas e legumes a um-terço do preço a que são vendidos em Hanói.



Carlos Pinto Santos

Uma cooperativa de artesanato de laca na Cidade de Ho Chi Minh: produção voltada para a exportação

O montante do endividamento externo não é revelado, mas, segundo cálculos de observadores ocidentais, deverá rondar os 3 bilhões de dólares. Isso colocaria o Vietnã ao nível da Bolívia ou do Panamá, países com um vigésimo da sua população.

A situação do balanço de pagamentos é muito mais grave. Os dados oficiais revelam que as exportações cobrem pouco mais de um-terço das importações.

Face a este desequilíbrio com que esbarram os planos de desenvolvimento, as palavras-de-ordem lançadas nos últimos anos pelos órgãos do poder, entraram na linguagem corrente de qualquer quadro médio vietnamita. Nas fábricas, cooperativas de artesanato, unidades agrícolas ou ministérios, o ponto de honra dos nossos interlocutores sempre foi a contribuição das suas empresas ou departamentos no esforço de exportação que lhes é pedido pela direção central.

Expressões como “abrir mercados no exterior”, “fabricar produtos a preços internacionalmente competitivos”, “incrementar as exportações industriais, agrícolas ou de artesanato” e “captar divisas” são proferidas com ênfase e com uma motivação inequivocadamente assumida.

Mas também se ouve com frequência, dos vietnamitas medianamente informados da situação econômica do país, que “o tempo das vacas magras ainda durará anos”. Eles não arriscam datas. Porém, com cautelosa esperança, falam dos anos que se seguirão ao Plano Quinquenal ora iniciado. Sabem, igualmente, que terão de contar com os fatores imprevisíveis do contexto político internacional.

Em 1985, a persistente ameaça chinesa e o estacionamento de tropas no Campuchea (100 mil soldados, após as reduções de efetivos deste ano) fazem do exército vietnamita o quarto mais numeroso do mundo. E, para um país em vias de desenvol-

vimento, suportar — apesar do apoio imprescindível dos seus aliados — um milhão e 200 mil homens em armas é um dado que condiciona todos os planos de progresso.

“Um imenso campo de lótus”

“Conseguiremos. Agora, e para sempre, temos o país livre e unificado. A palavra-de-ordem mais repetida durante os 30 anos em que estivemos divididos pelo Paralelo 17 se cumpriu: *de Ca Mau a Lon Son, uma só nação*”, replica Bui Huu Nhan, o funcionário do Ministério das Relações Exteriores que acompanhou o enviado de cadernos durante algumas semanas.

Como complemento, Nhan narra mais uma das suas muitas histórias do tempo da guerra.

No final da década de 60, ele serviu de guia e intérprete a jornalistas norte-americanos que visitavam o norte, quando a US Air Force bombardeava, furiosamente, cidades e aldeias.

Diante dos bandos de crianças que inundavam o país (a população do norte do Vietnã duplicou de 1945 a 1975), Nhan tinha o hábito de perguntar aos jornalistas: “Aqui estão os seus futuros adversários. Estão preparados para combatê-los?”

Os correspondentes norte-americanos respondiam com ironia — recorda ele —, negando que os Estados Unidos pudessem manter um conflito interminável com um povo vivendo a dezenas de milhares de quilômetros das suas fronteiras.

Com a tranquilidade obstinada dos vietnamitas, diz Nhan à guisa de conclusão: “Se resistimos durante 20 séculos a tantos inimigos, não conseguiremos agora transformar a nossa terra num imenso campo de lótus?”

A flor de lótus é não só o nome da aldeia natal de Ho Chi Minh, Kim Lien, mas também um símbolo nacional do Vietnã. ●

As quatro questões externas

A política externa vietnamita se defronta com quatro questões de resolução imprevisível, já que depende de passos lentos e pacientes. Questões que obrigam a intrincados jogos diplomáticos em que Hanói poderá ceder alguns peões, mas não mudar as posições básicas das grandes peças. Com muitas inter-relações, mas que não levarão necessariamente a soluções em cadeia, essas questões são Campuchea, China, Asean e Estados Unidos.

Elas foram os temas da entrevista que Nguyen Co Thach, ministro das Relações Exteriores do Vietnã concedeu, na capital vietnamita, a cadernos do terceiro mundo.

No Campuchea até 1995

Os governos de Hanói e Phnom Penh anunciaram que as tropas vietnamitas estacionadas no Campuchea não se retirarão antes de 1995. Este prazo de dez anos significa que, apesar das derrotas dos primeiros meses de 1985, em que perderam as últimas bases no interior do Campuchea, as forças de Pol Pot, Son Sann e Sihanouk constituem ainda uma grave ameaça para o regime da República Popular do Campuchea?

— Os rebeldes só constituirão uma grave ameaça se continuarem a dispor do santuário tailandês e do apoio da China, dos Estados Unidos e dos países da Asean.

A situação no Campuchea está estabilizada e é irreversível. O renascimento da nação khmer permitiu-nos proceder este ano a uma retirada das nossas forças. Em março, regressaram ao Vietnã 10 mil soldados e até o final de

Nguyen Co Thach, ministro das Relações Exteriores, analisa os "pontos quentes" da política internacional do seu país

dezembro esperamos que um terço das nossas forças abandonem o Campuchea. Esta retirada progressiva estará completa em 1995, conforme foi decidido pelos dois governos em 1982.

Esses dez anos deverão ser entendidos como o prazo necessário para que o novo exército khmer adquira capacidade operacional para defender o país sem ajuda vietnamita?

— A retirada unilateral total, em 1995, ocorrerá 15 anos depois da queda de Pol Pot. Comparada à presença norte-americana na Alemanha e no Japão 40 anos depois da derrota do fascismo alemão e do militarismo japonês, a presença vietnamita no Campuchea é bastante curta.

Mas não excluimos a hipótese de que ela possa vir a ser abreviada. Isso dependerá das negociações entre todas as partes envolvidas, que deverão se realizar sem condições prévias. Consideramos que este é o momento para se negociar e então o chamado problema campucheano se resolverá por si próprio¹.

A "17ª Lição" chinesa

O conflito com a China não teve ultimamente alterações significativas. No entanto, a artilharia chinesa continua a bombardear, esporadicamente, o território vietnamita, e sucedem-se os

vãos de espionagem. Por outro lado, os dirigentes chineses ameaçaram o Vietnã, no início do ano, com uma "segunda lição".

Como interpreta a estratégia do governo chinês: manter apenas um clima de tensão na fronteira ou existe a ameaça real de

Co Thach a cadernos: "a situação no Campuchea está estabilizada"



uma segunda invasão?

— A estratégia de Pequim é dupla: a tensão permanente e ameaça de uma segunda invasão. Com um só objetivo: sangrar o Vietnã, já ferido por 30 anos de guerra, até a última gota de sangue.

O governo chinês pratica a sua política agressiva, tentando justificá-la com a nossa suposta ameaça na fronteira. Mas, que país estaria disposto, depois de três décadas de guerra, a entrar em confronto com a nação mais populosa do mundo? Só um país governado por loucos!

O governo vietnamita propôs, recentemente, conversações à China que tenham sido recusadas?

— Já há muito tempo propomos negociações ao governo chinês. Sobretudo para que cessem as hostilidades na fronteira. Mas nunca obtivemos resposta positiva por parte de Pequim, que exige, como condição prévia, a retirada das forças vietnamitas do Campuchea. Nós queremos negociar sem condições prévias.

Mas existe o perigo de uma "segunda lição" chinesa?

— Na realidade, não seria a "segunda lição", mas a "décima sétima"; porque a primeira foi dada há 2.054 anos... Ora, se dezesseis lições não deram grandes resultados, a décima sétima tem poucas probabilidades de êxito...

Por enquanto, continuam as agressões na fronteira. O que começa a se tornar um pouco monótono.

O diálogo que se esboça entre a URSS e a China preocupa o governo vietnamita?

— De maneira nenhuma. Pelo contrário, desejamos que esse diálogo dê frutos para a normalização das relações entre os dois países. Um entendimento entre a URSS e a China contribuiria para a distensão mundial e fortalecimento da paz. Portanto, beneficiaria também o Vietnã.

Além do mais, o governo soviético já declarou que uma eventual normalização com Pequim nunca se fará às custas de terceiros.

¹ Após a realização desta entrevista, foi anunciado em Phnom Penh no final de uma conferência de dois dias dos ministros das Relações Exteriores do Vietnã, Campucheia e Laos, efetuada em agosto último, que o governo de Hanói retirará totalmente as suas tropas estacionadas em território khmer até 1990. A retirada, de acordo com o comunicado emitido, se realizará, como até aqui, por fases graduais. A declaração dos ministros indochineses adverte, no entanto, que "se as retiradas forem aproveitadas para torpedeamento da paz e segurança do Campucheia" haverá consultas entre Hanói e Phnom Penh para "a tomada de medidas adequadas".

A Tailândia e o escudo chinês

A Tailândia é o aliado mais seguro dos Estados Unidos em toda a região do sudeste asiático, o que permitiu a esse país dispor, atualmente, de forças armadas bem equipadas e poderosas. Diante dessa realidade, existe possibilidade de diálogo entre o Vietnã e o regime tailandês?

— Nós nunca deixamos de propor negociações à Tailândia. Mas, a política dos governos de Bangcoc, nos últimos 40 anos, foi sempre contra os interesses dos outros países da região e, inclusive, contra os interesses do seu próprio povo. Durante os anos 50 e -60, por exemplo, a Tailândia serviu

Carine Pinto Santos



Escola de Oficiais khmers em Phnom Penh. Os exércitos dos três países da Indochina impulsionam a sua coordenação

como base militar contra nós. Depois, foi quartel-general da Seato², um pacto militar dirigido contra os países indochineses.

Os norte-americanos fracassaram com a Seato e foram derrotados no Vietnã, mas não desistiram de fortalecer a natureza agressiva do regime tailandês. Isso, no entanto, não tem impedido o governo de Bangcoc de sofrer sucessivas crises internas. A última foi a tentativa que ficou conhecida como rebelião militar dos "jovens turcos", em abril de 1981.

Mas, desde outubro de 1973, quando se deu a derrocada do regime militar, deixou de haver agressões diretas contra o Vietnã, como se verificava antes. A partir de então, os tailandeses não ousam fazer guerra aberta contra nós.

Em 1975 os tailandeses começaram a fazer o jogo de Pol Pot e dos seus amigos. Não lhes trouxeram grandes resultados. Depois de 1979, fazem fren-

² Organização do Tratado do Sudeste Asiático. Criado para defender os interesses estratégicos dos EUA no subcontinente asiático, este tratado, equivalente à Otan, perdeu grande importância com a retirada da Austrália e da Nova Zelândia, em abril de 1973.

te contra o Vietnã, apoiando-se nos Estados Unidos e na China.

Pequim, contudo, também falhou na agressão contra nós, o que provou que os chineses não podem servir de escudo à Tailândia na sua política hostil ao Vietnã.

Creio que a Tailândia atravessa de novo uma crise. A tendência para a paz e a neutralidade e para uma política de boa vizinhança em relação ao Campuchea e aos outros países indochineses reforça-se em Bangcoc, depois da derrota de Pol Pot e da ocupação pelo exército tailandês de três aldeias no interior do Laos.

Uma política de boa vizinhança

Isso, no entanto, não tem impedido que grande parte da ajuda militar dos EUA à Tailândia seja encaminhada para as forças que combatem o regime de Phnom Penh, conforme tem sido revelado pela imprensa internacional...

— De fato, isso acontece. É uma má política dos Estados Unidos, que não deviam esquecer que a ajuda prestada ao governo fantoche do sul do Vietnã, embora muito mais vasta, não bastou para salvá-lo.

Há um desenvolvimento positivo nos processos de negociação com outros países da Asean?

— Pensamos que sim. A tendência para uma política de boa vizinhança na região não é de agora. Iniciou-se por volta de 1971, quando começou a delinear-se a derrota dos Estados Unidos e das forças reacionárias dos países da Asean que se apoiavam na potência norte-americana durante a guerra contra os países indochineses. Essa tendência à neutralidade e à paz ficou clara na Conferência de Kuala Lumpur, da Asean, naquele ano. Quatro anos depois, em 1975, com a libertação dos três países indochineses, a reunião de cúpula da organi-



Destruições na província fronteiriça de Lan Song causadas pela invasão chinesa em 1979

40 - terceiro mundo

zação, em Bali, na Indonésia, reafirmou a intenção de estabelecer relações de boa vizinhança com o Vietnã, o Laos e o Campuchea.

A China, porém, procurou sabotar a coexistência pacífica no sudeste asiático, porque a independência dos nossos três países constitui um obstáculo ao seu expansionismo na região e à sua política hegemônica de dividir para reinar. Um velho sonho imperial chinês, de muitos séculos.

Como a China não se conformou com o fato de o sudeste asiático ter acabado para ela, utilizou Pol Pot contra nós, para possuir um trampolim na região, com o resultado que sabemos. E é, em seguida, que vem a "primeira lição".

Tudo isto foi uma espécie de presente de "Papai Noel" que Washington deixou aos países da Asean. Aproveitou-se das divergências entre a China e a URSS e o Vietnã para, em convívio com os dirigentes de Pequim, outorgar-lhes o papel de "gendarme" que eles insistem em assumir, em substituição aos norte-americanos.

Mas o estado de confrontação desejado pelos Estados Unidos e a China não é do interesse dos países da Asean. Eles sabem que, mais cedo ou mais tarde, os vietnamitas vão se retirar do Campuchea e esse problema deixará, naturalmente, de existir.

E aqui surge uma contradição entre a Tailândia e os outros países da Asean, quanto à "segunda lição". Se a China não dá a lição ao Vietnã, o regime tailandês fica desencorajado no papel de base agressiva que aceitou desempenhar. Mas, se ela se concretiza, os governos da Asean ficarão sabendo que, na região, há um grande país pronto a dar "lições" a todos aqueles que têm "cabeça dura".

Boas relações com Jacarta e apoio à Fretilin

A Indonésia é o país da Asean com quem o Vietnã atingiu o melhor tipo de relacionamento político e econômico. Pode-se dizer que a "política de bloco" da Asean começa a ser substituída por políticas de relacionamento bilateral?

— A Indonésia é um grande país, que vê longe. Durante a nossa resistência contra os imperialistas norte-americanos, foi o único país a não participar da agressão de Washington. Desde os anos 50 que as relações entre o Vietnã e a Indonésia são sempre boas. Nenhum dos dois se aliou a potências estrangeiras contra o outro.

O general Moerdani, comandante-em-chefe das forças armadas indonésias, declarou que a China constitui uma ameaça, a longo prazo, para os países do sudeste asiático. Afirmando isso, ele exprimiu a posição do seu governo em relação ao hegemonismo e ao expansionismo chinês. Consideramos essa posição muito positiva.

As recentes trocas de visitas oficiais entre os mi-

Cinelo Pinho Santos



“Apoiamos a Fretilin, mesmo que isso não seja do agrado dos indonésios”

nistros da Defesa do Vietnã e das Relações Exteriores da Indonésia contribuíram para que mais alguns passos fossem dados no desenvolvimento das relações, com vantagens mútuas, entre os dois países.

A posição do governo vietnamita em relação a Timor Leste não representa um obstáculo nessas relações?

— Apoiamos a Fretilin e nas Nações Unidas votamos sempre a favor das resoluções apresentadas pelos países africanos de língua portuguesa acerca da questão de Timor Leste. É uma posição de princípio do nosso governo socialista. Mesmo que não seja do agrado dos indonésios.

Segundo algumas fontes, a União Soviética contribuiu com 2 bilhões de dólares por ano para o Vietnã, o que representaria cerca de 20% do Produto Nacional Bruto do país. Estes números correspondem à realidade?

— Não direi qual o montante exato, mas é o suficiente para aguentarmos e lançarmos as bases do nosso desenvolvimento. Sem a ajuda soviética e dos outros países socialistas, teria sido muito difícil conquistar a nossa independência e resistir, atualmente, ao embargo econômico e ao cerco militar da China, Estados Unidos e da Asean.

O Vietnã tem necessidade de ajuda, mas sem condições políticas, como fazem a URSS, os países socialistas e alguns outros. É verdade que os países ocidentais suspenderam a sua ajuda ao nosso país a partir de 1979, com a chamada “questão campuchean”. Mas, o Vietnã não afundou. Muitos países do Terceiro Mundo receberam importante ajuda dos países ocidentais, mas as suas dificuldades não são menores do que as nossas, apesar de não terem suportado uma guerra como a do Vietnã.

A imprensa norte-americana afirmou, recente-

mente, que existe em Hanói uma misteriosa “casa verde”, que estaria reservada para a futura embaixada norte-americana. O estabelecimento de relações diplomáticas com os EUA é uma das prioridades na política externa vietnamita?

— A paz e as boas relações com os outros países são uma prioridade. Com os Estados Unidos há duas possibilidades: normalização ou não-normalização. Em 1977, os EUA eram pela normalização sem condições, enquanto o Vietnã exigia uma contribuição norte-americana para a reparação das destruições que eles provocaram durante a guerra. Conforme, aliás, compromisso assumido por Washington nos Acordos de Paris, em 1973.

Em 1978, as duas partes tinham-se posto de acordo para a normalização sem condições e foram reservadas “casas verdes” nas respectivas capitais. Mas, no final de 1978, os EUA se recusaram a assinar o acordo de normalização e impuseram condições. Eram puros pretextos, porque, à época, em 15 de dezembro, assinaram um acordo com a China. Escolheram a carta chinesa, em detrimento da normalização com o Vietnã.

A seguir, em 1980, levantaram outras condições prévias que nada mais eram que outros pretextos: as questões dos pilotos norte-americanos desaparecidos, das crianças vietnamitas filhas de GI's, etc...

Se os Estados Unidos continuarem a escolher a carta chinesa, não há hipótese de normalização entre os dois países.

O Vietnã continua a exigir as indenizações de guerra incluídas nos Acordos de Paris para a abertura de negociações com os EUA?

— Abandonamos essa exigência e não temos qualquer outra condição prévia para iniciarmos negociações. Mas iremos, evidentemente, apresentá-la depois da normalização. Primeiro, o aperitivo; em seguida, o prato principal... ●

Memória de Son My-My Lai

Pham Thi Trinh, 27 anos, é guia no museu de Son My-My Lai e uma das cinco sobreviventes do massacre de 16 de março de 1968.

Duas meninas de 10 e 13 anos, uma mulher de 30 e uma velha foram as outras quatro sobreviventes.

Thi Trinh tinha 10 anos e foi a única sobrevivente de uma família de onze pessoas. Os GI's mataram sua mãe, quatro irmãos (um com sete meses) dois primos, tia, tio e a avó.

Em Son My foram assassinadas ao todo 504 pessoas: 182 mulheres (17 grávidas), 173 crianças (56 bebês), 60 velhos e velhas, 89 adolescentes. Não houve homens entre as vítimas porque nesta zona, muito disputada desde 1964 entre as forças populares e o regime de Saigon, todos aqueles em idade de combater integravam o destacamento de guerrilha da região que, no dia do massacre, se encontrava afastado das suas bases.

Son My era uma aldeia na província de Quang Ngai, a 150km de Danang, junto da Estrada nº 521, e nada a diferenciava de milhares de outras ao sul do Paralelo 17. As forças populares vietnamitas chamavam-na, desde 1964, Tinh Khe, mas, nos mapas militares norte-americanos, estava codificada como *Pinkville* (cidade cor-de-rosa) e a região, considerada sob influência vietcong, era pintada de rosa. Por simplificação da cartografia militar, os lugares da comuna estavam todos identificados por My Lai, seguidos de uma numeração de 1 a 5. Foi sob esse nome que entrou na história o massacre

da guerra do Vietnã que levantou maiores protestos na opinião pública internacional e motivou enormes manifestações de repúdio em todo o mundo, especialmente nos Estados Unidos.

Tudo começou às 6h da manhã de 16 de março de 1968. Após o bombardeio

O massacre que maior repulsa provocou no mundo, recordado por uma sobrevivente

de artilharia de uma hora, a partir de um monte vizinho, nove helicópteros desembarcaram, em duas levadas, três companhias da força-tarefa

“Barker”, designadas por “Alpha”, “Bravo” e “Charlie”. Foi esta última, comandada pelo capitão E. Medina, que recebeu a missão de reduzir Son My-Tinh Khe a “zona branca”, aplicando a tática dos “três todos”: matar tudo, queimar tudo, destruir tudo. O “matar tudo” foi confiado ao grupo do tenente Williams L. Calley Jr.

O massacre durou até às 13 horas. Despejados dos helicópteros, os soldados norte-americanos cercaram todos os lugarejos e casas espalhadas num raio de 2km, e começaram imediatamente a liquidar tudo que encontravam com vida: mulheres, crianças, velhos e animais. Incendiaram casas, colheitas, árvores e, antes de se retirarem, colocaram cargas explosivas nos abrigos subterrâneos e nas habitações que ainda resistiam ao fogo.

Quando as notícias do massacre chegaram à opinião internacional, e o regime de Saigon e o comando militar norte-americano tiveram de reconhecer-lo, alguns dos seus executantes foram levados a tribunal militar. Foi quando o repórter Jay Roberts, que tinha acompanhado o tenente Calley em Son My-My Lai, descreveu na revista *Life* algumas cenas da chacina, ilustradas por fotos.

“Na periferia do lugarejo — relata Roberts na *Life* de 5 de dezembro de 1969 — encontra-se uma pilha de cadáveres. Uma criança se aproxima

e segura a mão de um morto. Um GI que está atrás de mim ajoelha-se em posição de disparo e mata-a com um só tiro.”

“...Os soldados aproximam-se de um grupo de mulheres, entre as quais uma menina de 13 anos, vestida com um pijama negro. Um GI agarra-a e, ajuda-

Pham Thi Trinh diante do monumento a Son My-My Lai: a única sobrevivente de uma família de 11 pessoas



Carlos Pinto Santos

do pelos outros, começa a despi-la à força.”

— Vejamos como ela é feita, diz um deles.

“Como estes valentões se obstinam em despi-la no meio de cadáveres e cabanas em chamas, a mãe tenta socorrê-la, agarrando-se a eles e arranhando-os. Uma outra mulher vietnamita, receando pela própria pele, tenta conter a revolta da mãe. Um soldado lhe dá pontapés e um outro a esbofeteia...”

Roberts tirou uma foto da jovem abotoando a camisa escondida atrás da mãe, diante da qual tinha sido estuprada pelo grupo de soldados. Continua o repórter:

“...Pergunta um GI:

— E agora, que fazemos com elas?

— Vamos matá-las, responde outro.

“Ouvi o barulho de uma M-60, uma metralhadora, e quando nos viramos, todas estavam mortas, as crianças também...”

Jay Roberts e alguns dos soldados que executaram o massacre fotografaram tudo. Muitas dessas fotos foram vendidas mais tarde, pelos próprios GI's, a revistas norte-americanas e estão expostas em tamanho grande no museu de Son My.

São imagens de terrorismo.

Duas crianças vivas caídas uma sobre a outra, num caminho da aldeia, com a seguinte legenda de um soldado, cúmplice e testemunha, de nome Ronald Haerberle: “Quando estes dois meninos ficaram sob a mira, o mais velho tentou proteger o irmão menor, cobrindo-o com o corpo. Logo a seguir, os nossos rapazes abateram-nos”. Três crianças ainda vivas, que choram diante do cadáver da mãe, um velho olhando a objetiva instantes antes de ser assassinado, outro cadáver de velho lançado vivo num poço e depois metralhado, um monte de cadáveres no riacho onde foram exterminadas 170 pessoas, um GI ateando fogo a uma cabana...

Na última das seis salas do museu que contam o massacre, estão as fotos dos dois chefes operacionais dos GI's. A do capitão E. Medina tem, embaixo, a afirmação que ele proferiu no tribunal: “Foi dada ordem de destruir My Lai e tudo o que aí se encontrasse”. A outra mostra o tenente Calley a bordo de um helicóptero após a reconstituição do massacre fazendo o sinal da paz para a objetiva...

“Minha filha, tenta viver”

Percorrido o museu e os locais onde se desenrolaram algumas cenas da chacina, Pham Thi Trinh

conta a sua história e lembra o que viu naquela manhã sangrenta.

A sua família foi surpreendida pelos GI's da companhia “Charlie”, quando tomava o desjejum. No momento em que eles entraram e começaram a disparar, a mãe empurrou-a para o abrigo subterrâneo da casa, sem que os soldados notassem. Aterrorizada, ela ficou aí durante cerca de uma hora, ouvindo os tiros, os gritos e o crepitar das chamas. Depois, entrou na casa do lado, para procurar a mãe, e viu uma mulher ainda viva, a barriga



“Quando estes dois meninos ficaram sob a mira, o mais velho tentou proteger o irmão menor, cobrindo-o com o seu corpo”

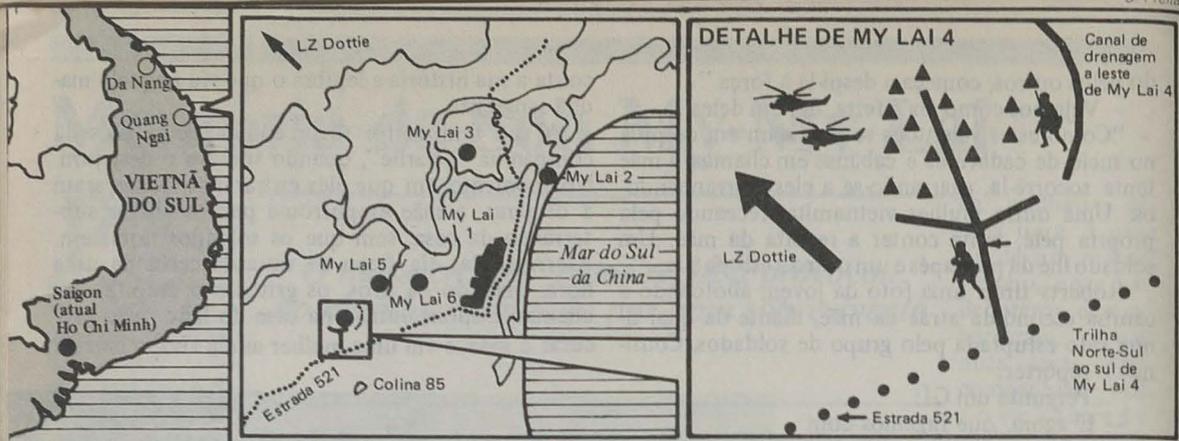
aberta à baioneta e com um bebê chorando, agarrado a ela. O pranto da criança denunciou mãe e filho, atraindo a atenção de um soldado, que entrou na casa e liquidou os dois. Os cadáveres caíram sobre Thi Trinh, que o norte-americano julgou estar morta.

Durante um longo período, ela não se moveu debaixo dos cadáveres. Depois, saiu da casa e entrou em outra, onde encontrou o cadáver da tia. Fugiu e regressou à casa familiar que ainda não se incendiara. Deparou com a avó morta num armário e viu a mãe agonizante. Agarrou-se a ela, que exortou a filha e todos os sobreviventes a tentarem qualquer modo de fuga. “Minha filha, tenta viver. Eu estou morta”, são as últimas palavras que Thi Trinh recorda da mãe.

Aqui a memória da jovem confunde-se. Lembra-se da mãe se arrastando para fora da casa, já atingida pelo fogo, e de ter visto o cadáver do irmão de sete meses. Escondeu-se de novo no esconderijo que horas antes lhe tinha salvo a vida, com o corpo coberto do sangue da mãe e das outras vítimas.

A essa altura do relato, Thi Trinh, guia do museu há seis meses, durante os quais descreveu o massacre dezenas de vezes, tem os olhos cobertos de lágrimas.

Apesar da emoção, prosseguem as lembranças.



Vo Thi Lien, uma das três crianças sobreviventes. No mapa, os esquemas da operação Pinkville

Ela ficou sem se mexer no abrigo até muito tempo depois de os soldados norte-americanos terem se retirado de Son My. Crê que se salvou, porque eles se esqueceram de dinamitar a sua casa como tinham feito com todas as outras.

Saiu do abrigo e viu o corpo queimado do irmão de sete meses, apenas com o rosto reconhecível. Todos os outros parentes estavam semicalcinados. Ficou agarrada ao cadáver da mãe até que o fogo a obrigou a deixar a casa. Tudo ardia à sua volta e não encontrou os outros sobreviventes que moravam a dois quilômetros do lugarejo. Correu pela estrada por entre cadáveres, animais mortos e árvores queimadas. Sufocada pela fumaça, passou pelo posto de autodefesa da aldeia e viu os corpos amontoados das 102 pessoas que ali haviam sido assassinadas. Foi quando desmaiou de medo.

Ao anoitecer, os camponeses que tinham vindo das aldeias vizinhas para enterrar as vítimas do massacre, encontraram-na desmaiada, julgando-a morta.

Mas Thi Trinh recuperou os sentidos e salvou-se de ser enterrada viva.

Foi recolhida pelo coletivo de uma aldeia onde passou a viver com o pai. Só dois anos depois, visitou as ruínas de Son My-Tinh Khe.

O dever de Thi Trinh

Thi Trinh conclui o seu relato, enfatizando o ódio dos camponeses da região após o massacre, que os levou a ligarem-se mais à resistência, fazendo com que as raras incursões dos GI's na província, depois disso, terminassem normalmente em vitórias das forças populares. Em agosto de 1968, Son My-Tinh Khe foi declarada "aldeia heróica" pela FNL.

Quando lhe perguntamos se essas dolorosas lembranças que ela tem que repetir, quase diariamente, não são uma desumana violência, Pham Thi Trinh responde ser sua missão nunca deixar esquecer o assassinio da mãe, dos irmãos, de toda a sua família e de todos os massacrados de Son My e de todo o seu povo.

Ao escrever no livro do museu as impressões da visita a Son My, um repórter norte-americano da NBC, presente duas semanas antes neste local de pesadelo, havia manifestado a sua discordância, por não encontrar também as denúncias dos massacres cometidos pelo "outro lado". Ele não sabia que, durante os 20 anos de guerra, nenhum dos milhares de jornalistas compatriotas que passaram pelo Vietnã tivera oportunidade de relatar ou testemunhar qualquer acontecimento minimamente semelhante de que se pudesse atribuir responsabilidades ao "outro lado".

Mas os outros dez jornalistas da televisão norte-americana, convidados a visitar Son My na mesma ocasião pelo Ministério das Relações Exteriores vietnamita, manifestaram no livro o horror pelo que tinham visto e denunciaram, em termos inequívocos, a guerra imposta ao Vietnã pelo governo do seu país, ao longo dos mandatos de cinco presidentes.



Um monumento às 170 vítimas de uma chacina (esq., ao alto). O tenente Calley sai da prisão (acima). Um velho olha para a objetiva antes de ser assassinado (esq.), enquanto um GI atea fogo a uma casa, fotografado pelos próprios soldados dos Estados Unidos (embaixo).



Os sonhos de uma jovem

5 de junho de 1972. Pelos alto-falantes instalados ao redor de Trang Bang, os 2.000 habitantes desta aldeia situada 50km ao norte de Saigon, à beira da Estrada Nacional nº 1 (que, desde a colonização francesa, é chamada de "mandarina"), recebem ordem para evacuar as suas casas nas próximas duas horas: Trang Bang fora condenada a transformar-se em "zona branca", o que, na linguagem do comando militar norte-americano, quer dizer destruição total.

As famílias juntam o que podem e caminham pela "mandarina" em direção à "aldeia estratégica" que o exército lhes destinou. Algumas delas — 100 pessoas, entre as quais muitas crianças — abrigam-se num pagode situado a 700 metros da aldeia.

Horas depois, surgem os primeiros bombardeiros, que, em duas passagens, fazem de Trang Bang um monte de escombros. Três dias mais tarde, na manhã de 8 de junho, dois *Skyraider* da *US Air Force* completam a missão, lançando bombas de *napalm* de 500 quilos. À primeira passagem dos

aviões, uma bomba cai junto do pagode e os adultos gritam às crianças para correrem em direção aos soldados sul-vietnamitas. Mas, quando elas abandonam o templo, um *Skyraider* larga uma bomba sobre ele.

Phan Thi Kim Phuc, de nove anos de idade, é envolta no fogo pegajoso do *napalm*. A roupa arde num instante e ela sente uma dor lancinante, mas consegue correr 500 metros pela estrada, com os irmãos e primos, até cair desmaiada.

A foto, 12 anos depois

A foto que o repórter da *Associated Press*, Nick Ut, tira desse instante corre mundo, é impressa em milhares de jornais e revistas ao longo dos anos, tornando-se uma das mais célebres da guerra do Vietnã: a da menina correndo nua pela estrada, o corpo queimado e o horror estampado no rosto, num cenário de fogo e destruição. "É difícil não perder a fê na humanidade em face de tais imagens", foi a legenda do *New York Times* quando a publicou.

Doze anos mais tarde, Kim Phuc voltou a ser notícia na televisão e imprensa internacionais. A foto, tirada em 1972 em Trang Bang, surgiu de novo nos jornais, ao lado de outras que mostravam Kim depois de uma cirurgia plástica recente efetuada na Alemanha Federal.

É a história do período decorrido entre essas fotos que Kim Phuc conta ao enviado de **cadernos**

Nick Ut



A foto que tornou célebre a tragédia: Kim, nove anos de idade, queimada pelo *napalm*, corre nua pela estrada

numa manhã quente de maio, no terraço do Hotel Rex (Ben Thanh em vietnamita), na Cidade de Ho Chi Minh.

Kim Phuc tem hoje 22 anos. Vestida com uma camisa de mangas compridas que esconde as cicatrizes, o rosto aberto num sorriso terno — o *napalm* que queimou 75% do seu corpo não atingiu a face —, ela bem pode ser confundida com as outras bonitas jovens que cruzam as ruas da cidade. Numa voz pausada e frases curtas, Kim recorda o dia em que, pela primeira vez, compreendeu o que era a guerra.

Lembra-se da dor terrível, da corrida pela estrada e de acordar no hospital de Saigon muito cansada, com o corpo rasgado pelo sofrimento. O pescoço, as costas, os braços e o lado esquerdo do tronco tinham sido completamente atingidos pelo fogo. As mãos estavam semiparalisadas e insensíveis, o braço esquerdo mais curto três centímetros que o direito e o pescoço sem mobilidade.

Esteve internada oito meses no hospital e regressou depois, com os pais e os oito irmãos, para Trang Bang, que os seus habitantes teimaram em reconstruir. Nos 14 meses seguintes, deslocou-se com a mãe, todas as semanas, a Saigon, para fazer exercícios de recuperação. Ao fim de dois anos de tratamento, continuou os exercícios em casa, para readquirir um pouco dos movimentos das mãos.

Com os poros da pele destruídos, Kim continuou a sofrer com as queimaduras que se abriam nas mudanças de clima e nos meses mais quentes, provocando-lhe dores quase insuportáveis.

Conseguiu recuperar-se um pouco, o que lhe permitiu frequentar a escola. Fez o curso secundário e ganhou um prêmio de melhor aluna no último ano. Em 1982, preparou o ingresso na faculdade de medicina. "O meu estado, todas as coisas terríveis que vi nos hospitais e o reconhecimento pelos tratamentos a que eu fora submetida fizeram nascer em mim uma vontade enorme de me tornar médica", diz.

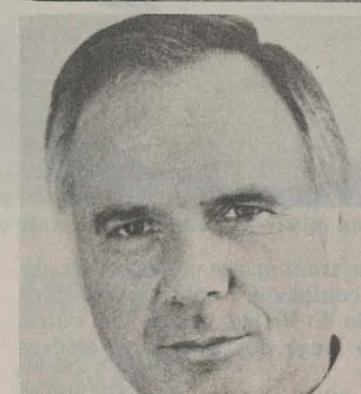
Porém, nesse ano, o estado de saúde de Kim se agravou, impedindo-a de se preparar devidamente para o exame de admissão. "Tinha constantes dores de cabeça, que não deixavam que eu me concentrasse". No ano seguinte, ela conseguiu ser admitida na faculdade, mas, ao fim de quatro meses de estudo, piorou, o que fez os médicos a proibirem de seguir um curso demasiado exigente para a sua debilidade física. Hoje, ela é estudante de inglês.

Um hospital na Baviera

Antes de contar a sua ida para a Alemanha Federal, Kim sorri.

"Phuc — diz — em vietnamita significa sorte ou

1985 — Setembro — no. 82



Kim Phuc, Cidade de Ho Chi Minh, 1985 (acima): um sorriso para a vida. Ao lado, o fotógrafo Perry Kretz, que ajudou no tratamento da jovem

felicidade. De certa maneira, tive sorte em não ter tido as pernas queimadas, porque pude correr pela estrada. Senão, não teria havido aquela foto. E então..." Esconde o rosto entre as mãos.

Naquela manhã de junho de 1972, o fotógrafo da AP não era o único correspondente estrangeiro que cobria o bombardeio de Trang Bang. Estavam no local pelo menos três equipes de televisão dos Estados Unidos, uma da Holanda e dois outros fotógrafos da revista alemã *Stern*, Klaus Liedtke e Perry Kretz. Todos eles sabiam que, nesse dia, a aviação norte-americana iria apagar do mapa mais uma aldeia do sul do Vietnã.

Testemunhas diretas dos bombardeios e com um contato quase físico com as vítimas, a visão de Kim Phuc queimada perturbou os dois alemães. No seu regresso à Europa, a foto de Nick Ut, amplamente difundida nesse meio tempo, fez permanecer nos dois jornalistas da *Stern* a imagem da menina nua queimada com *napalm*.

Um ano depois, Perry Kretz e Klaus Liedtke visitaram Kim em Saigon. Ela acabara de sair do hospital e continuava sofrendo, mas — lembra Perry Kretz — disse aos dois fotógrafos que tinha fé na



Kim no gabinete do dr. Zellner. As cicatrizes da jovem não desaparecerão

vida e já então desejava tornar-se professora ou médica. Kretz, que continuou a cobrir a Indochina após a reunificação do Vietnã, visitou Kim outras vezes, criando ao longo dos anos laços afetivos com a jovem.

Em março de 1983, quando foi proibida de prosseguir o curso de medicina, Kim enviou uma carta à redação da *Stern*. "Vocês estão longe — escrevia — e, por isso, não podem imaginar o meu sofrimento e a minha tristeza. Nos últimos meses, fez muito calor no Vietnã e as feridas voltaram a se abrir. Quase não consigo suportar a dor. Gostaria de morrer".

A leitura dessa carta desesperada fez Kretz propor à direção da revista que financiasse a ida de Kim Phuc para um hospital da Alemanha Federal, especializado em queimaduras. A *Stern* aceitou, Kretz contactou a embaixada vietnamita em Bonn e, em junho de 1984, viajou para a Cidade de Ho Chi Minh, a fim de buscar a jovem amiga.

Kim Phuc esteve quatro semanas no hospital de Ludwigshaffen, na Baviera, onde o dr. Rudolf Zellner restabeleceu alguns músculos do pescoço, a mobilidade das mãos e deixou os braços do mesmo tamanho.

Durante a sua estada na Alemanha, a jovem foi mostrada na televisão em reportagens que correram a Europa e os Estados Unidos, e Perry Kretz publicou na *Stern* a foto do corpo ferido de Kim no gabinete do dr. Zellner.

Kim regressou a Ho Chi Minh. Para poder continuar o curso de inglês, ela vive na cidade em casa de uma tia. Os pais e os irmãos permanecem em Trang Bang, onde a mãe tem uma pequena quitanda, mas Kim se sente um pesado fardo para a família. Ela acha que eles se sacrificaram muito por ela, apesar dos auxílios que os serviços sociais lhe prestam.

Cicatrizes e sonhos

As cicatrizes profundas de Kim Phuc não desapareceram com os transplantes de pele em Ludwigshaffen. Ela continua fraca, sem força sequer para pegar numa faca e cortar um simples bife. Surgem-lhe, frequentemente, manchas vermelhas e grandes bolhas na pele sem poros, que queimam muito quando o tempo esquenta. Ela tem dificuldades em suportar o sol durante os dois minutos necessários para as fotos. As dores de cabeça voltam constantemente, impedindo-a de se concentrar, e cansando-a ao falar, mas ela não perde o sorriso.

Em abril deste ano, Kim Phuc foi muito procurada pelas equipes norte-americanas de televisão em serviço na Cidade de Ho Chi Minh, durante as comemorações da reunificação do Vietnã. As três equipes presentes — NBC, CBS e ABC — projetaram no vídeo as três versões dos bombardeios de 8 de junho de 1972 que tinham trazido dos Estados Unidos. Kim viu-se correndo queimada e nua

pela "mandarina" e com as terríveis feridas no leito do hospital de Saigon. Os *cameramen* filmaram Kim olhando-se na pequena tela do vídeo. "Me vi correndo e pensei que era outra pessoa. Nessa noite, não consegui dormir".

Segundo Kim Phuc, o dr. Zellner lhe afirmou serem necessárias outras intervenções cirúrgicas para recuperar zonas do corpo, sobretudo no pescoço, ainda muito afetadas, mas o tratamento não teria se prolongado por questões financeiras. A *Stern* teria comunicado à embaixada vietnamita em Bonn — onde Kim esteve alojada uma semana enquanto esperava a volta ao Vietnã — não poder assegurar a segunda fase do tratamento, devido à difícil situação financeira que a revista ainda atravessava após o escândalo da publicação das falsas memórias de Hitler.

Em posterior conversa telefônica entre Lisboa e Hamburgo, no entanto, Perry Kretz assegurou ao repórter de *cadernos* que o rumoroso caso das "memórias" não teria influído de modo algum na não-realização da segunda fase do tratamento. O jornalista alemão, a quem Kim Phuc dedica profunda gratidão, confirmou, na ocasião, as declarações médicas a respeito da necessidade de mais transplantes de pele, que permitiriam sensível melhoria no estado geral de saúde da jovem.

Mas Kim Phuc não terá outra oportunidade de substituir a sua pele queimada. A sua "sorte"

com a célebre foto esgotou-se em Ludwigshaffen e no Vietnã há muitas "Kim Phucs" para que as autoridades do país a possam privilegiar.

Os sonhos de Kim

Durante o almoço que prolongou a entrevista no terraço do Hotel Rex, Kim Phuc fala dos seus sonhos: continuar os tratamentos, recuperar-se das feridas, poder olhar para o espelho sem chorar, ter forças para ser médica. Como isso não deverá acontecer, Kim Phuc vai continuar a fechar-se em casa, a fugir do sol e dos espelhos, a olhar-se nua e queimada correndo pela estrada na foto que as equipes norte-americanas de televisão lhe trouxeram. Vai continuar a esconder as cicatrizes e sonhar.

"Não odeio os aviadores que lançaram o *napalm*, nem os norte-americanos. Sei que houve muitos que lutaram contra a guerra do Vietnã. Mas tenho um ódio profundo à guerra e àqueles que a decidiram e comandaram", afirma agora sem sorrir.

Antes de se sentar diante da câmara, Kim vai ao toalete do hotel para se pentear e preocupar-se com a brisa que despenteia seus cabelos. Depois, pede que lhe envie uma das fotos tiradas. "Para, quando tiver um namorado, eu poder lhe oferecer", diz, retomando o sorriso.

A foto já foi enviada.

BARRICADA

Órgão INTERNACIONAL
de difusão
para o exterior
da Frente Sandinista
de Libertação Nacional
— FSLN



Agora Assinaturas no Brasil:

Trimestral (12 nºs) — Cr\$ 10.000,00
Semestral (24 nºs) — Cr\$ 20.000,00

Nome: _____
Endereço: _____ CEP: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ País: _____

Estou remetendo vale postal cheque nominal à Editora Terceiro Mundo Ltda., rua da Glória, 122 gr. 105/106, Rio de Janeiro (RJ) — CEP 20241, referente à minha assinatura trimestral semestral do Semanário *Barricada Internacional*.

Os amigos não se esquecem

Dias antes do nosso jantar no Hotel Doc Lap (antigo Caravelle), Vessa Ossikovska Burchett fora recebida no Palácio da Reunificação da Cidade de Ho Chi Minh (antigo Palácio Presidencial de Thieu) pelo primeiro-ministro Pham Van Dong e pelo secretário-geral do Partido Comunista do Vietnã, Le Duan. Já se conheciam há muito, desde o tempo em que Vessa começou a acompanhar o marido nas reportagens que ele iniciou, antes mesmo da partida dos últimos destacamentos franceses do porto de Haiphong, após a batalha de Dien Bien Phu.

Ao convidarem a viúva de Wilfred Burchett, os dois líderes vietnamitas rendiam, nas vésperas do 10º aniversário da vitória, uma homenagem a um homem que, ao longo de três décadas, escreveu milhares de páginas, publicadas no mundo inteiro, sobre a luta do seu povo. Um jornalista competente que, com a prosa rigorosa e eficaz das suas inúmeras reportagens — escritas com a objetividade possível de quem escolheu o seu lado do muro —, tornou-se um dos grandes divulgadores do combate de um povo que amava e cuja causa assumiu sem reservas — nunca o escondendo —, com plena convicção de militante*.

Livro pioneiro

Quando, no restaurante do Doc Lap, o repórter de **cadernos** contou a Vessa a importância que “Vietnã, segunda resistência” (um dos primeiros livros de Burchett, publicado em Lis-

* Wilfred Burchett fez parte do Conselho Editorial de *cadernos*, desde a fundação de nossa revista até a morte do jornalista, ocorrida em 1983.

Wilfred Burchett escreveu sobre o Vietnã durante quase 30 anos. Todos os vietnamitas que o conheceram lembram-no com emoção

boa em 1966 e logo proibido pela ditadura de Salazar) teve para a sua geração na revelação da luta dos vietnamitas, a viúva de Burchett lembrou que Ber-

trand Russel — Prêmio Nobel da Paz que criou o Tribunal Internacional de Opinião Pública para julgar a intervenção dos EUA na guerra do Vietnã — tinha lhe dito que descobrira a história e a luta do povo vietnamita através desse mesmo livro.

Em reportagem pelo Vietnã é muito fácil encontrar quadros, políticos ou intelectuais, que tenham conhecido e estabelecido relações de amizade com o jornalista australiano. Quando falam dele, é com emoção, recordando episódios bem-humorados.

Nessas lembranças é quase questão de honra para os amigos de Burchett contarem uma pequena estória do relacionamento pessoal com ele, como nos contou Vessa Ossikovska sobre o seu encontro com Pham Van Dong e Le Duan. Quando o primeiro lhe disse: “Tive o prazer de andar 5km de bicicleta com Wilfred”, o secretário-geral do PCV apressou-se em acrescentar: “E eu tive o prazer de andar 10km...”

Uma mochila com tijolos

O presidente da Assembléia Nacional, Nguyen Huu Tho, foi um dos dirigentes vietnamitas que conheceram bem Wilfred Burchett na década de 60, em Cu Chi e na província de Thang Be, zonas li-

bertadas do sul, a poucas dezenas de quilômetros de Saigon.

Na entrevista a **cadernos**, o antigo presidente da Frente Nacional de Libertação e do Governo Revolucionário Provisório destacou “os grandes serviços que Wilfred Burchett prestou à resistência com

Burchett em 1964 ao lado de Nguyen Huu Tho (5º a contar da direita), Huynh Tan Phat (1º à direita) e representantes católicos, budistas e de organizações de massas do sul do Vietnã



as suas excelentes reportagens e livros” e o seu “profundo conhecimento da história e da luta do nosso povo”.

Nguyen Huu Tho lembra a primeira entrevista que deu a Burchett em Cu Chi, em 1964, durante a visita em que o jornalista escreveu “Vietnã, segunda resistência”. O líder vietnamita lembra que, para poder suportar as longas e penosas caminhadas através da Trilha Ho Chi Minh e das zonas libertadas do sul, Burchett tinha treinado na 4ª Zona Militar do Norte, durante um mês, em marchas diárias de vinte quilômetros, carregado com uma mochila cheia de tijolos. Depois, seguiu o trajeto de Hanói a Phnom Penh, utilizado na época para chegar às zonas libertadas e, da capital do Camboja, alcançar as zonas controladas pela FNL, através das trilhas nas selvas da fronteira.

“Foi o primeiro jornalista estrangeiro que me entrevistou nas regiões em nosso poder e também o primeiro a percorrê-las. Era um jornalista muito atento e muito bem informado, perguntava sobre tudo, partilhava conosco a vida dura da selva, vestia-se e comia como um camponês ou guerrilheiro. Adaptava-se, facilmente, à nossa forma de existência, e esteve conosco sob os bombardeios dos B-52. Tudo isso ele suportava muito bem”, recorda Nguyen Huu Tho, acrescentando, sorridente, alguns detalhes das visitas dos repórteres estrangeiros às zonas da FNL:

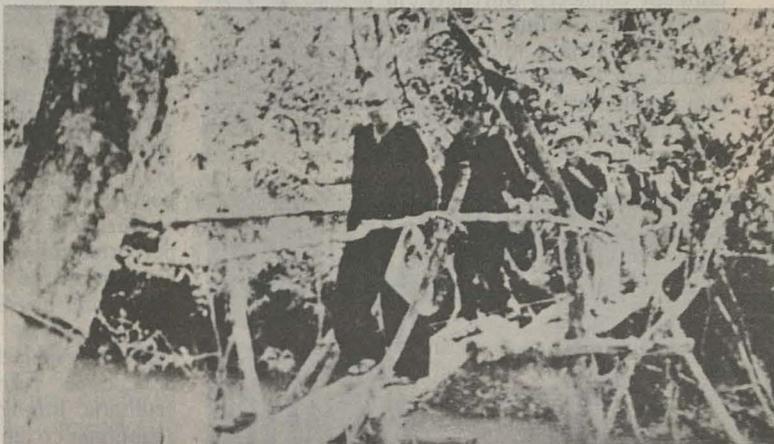
“Um dos problemas que tínhamos de resolver, quando vinham jornalistas ocidentais, dizia respeito aos seus hábitos higiênicos e à inexistência de sanitários na floresta. Wilfred nunca levantou essa questão, mas tinha grande dificuldade em entrar nos abrigos subterrâneos construídos para os corpos pequenos e delgados dos vietnamitas...”

“A última vez que o vi — lembra Nguyen Huu Tho — foi em Hanói, depois da libertação do sul. Ele tinha vindo para entrevistar Phan Van Dong e, dessa vez, tivemos apenas um breve encontro de amigos.

“Quando soube da sua morte pelos jornais, senti um grande pesar. Foi um grande amigo do povo vietnamita que desapareceu, depois de muito nos ajudar a vencer os norte-americanos. O apoio que prestou à nossa revolução levou-o, inclusive, a ser perseguido no seu próprio país. Os amigos como Burchett não são esquecidos.”

Antes de enfrentar a primeira longa estada nas zonas libertadas, Wilfred Burchett encontrou-se,

em 1963, com o presidente Ho Chi Minh, em Hanói. Este começou por negar a pretensão do jornalista, alegando que a sua idade já não lhe permitiria suportar as duras condições da vida na selva. “És muito velho para fazer uma viagem a pé pelo sul. Já não tens força para isso”, disse-lhe tio Ho. Burchett respondeu, lembrando a Ho Chi Minh que os seus 53 anos correspondiam, exatamente, à idade de Ho quando, em 1944, fora libertado da prisão de Kwang-Si, na província meridional da China onde estivera como prisioneiro



Burchett atravessando uma ponte improvisada nas zonas libertadas

de Chiang Kai Chek. À saída da prisão, Ho Chi Minh, enfraquecido e doente, teve de treinar para recuperar as condições físicas que lhe permitiram viajar pelo interior do Vietnã e organizar a resistência contra os franceses.

Ho Chi Minh riu com a resposta de Burchett e não levantou mais objeções ao seu deslocamento para o sul.

Quem descreve este episódio é Tuat Viet, chefe de redação do jornal “Saigon Libertado”, que tomou conhecimento dele através do próprio jornalista australiano, durante um encontro em Hanói. Tuat Viet recorda-se também de Burchett num abrigo subterrâneo das zonas libertadas, escrevendo a máquina, vestido com o traje negro da população do sul, boné na cabeça e sandálias de pneu de aviões “made in USA”.

Madeleine Riffaud, a jornalista francesa que acompanhou Burchett na sua segunda reportagem do sul, em 1967, e outra das convidadas especiais às comemorações de 30 de abril de 1985, escreveu em “Nos *maquis* vietcongues”, que publicou depois dessa visita, como era difícil para o companheiro acomodar os seus 1,80 de altura e o farto ventre nesses buracos, quando a coluna onde seguiam ficava sob a mira dos aviões norte-americanos. “Fazíamos um par cômico. Eu, pequena

e magra como uma vietnamita; Wilfred uma espécie de bom gigante, procurando instalar-se em subterrâneos que, decididamente, não tinham sido pensados para ele”, recorda Madeleine Riffaud, 18 anos depois.

O “prisioneiro” americano

Truong My Hoa, hoje primeira responsável do PCV no populoso e estratégico bairro de Tan Binh, situado na zona norte da Cidade de Ho Chi Minh, também conheceu Burchett em janeiro de 1964, na região de Giadinh. Tinha 14 anos e fora chamada a uma aldeia a 30km de Saigon, para ser entrevistada por Burchett como representante da juventude revolucionária da FNL da cidade¹.

Vinte anos depois, My Hoa lembra-se ainda das perguntas feitas por Burchett e de como ele



Carlos Pinto Santos

Vinte e um anos depois, Truong My Hoa mantém vivos todos os pormenores da sua convivência com Burchett

ficara impressionado com a sua pouca idade e o seu aspecto franzino. O jornalista perguntou-lhe se não tinha medo de ser presa ou de morrer, ao que My Hoa respondeu que, quando se é jovem e se escolhe o caminho da revolução, não se tem

¹ A vida de My Hoa serviu mais tarde ao escritor Tran Dinh Van para criar a personagem “Y” no romance “*Vivre Comme Vous*” (traduzido em francês, inglês, espanhol e russo), que aborda a luta clandestina dos revolucionários vietnamitas do sul e que o autor dedicou a Nguyen Van Troi.

Nguyen Van Troi, por sua vez, foi um jovem electricista membro da FNL que falhou num atentado a bomba contra o secretário de Estado da Defesa norte-americano, Robert S. MacNamara. Foi fuzilado publicamente em Saigon em outubro de 1964 e a sua foto, amarrado ao poste de execução, ficou célebre. Diante de vários jornalistas, vietnamitas e estrangeiros, Van Troi deu uma verdadeira conferência de imprensa até seu último instante de vida, denunciando o regime de Saigon e a presença militar dos EUA no Vietnã. Hoje, é um dos mais populares heróis vietnamitas e muitas ruas das cidades do país têm o seu nome.

medo de segui-lo até o fim.

My Hoa também teve “a honra de andar 15km de bicicleta ao lado de Burchett”, no dia em que ele preferiu pedalar como todos os outros em vez de usar a motocicleta que lhe ofereciam. “Uma bicicleta, no entanto, mais sólida e de melhor qualidade do que as normais, para resistir aos seus 90 quilos...”, acrescenta ela.

Quando chegava a uma aldeia nas zonas controladas pela Frente, Burchett — recorda My Hoa — era imediatamente cercado por um bando de crianças surpreendidas pela inédita presença de um estrangeiro alto, gordo e louro, cuja nacionalidade e identidade os quadros políticos que o acompanhavam nunca revelavam à população. Esse fato aumentava o mistério para as crianças, ao ponto de cercarem-no gritando a sua satisfação por terem se apoderado de um prisioneiro norte-americano. Depois, quando se familiarizavam com ele, Burchett passava a ser um “camarada soviético”...

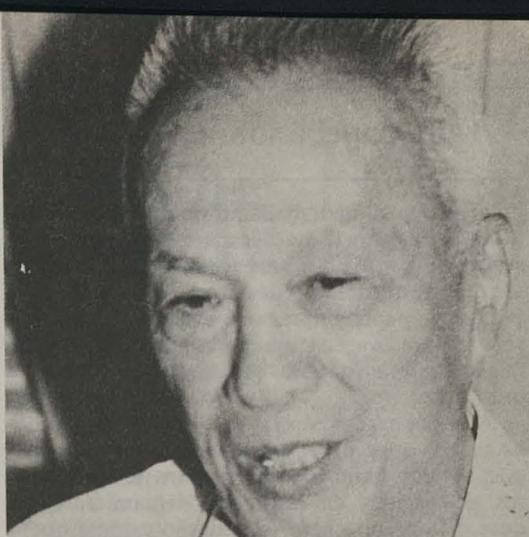
Burchett era o primeiro jornalista estrangeiro a percorrer zonas libertadas tão próximas de Saigon, nomeadamente Cu Chi, a “terra de fogo”. A sua visita fora, por isso, considerada histórica, levando os responsáveis pela sua segurança a cercá-lo de cuidados especiais. Uma noite, conta My Hoa, a aldeia onde pernoitavam foi bombardeada pela artilharia inimiga. Como Burchett teimasse em abandonar o abrigo subterrâneo, onde todos tinham se refugiado, para observar o ataque à superfície, e os seus companheiros o impediam, isso quase provocou um incidente.

Outra vez, Burchett insistiu em subir no alto de um antigo forte francês — o “*Paris Tan Quy*” —, de onde se podia observar Saigon a menos de 30km. Tentaram impedi-lo, devido à proximidade das linhas inimigas, mas, dessa vez, ele conseguiu o seu objetivo e pôde fotografar o perfil da cidade, depois de muita argumentação com os guerrilheiros.

Foi depois desse episódio que My Hoa ofereceu a Burchett o tradicional chapéu de palha cônico. Seguindo os hábitos da região de Hué, de onde o chapéu é originário, a jovem prendeu no interior um poema dedicado ao jornalista. “Um gesto que se faz aos amigos muito especiais e em ocasiões também muito especiais”, diz.

O encontro frustrado

My Hoa recorda-se, em seguida, de Burchett ter-lhe dito que, em toda a sua vida de jornalista, fizera duas viagens históricas. A primeira fora antes da batalha de Dien Bien Phu, quando conhecera Ho Chi Minh em Hanói, em 1954. Ao perguntar ao presidente acerca da situação militar, Ho colocou o capacete de boca para cima sobre a mesa, dizendo: “Isto é Dien Bien Phu. Aqui são as montanhas onde nós estamos — e indicou a aba ex-



Vessa Ossikovska Burchett (à esquerda) foi uma das convidadas especiais às comemorações do 10º aniversário da tomada de Saigon. Nguyen Huu Tho (à direita), presidente da Assembléia Nacional do Vietnã, conheceu bem Wilfred Burchett na década de 60

terior do capacete —, aqui é o vale onde estão os franceses que de lá não podem sair”, e apontou o fundo do capacete².

A segunda viagem histórica foi a de 1964. Como Burchett disse a My Hoa, esperava que, como a primeira, fosse seguida por uma vitória. Ao despedir-se de My Hoa, Burchett marcou um encontro com ela na Saigon libertada, que nunca aconteceu.

My Hoa foi presa três meses depois da visita de Burchett. Foi torturada, passou por várias prisões, esteve nas “jaulas de tigre” em Poulo Condor e contou muitas vezes o encontro com o jornalista australiano às suas companheiras de cela.

Em 1967, estava na prisão de Thu Duc. Um dia, durante uma das raras saídas ao pátio para despejar a lata de dejetos, My Hoa viu um pequeno papel de jornal do tamanho de uma mão. Um tesouro para quem há três anos estava incomunicável e que My Hoa conseguiu esconder sob a roupa. Quando o desdobrou na cela, teve a surpresa de ler, nesse pedaço de um jornal de Saigon, que “dois jornalistas comunistas estrangeiros” tinham sido detectados pelo exército do Vietnã do Sul nas áreas controladas pelo vietcongue. Com muita emoção, My Hoa leu os nomes de Madeleine Riffaud e Wilfred Burchett.

Durante meses, não se cansou de repetir às outras prisioneiras a maneira extraordinária como soubera que o seu amigo jornalista tinha feito a segunda visita às zonas libertadas.

² Wilfred Burchett se referiu a este episódio com Ho Chi Minh em alguns dos seus livros, sobretudo no primeiro que escreveu sobre o Vietnã, “Ao norte do Paralelo 17”, cuja primeira edição em inglês está em exposição no Museu da Mulher inaugurado em abril de 1985 na Cidade de Ho Chi Minh.

Nas várias viagens que Burchett fez ao sul após a reunificação do Vietnã, My Hoa, mergulhada nas tarefas políticas, teve sempre conhecimento das visitas quando lia a notícia da sua partida no *Nhan Dan* ou no “Saigon Libertado”. Ao saber da morte do jornalista, em 1983, My Hoa sentiu-se culpada por não ter comparecido ao encontro marcado 19 anos antes. “Queria dizer-lhe — afirma com emoção — que os meus onze anos de prisão foram uma espécie de resposta ao que ele quis saber em Cu Chi, se eu não tinha medo da prisão, da tortura e da morte, apesar da minha pouca idade. Queria dizer-lhe que, jovem, pequena e magra, pude provar, com a minha luta, ser capaz de fazer todos os sacrifícios e que estive preparada para ir até a morte. Foi a promessa feita com honra ao camarada estrangeiro quando, em 1964, na hora da despedida, ele me encorajou a prosseguir o combate”.

Em abril deste ano, My Hoa soube pela rádio que Vessa Ossikovska Burchett estava no país como convidada especial às comemorações da vitória sobre o regime de Thieu. Não a conhecia, mas conseguiu localizá-la e procurou-a no Hotel Doc Lap.

“Foi uma forma de cumprir a minha promessa de encontrar Wilfred Burchett em Saigon libertada, embora muito tempo depois e através da viúva dele. Quis também exprimir-lhe o meu pesar pela perda do marido.

“É minha responsabilidade relatar tudo isto, pela primeira vez, aos camaradas que aqui estão”, conclui Truong My Hoa, olhando os outros responsáveis administrativos que nos cercam na sala de reuniões da sede do partido do bairro de Tan Binh.

Falta papel e sobram leitores

□ Extinto o analfabetismo no sul (fora erradicado no norte na década de 60), um livro, revista ou jornal no Vietnã passa por muitas mãos até, praticamente, se desfazer. Não se lê mais, porque o papel impresso é escasso. As edições têm sempre tiragens aquém da procura e não raro uma obra literária ou científica se esgota num só dia.

A escassez de papel, que perdurará durante os longos anos do reflorestamento do país, impõe severas limitações às tiragens e aos números de páginas da imprensa vietnamita. Qualquer diretor ou chefe de redação garante que o seu jornal poderia duplicar ou triplicar as edições, caso os fornecimentos do papel amarelado e de má qualidade não fossem tão drasticamente racionados.



Seleção rigorosa

É o que diz Tuat Viet, chefe de redação do *Saigon Giai Phong* ("Saigon Libertado"). O seu diário tira, atualmente, 100 mil exemplares em língua vietnamita, além de uma edição em chinês de 20 mil exemplares para a minoria *hoa*. É vendido, quase exclusivamente, a assinantes, e sobram poucos jornais para serem expostos nas bancas.

Não fosse a carência de papel, o *Saigon Giai Phong* — lamenta-se Tuat Viet — não teria dificuldade de alcançar, rapidamente, os níveis de 1977, quando se esgotavam 300 mil exemplares, ou até o meio milhão de maio de 1975, época de ouro do matutino. Agora, tem que manter os 100 mil e continuar a receber inúmeras cartas de leitores reclamando mais do que

quatro páginas — em 1981 ainda saíam seis páginas —, pelo menos na edição de domingo. Mas só em ocasiões muito especiais, o leitor é presenteado com papel branco, títulos em vermelho, mais páginas e a tiragem aumentada.

Também o *Nhan Dan* ("Diário do Povo"), órgão oficial do Partido Comunista do Vietnã, poderia tirar um milhão de exemplares, quatro vezes mais do que o seu limite atual, afirma Tran Kien, chefe da seção internacional do matutino, publicado em Hanói com as mesmas quatro páginas dos demais diários vietnamitas. Só por ocasião dos congressos do PCV, o *Nhan Dan* vai até os 500 mil e publica, mensalmente, números especiais de 50 páginas, em formato tabloide.

A situação é semelhante para toda a imprensa no Vietnã. Para o diário da tarde *Hanoi Moi* ("Hanói Novo", 100 mil exemplares), os jornais bissemanais das províncias, o *Quan Doi Nhan Dan* (diário do Exército Popular, 10 mil exemplares), o *Thoi Tre* (jornal da Juventude de Vanguarda, que circula três vezes por semana com 50 mil exemplares) e para os vários semanários e jornais mensais dirigidos às organizações de massas, setores de atividades e confissões religiosas: Organização das Mulheres (100 mil exemplares), pioneiros (100 mil exemplares), sindicatos, ciência e vida, esporte, artes e letras, educação, budistas, católicos, etc..

Sem as subvenções do Estado, o preço de todos os órgãos da imprensa seria muito superior, três vezes mais nos casos do *Saigon Giai Phong*, vendido a dois *dongs* o exemplar, e do *Nhan Dan*, um *dong*. Como termo de comparação, nas ruas de Hanói ou da Cidade de Ho Chi Minh, dois *dongs* é o que custa encher um pneu de bicicleta e o que um adulto paga para se pesar nas balanças das ruas. As crianças pagam somente um *dong*.

A exiguidade do espaço obriga a uma seleção rigorosa na publicação dos textos. Os destaques e as manchetes de primeira página são sobre a atualidade política nacional, artigos de caráter formativo ou pedagógico, assuntos econômicos e notícias internacionais relacionadas ao Vietnã ou ao sudeste asiático. Além de um comentário semanal sobre uma questão de política internacional, o resto do mundo raramente merece textos longos e é condensado nas seções de notas curtas com um máximo de dez linhas.

Cartas dos leitores nas manchetes

No *Saigon Giai Phong*, a guerra continua presente com a publicação em capítulos de um livro

de memórias de um ex-informante da CIA em Saigon ou das crônicas de um antigo correspondente norte-americano, narrando o desmoronamento do poder ianque no Vietnã.

A seção de "cartas do leitor" é das mais lidas e ocupa meia página interna. Pode justificar chamada na primeira página, caso o tema abordado seja considerado relevante. "Uma orientação vinda do tempo do presidente Ho Chi Minh, que nos encorajou a dar muita importância às cartas críticas dos leitores", enfatiza Tuat Viet.

Se no *Nhan Dan* a publicidade só diz respeito à atividade editorial, no *Saigon Giai Phong* qualquer cidadão pode comprar espaço para anunciar que é vendedor ou comprador de algo, pagando, em média, 300 *dongs* por quatro linhas. Os necrológicos, condolências ou o anúncio de um casamento saem pela metade do preço.

No Vietnã, não há periódicos em língua estrangeira nem imprensa ocidental nas bancas de jornais ou livrarias.

Além dos suplementos em francês, inglês ou russo da VNA (Agência de Notícias do Vietnã) e dos boletins das embaixadas, a realidade nacional é veiculada para o exterior pelo "Correio do Vietnã", revista mensal fundada em 1964 para denunciar a agressão dos Estados Unidos. Desde aquela época, ele tem duas edições em inglês e francês, e uma em russo, surgida em 1979; por falta de verba, foi suspensa a edição em espanhol, publicada durante três anos. Tiragem global de todas as edições: 20 mil exemplares.

Vu Can, chefe de redação do "Correio do Vietnã" e um dos três únicos jornalistas do periódico, diz que os problemas financeiros se devem, sobretudo, ao envio da revista por via aérea — o despacho de um exemplar para a Europa custa 90 centimos de dólar.

Para contornar essas despesas que asfixiam a revista, há o projeto de utilizar ainda mais a mala diplomática das embaixadas do Vietnã e de recorrer a assinaturas de apoio de cidadãos nacionais radicados no exterior.

Se isso der resultados, como confia Vu Can, a revista alcançará o equilíbrio financeiro sem precisar recorrer às subvenções governamentais. Então, a edição em espanhol será retomada e duas outras, nas línguas *khmer* e *lao*, poderão ser lançadas.

Mas, até lá, a redação e o setor administrativo do "Correio do Vietnã" continuarão instalados em duas pequenas salas cedidas pelo Centro de Imprensa Estrangeira em Hanói, que têm de servir também para a edição de livros da revista, já com 50 títulos lançados desde 1978.

A Trilha Ho Chi Minh

Em 19 de maio de 1959, dia do aniversário do presidente Ho Chi Minh, o tenente-coronel Vo Bam, hoje general, recebeu em Hanói uma missão altamente secreta: a construção de uma via de comunicação militar clandestina, destinada a abastecer as forças revolucionárias do sul. Para isso, ele recebeu um contingente de 500 soldados — que viriam a constituir a Unidade 559 (o primeiro 5 indica o mês de maio; 59, o ano da formação da unidade), material de engenharia e logístico, armamento, roupas civis para disfarce dos homens do Exército Popular e a ordem de ter, em poucas semanas, a parte inicial da via pronta para o envio das primeiras remessas ao sul.

A trilha secreta recebeu o nome codificado de "estrada estratégica de Truong Son", mas a designação oficial de uma das mais extraordinárias façanhas da história militar do Vietnã nunca foi reconhecida. O mundo e os próprios vietnamitas deram-lhe um nome lendário: Trilha Ho Chi Minh.

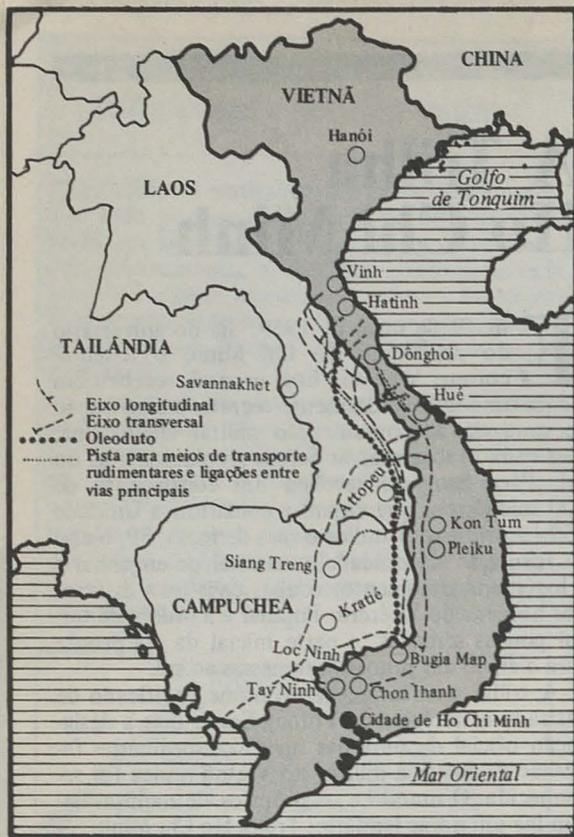
De 1959 até a conquista de Saigon, ela nunca deixou de ser prolongada e alargada, com estradas e caminhos, principais ou secundários, que em 1975 tanto podiam ter alguns segmentos já macadamizados de 8 metros de largura, quanto trilhas só transitáveis a pé.

Ao final desses 16 anos, ela era uma intrincada rede de comunicações através da selva, montanhas, rios e desfiladeiros. Penetrava no Laos e no Cam-pucheia, e tinha do ponto de partida em Vinh (na zona costeira sul da República Democrática do Vietnã) até o seu terminal, às portas de Saigon, 16 mil quilômetros de extensão. Ela possuía 5 eixos longitudinais e 21 eixos transversais, e dispunha de milhares de quilômetros de desvios para contornar os alvos mais visados pela aviação norte-americana.

As estradas camufladas

Simultaneamente à construção da trilha, foi sendo montado um oleoduto para abastecer as forças revolucionárias, ligando Vinh a Bu Gia Map (120km a noroeste de Saigon), o qual se estendia, ao final da guerra, por 3.082 quilômetros.

Segundo a contabilidade vietnamita, transitaram pela Trilha Ho Chi Minh, ao longo dos anos, cerca de 3,5 milhões de toneladas de material lo-



Dezesseis mil quilômetros de caminhos e um oleoduto de 3.000 quilômetros em território inimigo

gístico, de abastecimento, armamentos, medicamentos, etc., em caminhões, bicicletas (preparadas e reforçadas, estas podiam suportar, empurradas, até 400kg de peso), cavalos, elefantes ou às costas de homens e mulheres. Ela foi atacada durante 2.500 dias e 2.500 noites e deve ter recebido mais de 4 milhões de toneladas de bombas. Para tentar impedir o transporte de material e a penetração das forças revolucionárias, a aviação norte-americana bombardeou o Laos e o Campuchea, mas nunca conseguiu suspender a circulação. Quando uma via era interceptada ou uma ponte destruída, entrava em funcionamento, de imediato, uma outra até então deixada de reserva sob perfeita camuflagem.

A conquista de Buon Me Thuot, a 250km a nordeste de Saigon, com a qual o Exército Popular iniciou, em 10 de março de 1975, a "Campanha da Primavera", é um exemplo característico da rapidez dessa técnica de camuflagem tão aperfeiçoada pelos vietnamitas.

Na noite que antecedeu a tomada dessa cidade estratégica nos Planaltos Centrais, todas as árvores capazes de oferecer resistência ao avanço das colunas motorizadas foram serradas ao meio e deixadas de pé para iludir a observação aérea do inimigo.

56 - terceiro mundo

Na manhã do ataque, os blindados derrubaram facilmente as árvores e lançaram-se pelos 40km assim preparados sobre os alvos designados, desferindo o primeiro grande golpe da ofensiva de 55 dias que derrubaria o regime de Van Thieu.

Visita a An Loc

Uma das partes da Trilha Ho Chi Minh desembocava em An Loc, a 100km de Saigon, na província de Song Be (vizinha de Cu Chi, "a terra do fogo"), dentro do "triângulo de ferro" que a aviação norte-americana arrasou em ondas sucessivas de grandes operações militares ao longo dos anos de guerra: "Cedar Falls", "Junction City", "Attleboro", "Niagara Falls", etc..

Além das toneladas de bombas, napalm, "agente laranja" e toda série de desfolhantes, a US Air Force "privilegiou" essa região com um dos mais sofisticados engenhos de morte fabricados pela tecnologia militar dos EUA: a CBU-55.

Ao explodir, esta bomba desfazia-se em bombas menores que espalhavam um gás aerossol. O gás consumia todo o oxigênio num raio de 250 metros, matando tudo que se encontrasse no seu raio de ação.

As autoridades vietnamitas decidiram, no ano passado, reconstruir, em An Loc, os abrigos subterrâneos utilizados durante a guerra (os primeiros foram cavados em 1947), obviamente abandonados após 1975 e que a natureza, desde então, se encarregou de destruir.

A reconstituição dos abrigos é outra manifestação da vontade, tão cara aos vietnamitas, de deixar para as futuras gerações e mostrar aos visitantes estrangeiros testemunhos do que foi a sua luta pela independência e reunificação nacionais.

A partir da Cidade de Ho Chi Minh, alcança-se a província de Song Be percorrendo 80km da "Nacional 13". Depois, abandona-se a rodovia asfaltada e toma-se uma estrada larga de terra batida. No momento em que o Volga soviético atravessa as antigas plantações de seringueiras da Michelin, Thai Thituy Lien, a jovem funcionária que acompanha o repórter de cadernos na visita a An Loc comunica que já estamos na Trilha Ho Chi Minh.

Mais alguns quilômetros e chegamos a uma grande clareira, onde um grupo de operários termina de construir duas casas de bambu que, dentro de semanas, serão um restaurante e um centro de recepção aos visitantes de An Loc. Ao entrarmos numa das casas para nos refrescarmos e beber chá, três jovens dão, apressadamente, as derradeiras marteladas num enorme quadro. Este é formado por um mapa militar norte-americano, em grande escala, da região, que tem sobreposta uma folha de plástico transparente. Nesse mapa, todas



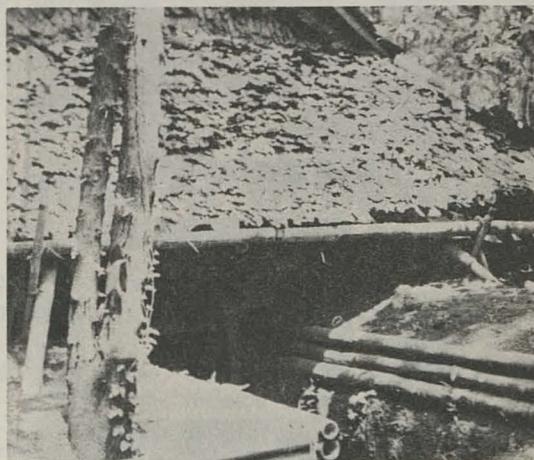
Comboio de abastecimento durante a guerra na Trilha Ho Chi Minh: a aviação dos EUA nunca conseguiu paralisá-los

as dezenas de lugarejos dessa zona de Song Be têm a indicação "destroyed"; na folha de plástico, linhas negras representam os ramais, túneis e abrigos do terminal da Trilha Ho Chi Minh que nunca deixaram de ser utilizados, apesar da aviação inimiga ter arrasado tudo na superfície.

As cozinhas Hoang Cam

Terminada a pausa, caminhamos a pé uns três quilômetros, em fila indiana, por uma vereda estreita. Atravessadas duas "pontes de macaco" (três troncos de coqueiro e uma corda de liana servindo de balaustrada), deparamos com seis abrigos visivelmente recém-construídos. Um deles tem uma profundidade de três metros e uns 20 metros quadrados de área onde se protegia, bem comprimido, um grupo de quarenta soldados. Outros são maiores, comunicam-se por galerias subterrâneas e serviam para tudo: enfermarias, salas de operações, depósitos de víveres ou munições, salas de reuniões, etc.. Tinham depósitos de água, sistemas de ventilação e linhas de telefone.

Bui Huu Nhan, guia e intérprete, chama-nos a atenção para alguns aspectos curiosos: os fornos subterrâneos das "cozinhas Hoang Cam" — o nome do soldado, hoje general, que inventou-as durante a luta contra os franceses — espalham a fumaça pelas entranhas da terra, impedindo a localização dos acampamentos pela aviação inimiga; a cobertura dos abrigos com folhas de um arbusto resistente ao fogo chamadas "Trung Quan" ("fiéis do rei"), que começaram a ser utilizadas durante o



A entrada de um abrigo subterrâneo reconstruído

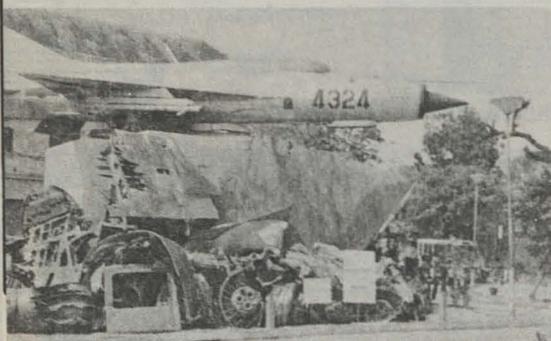
reinado de Ham Nghi, na época da resistência antifrancesa no século 19; os estilhaços de bombas cravados nas árvores e que provocam a quebra de serras elétricas.

Na volta ao centro de recepção, quando o repórter se dispunha a afastar-se alguns metros da trilha, é dissuadido com muitos sorrisos: é preferível não abandonar o caminho porque pode haver ainda uma bomba não-detonada e acontecer mais um dos milhares de acidentes verificados na região desde o fim dos combates*.

* O nosso enviado foi o primeiro jornalista estrangeiro a visitar os abrigos reconstituídos.

A guerra do lado dos EUA

□ No muro negro do “Vietnam Veterans Memorial”, em Washington, estão gravados 58.022 nomes. São todos os soldados norte-americanos mortos nos 21 anos da intervenção dos EUA no Vietnã. Soldados que caíram na “guerra especial” (fase dos “conselheiros militares”, que se seguiu à derrota dos franceses), na “guerra localizada” (iniciada em 8 de março de 1965, com o desembarque no porto de Qui Nhon, em Danang, da “divisão mais rápida do mundo”, a 1ª de Cavalaria, equipada com 15 mil helicópteros) e na época da “vietnamização da guerra” (“mudar a cor dos cadáveres”, segundo palavras do embaixador dos EUA), inaugurada por Nixon no começo da década de 70.



Carlos Pinto Santos

Museu do Exército Popular em Hanói. Um Mig 21 vietnamita em exposição sobre os destroços de um dos primeiros B-52 abatidos no “Natal de Nixon”



Carlos Pinto Santos

Os Estados Unidos tiveram mais de 300 mil feridos e centenas de milhares dos seus homens ainda sofrem de perturbações emocionais e sequelas físicas (contaminação do “agente laranja”, por exemplo) pela sua participação na guerra.

Morreram em combate 240 mil soldados do regime de Saigon.

Ao longo das duas décadas, 2,7 milhões de soldados — este número não inclui os norte-americanos com participação indireta nos combates — dos três ramos das forças armadas dos Estados

Unidos passaram pelo Vietnã. A média de idade dos G.I.'s era de 19 anos, contra 26 anos durante a 2ª guerra mundial.

De acordo com números do Pentágono, os EUA tinham no Vietnã, em 1961, 400 “conselheiros militares”; em 1965, após o desembarque em Danang, 185 mil soldados; em 1969, ponto culminante da intervenção, 580 mil, cifra reduzida em 1972 para 173 mil, com a “vietnamização da guerra”. Contando com o exército de Saigon e os contingentes da Coreia do Sul, as tropas que combateram Hanói e a Frente Nacional de Libertação chegaram a somar mais de 1,2 milhão de homens.

Nos céus do Vietnã foram abatidos 4.181 aviões da *US Air Force* (3.000 no norte), feito comemorado pelos correios de Hanói, ao longo dos anos, com uma coleção de 19 selos alusivos, do 500º avião abatido ao 4.181º. Este número inclui as 58 fortalezas voadoras B-52 (cada um destes mastodontes transportava 30 toneladas de bombas), 23 das quais derrubadas pela artilharia antiaérea e pelos mísseis soviéticos *Sam* — adaptados por cientistas vietnamitas, durante os ataques a Hanói, Haiphong e outras cidades do norte — durante o mês de dezembro de 1972 (entre os dias 18 e 30 daquele mês). O período ficou conhecido como “Natal de Nixon” ou “Natal de Kissinger”.

Segundo a *Reuter* e a imprensa norte-americana da época, o ritmo em que os B-52 estavam sendo derrubados nessa operação levou oficiais do comando aéreo no Pentágono a concluir que a *US Air Force* arriscava-se a ficar sem tais bombardeiros estratégicos, caso o ataque se prolongasse por mais três meses.

Após a assinatura dos Acordos de Paris (27/1/73), Hanói libertou 566 prisioneiros norte-americanos em sua maior parte, capturados em 1968 —, dos quais 300 pilotos. Cerca de 80% dos prisioneiros fizeram declarações públicas contra a agressão dos Estados Unidos durante o cativeiro.

Nos períodos mais intensos da guerra, os EUA chegaram a ter permanentemente em ação 1.400 aviões de combate. Sete dos 14 porta-aviões da *US Navy* estiveram mobilizados na guerra da Indochina e 1.500 navios de guerra, de todos os tipos, foram afundados pelas Forças Populares.

O governo de Washington afirma que ainda estão desaparecidos 2.483 soldados do seu país em todas as regiões do Vietnã. Em 1982, 18 corpos de G. I.'s foram restituídos pelas autoridades vietnamitas, que garantem terem sido eles os últimos encontrados desse rol de desaparecidos. Elas asseguram também que não há qualquer prisioneiro norte-americano no Vietnã.



“Señal de Libertad”

O último 1º de Maio foi considerado “a maior manifestação” dos últimos cinco anos

Luta de massas e guerra urbana

Os últimos meses mostraram uma crescente combatividade dos sindicatos, enquanto a FMLN começou a expandir suas operações nas grandes cidades

Depois de cinco anos de silêncio imposto pelos esquadrões da morte e pelo estado de sítio, o movimento de massas voltou a irromper com força no cenário político salvadorenho, de tal forma que agora ocupa novamente a primeira linha na luta contra o regime encabeçado pelo presidente José Napoleón Duarte.

Embora os primeiros sinais da reativação das mobilizações dos trabalhadores já tivessem surgido durante a época das eleições, em março de 1984, nos últimos meses a onda de greves e protestos populares alcançou as dimensões de um desafio aberto.

A evolução do movimento popular significa para Duarte uma constante “dor de cabeça”, já que a crise econômica e o estado de guerra civil limitam as possibilidades de negociação do governo. De acordo com diferentes fontes, a taxa atual de desemprego oscila entre 30 e 48% e, nos últimos três anos, o índice de preços ao consumidor teve um aumento médio anual de 12%.

A 1º de maio, por ocasião da comemoração do Dia Internacional do Trabalho, entre 10 e 15 mil pessoas percorreram as ruas de San Salvador, no que foi considerado “a maior manifestação” realizada nos últimos

cinco anos nesse país. Esse ato se realizou apesar da campanha de intimidação lançada anteriormente pelos militares.

Pouco depois, eclodiu a greve do Sindicato de Trabalhadores do Instituto Salvadorenho do Seguro Social (Stiss). Esse movimento grevista teve o respaldo das principais federações operárias e pôs em evidência os limites da chamada “abertura democrática” do regime: em 2 de junho, foi ocupado militarmente o hospital central onde se reuniam os grevistas e foram presos os dirigentes sindicais. Mas, apesar do uso da violência, Duarte teve que ceder, finalmente, a todas as reivindicações dos traba-



Roland Neveu/Gamma-Liaison

Duarte e Shultz (atrás, à dir.): os EUA estimulam a criação de "uma organização trabalhista alternativa"

lhadores.

Além disso, há vários meses o Sindicato da Administração Nacional de Aquedutos e Esgotos (Setanda) mantém em xeque o governo. Apesar da militarização das instalações dessa organização, do assassinato de seis sindicalistas e da demissão de outros 49, os trabalhadores continuam suas atividades reivindicativas.

Outras greves e manifestações foram protagonizadas pelos sindicatos da Administração Nacional de Telecomunicações (Antel), o Ministério da Agricultura e Pecuária, o Instituto Salvadorenho de Turismo e a Associação Nacional de Educadores Salvadorenhos (Andes), entre outros. Num paralisação de caráter nacional, participaram cerca de 22 mil professores e 85% dos funcionários administrativos.

Entre as reivindicações dos sindicalistas, destacam-se os au-

mentos salariais, um efetivo controle de preços dos produtos de consumo básico, a destituição de funcionários incapazes e corruptos, a retomada do diálogo entre o governo e a guerrilha e a abolição de decretos antitrabalhistas, assim como o fim da manipulação estatal das organizações operárias e das medidas divisionistas.

As medidas divisionistas

Um elemento de destaque na mobilização popular é a participação de organizações vinculadas ao situacionista Partido Democrata Cristão (PDC). Esses grupos operários e camponeses, reunidos na Unidade Popular Democrática (UPD), sustentaram uma posição firme em torno de suas reivindicações econômicas e da exigência de que o governo retome o diálogo com os rebeldes.

Por causa disso, instituições

sindicais norte-americanas intervieram na questão. Segundo o Centro Universitário de Documentação e Informação (Cudi), ligado à universidade jesuíta de San Salvador, a central sindical norte-americana AFL-CIO se propôs a criar uma organização que devolvesse ao movimento operário "um tom centrista", com o objetivo de substituir a UPD, porque esta teria "politicizado" suas atividades e estaria situada "muito à esquerda do PDC".

O Cudi assinala que a luta entre o PDC e a AFL-CIO pelo controle da base social da UPD começou a se manifestar desde agosto de 1984, quando os norte-americanos decidiram "financiar e estimular a criação de uma organização trabalhista alternativa". A nova organização foi fundada em dezembro, sob o nome de Central de Trabalhadores Democráticos (CTD).

Um ano depois, o principal efeito foi a divisão das organizações majoritárias que constituíam a UPD. A nova central sindical se refere à UPD como "oficialista" e apêndice do partido no poder.

Por seu lado, a UPD acusou o Instituto Norte-Americano para o Desenvolvimento do Sindicalismo Livre (AIFLD) de ter em El Salvador "agentes corruptos e corruptores" e denunciou que Rafael Castro, o funcionário que administra os fundos locais do instituto, é "um agente da CIA", vinculado à extrema direita. Ramón Mendoza, secretário-geral da UPD, informou também que haviam expulsado de suas fileiras Samuel Maldonado — presidente do Instituto Salvadorenho de Transformação Agrária (Ista) — e outros altos funcionários.

Outra situação que afeta o movimento trabalhista é a política do regime que visa a criar sindicatos paralelos naquelas instituições estatais que possuem organizações sindicais fortes e, tradicionalmente, de oposição ao



"Señal de Libertad"

Em El Salvador, "o simples protesto trabalhista é agora um ato de guerra", segundo um jornal mexicano

governo. Casos desta natureza se produziram nos sindicatos de telecomunicações e de educadores, Antel e Andes, respectivamente, embora os resultados até o momento tenham sido mínimos.

Dentro da estratégia para conter a onda de greves e protestos, através de uma intensa campanha propagandística, o governo de Duarte tenta vincular os sindicatos ao movimento rebelde. A luta reivindicativa, segundo os porta-vozes oficiais, está "orquestrada de fora, manipulada e infiltrada pela subversão".

Várias vezes, Duarte preveniu os trabalhadores "contra a instrumentalização daqueles que pretendem desestabilizar o processo democrático com o objetivo de destruí-lo" e disse que a Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional e a Frente Democrática Revolucionária (FMLN-FDR) promovem as greves com gente infiltrada nos sindicatos.

Por seu lado, o Comitê de Imprensa das Forças Armadas (Cöprefa) informa com regulari-

dade sobre planos de "reativação das massas" que a FMLN-FDR tenta fomentar. Os militares apresentam ex-chefes guerrilheiros "arrepentidos" em programas de televisão, que denunciavam supostas vinculações entre o movimento sindical e os rebeldes.

Segundo especialistas da universidade jesuíta, estas respostas ao movimento de massas parecem sugerir que o governo "parte do pressuposto de que qualquer um que tenha uma postura coincidente com as colocações da FMLN-FDR é, *a priori*, simpatizante, ou pior ainda, está infiltrado pela FMLN e, portanto, sua atitude política é desestabilizadora e subversiva".

Segundo o jornal mexicano *La Jornada*, em El Salvador "o simples protesto trabalhista é agora um ato de guerra", devido ao interesse do regime em "disputar com a insurreição o apoio da população civil, na perspectiva de que certamente o conflito se prolongará".

Desaparecimentos e assassinatos de sindicalistas

Fica difícil determinar o real grau de influência dos rebeldes na condução do movimento trabalhista. Além da repressão estatal — entre 1979 e 1982, foram assassinados, presos ou desapareceram cerca de 3.400 sindicalistas, segundo dados de organismos humanitários —, a desarticulação das organizações de massas em 1980 se produziu devido à decisão da FMLN de efetuar um recrutamento maciço, a fim de formar, rapidamente, um exército popular, o que levou à militarização das estruturas. Fontes da FMLN reconheceram que o fracasso da insurreição de janeiro de 1981 se traduziu na perda de inúmeros quadros do movimento operário industrial.

Essas fontes informaram que, atualmente, a agitação trabalhista se concentra no setor de serviços estatais e paraestatais, onde a FMLN deve disputar a direção não só com os sindicatos

democrata-cristãos e pró-norte-americanos, como também com forças da esquerda que se afastaram dela — como a Federação Sindical Revolucionária (FSR) — e com novas correntes independentes.

Para outros, a reativação sindical segue a orientação dos rebeldes, que através dessas ações se propõem a obrigar o governo a continuar o processo de diálogo. “O movimento trabalhista demonstrou ser capaz de dobrar o braço de Duarte”, afirmaram.

O certo é que, apesar de todos os esforços para frustrar o crescimento das organizações gremiais e sindicais, o governo da democracia cristã se viu obrigado a atender reivindicações e fazer algumas concessões ao setor trabalhista, com o objetivo de manter uma situação de mínima estabilidade na capital do país e dar respaldo ao seu discurso sobre a chamada “abertura democrática”.

De acordo com observadores políticos, o movimento de massas urbano seguirá uma tendência ascendente, independentemente dos interesses do governo e do movimento rebelde, “na medida em que as condições de vida dos trabalhadores não só não melhoram, como continuam se deteriorando, como nos últimos anos”.

Intensifica-se a guerra urbana

Por outro lado, enquanto cresce a militância e a combatividade dos sindicatos, também se verifica uma maior intensidade da atividade guerrilheira nas áreas urbanas.

Apesar do desenvolvimento de um sofisticado trabalho de inteligência por parte do governo de Duarte, as unidades da Frente Farabundo Martí para a Libertação Nacional (FMLN) estão atuando na própria capital salvadorenha.

A operação mais sofisticada

foi a que custou a vida a quatro *marines* norte-americanos a 19 de junho passado, quando dez guerrilheiros em trajes de combate penetraram numa zona residencial de San Salvador e metralharam suas vítimas, retirando-se sem problemas. Nesse atentado, também morreram dois norte-americanos assessores em computação, cinco civis salvadorenhos, um guatemalteco e um chileno. Seu impacto na opinião pública foi enorme.

Quando um comando da FMLN se responsabilizou pelo ato, na sexta-feira, dia 21 do mesmo mês, comentaristas políticos internacionais ressaltaram que era a primeira ação dos rebeldes com vítimas civis não-combatentes. A guerrilha explicou, num comunicado, que a operação “consistiu num ataque de extermínio de assessores militares norte-americanos, agentes da CIA e elementos de outras nacionalidades, vinculados a organismos de inteligência a serviço do imperialismo norte-americano”.

O presidente Duarte reagiu, dizendo que “o governo não cairá na armadilha preparada pela FMLN através do traiçoeiro assassinato múltiplo e prosseguirá com firmeza no caminho da democratização”. Os altos chefes militares afirmaram que a ação é uma prova de que a FMLN “voltará à cidade” e explicaram que isso se deve ao fato de que os rebeldes “estão derrotados” nas zonas rurais.

Para o presidente Ronald Reagan, a morte dos *marines* serviu para aumentar a ajuda militar a El Salvador e denunciar um “complô do terrorismo internacional” contra o seu país.

Ações de risco

Nos últimos quatro meses a guerrilha realizou pelo menos uma dúzia de ações na capital salvadorenha, entre as quais se destacam as execuções do te-

nente-coronel Ricardo Arístides Cienfuegos — chefe do Comitê de Imprensa das Forças Armadas (Coprefa) —, do general reformado José Adalberto (“El Chele”) Medrano, do tenente da força aérea Marvin Noel Díaz Sánchez e do juiz militar Rodolfo Araújo, assim como o atentado contra o major Mariano Turcios. Os rebeldes também atacaram o quartel central da Polícia Nacional e outras instalações governamentais.

Os grupos que tiveram maior presença em San Salvador foram os Comandos Mardoqueo Cruz, do Partido Revolucionário dos Trabalhadores Centro-Americanos (PRTC) — que se responsabilizaram pela morte dos *marines* —, a Brigada Rafael Arce Zablah, do Exército Revolucionário do Povo (ERP) e a Frente Clara Elisabeth Ramírez, que é uma cisão da FMLN.

Os esforços da insurreição para se infiltrar nas grandes cidades controladas pelo regime, porém, sofreram sérios reveses nos últimos meses. Por esta razão, o atentado contra os norte-americanos tomou de surpresa os militares, já que estes pensavam ter neutralizado as principais unidades de comandos urbanos rebeldes.

“Deserção” e denúncias

A captura da comandante Nidia Díaz e, sobretudo, a “deserção” do comandante Napoléon Romero García, em abril passado, resultaram na obtenção, por parte das forças armadas, de informação estratégica e tática muito importante sobre os planos e a estrutura da FMLN.

Romero García era integrante das Forças Populares de Libertação (FPL), organização em que ocupava o cargo de coordenador executivo da Comissão Política. Nessa função, o ex-guerrilheiro — e agora colaborador entusiasta do regime — tinha acesso, praticamente, a toda informação da



"Nacia Report"

Os grupos armados têm se proposto a atuar nas grandes cidades, mas vêm encontrando dificuldades, como a delação

sua organização e aos planos gerais da FMLN.

De acordo com fontes vinculadas aos rebeldes, Romero García era o encarregado de transmitir as orientações aos estados-maiores das frentes de guerra da organização e era também um dos principais integrantes da Comissão Político-Militar Metropolitana, da qual, além das FPL, participavam a Resistência Nacional (RN) e o Partido Comunista Salvadorenho (PCS).

Semanas antes da sua captura, Romero García havia participado da reunião anual do Comitê Central das FPL, em que se fizeram acordos estratégicos em todos os níveis. Toda essa informação está agora em mãos da inteligência militar do regime.

A versão assinala que o ex-comandante entregou algumas estruturas urbanas das três organizações que faziam parte da Comissão Político-Militar Metropolitana. A traição de Romero García foi atribuída pela guerrilha ao fato de não ter resistido às torturas infligidas por seus captadores. Mas, numa entrevista à imprensa, o ex-guerrilheiro disse que desertou porque estava

"farto de violência".

Outras fontes próximas à família do desertor disseram que Romero foi chantageado pelos militares, que lhe entregaram sua companheira, Claudina Calderón, uma militante que figurava como "desaparecida" no ano anterior. Esta versão não pôde ser confirmada.

Romero García se apresenta duas vezes por semana na televisão salvadorenha, em programas em que informa sobre os métodos de funcionamento da guerrilha e as táticas para se infiltrar nas organizações de massa, usando um tom que visa a desacreditar a luta armada.

Uma semana após a deserção do ex-combatente, uma esquadrilha de helicópteros realizou um ataque em profundidade à retaguarda rebelde nas montanhas de San Pedro, no departamento de San Vicente, onde capturaram a comandante Nidia Díaz, que havia participado do primeiro diálogo entre o governo e a guerrilha, em outubro passado.

Ferida no combate, enquanto era atendida no Hospital Militar de San Salvador, ela se

apressou em dizer a um grupo de jornalistas que conseguiram chegar ao seu quarto que os documentos que trazia consigo tinham caído nas mãos do exército.

"Altamente suspeito"

Embora Guillermo Ungo, presidente da Frente Democrática Revolucionária (FDR), tenha afirmado que "parece altamente suspeito" que a comandante tivesse consigo "um arquivo ambulante durante uma ação de combate", o bispo auxiliar de San Salvador, monsenhor Gregorio Rosa Chávez, confirmou que a dirigente lhe disse que no dia de sua prisão estava "transferindo" parte do arquivo da FMLN para uma zona de segurança.

Uma semana depois, o exército governamental conseguiu outra vitória, ao capturar o dirigente máximo da Frente Clara Elizabeth Ramírez, assim como o chefe de comandos e vários militantes desse grupo. A delação de Romero García teria relação com essas detenções, segundo algumas fontes.

Analistas locais consideram



—Sinal de Libertad

Os militares infiltram agentes nos sindicatos a fim de neutralizar suas lideranças

que os avanços do regime no combate à insurreição urbana têm como ponto de partida a reestruturação dos três corpos de segurança (Polícia Nacional, Guarda Nacional e Polícia Fiscal) sob a direção do coronel Reynaldo López Nuila, atual subsecretário da Segurança Pública.

Controle centralizado

Esta subsecretaria foi criada com a volta de Duarte à presidência, em junho de 1984, a fim de coordenar, profissionalizar e depurar os corpos de segurança. Isto implicava também submeter os chamados esquadrões da morte a um controle centralizado e "racionalizado".

López Nuila já se tinha destacado como diretor da Polícia Nacional, ao criar o Centro de Análise e Informação (Cain), um organismo especializado em espionagem que contou com instrutores israelenses, argentinos e guatemaltecos, de acordo com denúncias de rebeldes.

Dentro dos novos planos do regime, o trabalho de inteligên-

cia deve fazer parte de uma estratégia global de contra-insurreição, que visa ao controle político da população, a atacar e isolar a FMLN, e a dar uma imagem positiva da instituição militar. Nesses planos, sem dúvida, o Partido Democrata Cristão (PDC) é o instrumento político chave, já que a ultra-direita ficou fraca e fragmentada depois de sua derrota nas últimas eleições.

Entre as táticas para conseguir o controle político da população urbana e enfrentar o crescente e poderoso movimento de massas, o regime se utiliza da criação de sindicatos paralelos, a filiação forçada dos funcionários públicos ao PDC, a formação das chamadas Brigadas Juvenis Patrióticas e uma permanente guerra psicológica através dos meios de comunicação.

As brigadas constituem uma experiência nova no país, pois têm como objetivo a organização de jovens que vivem nas maiores concentrações populacionais da periferia de San Salvador (Soyapango, Cuscatancingo, Ciudad Delgado, entre outras), cujas

idades oscilam entre 12 e 16 anos. Este projeto é realizado sob a orientação do Departamento D-5 da Polícia Fiscal. Trata-se, como definiu um oficial do governo, de "ganhar as novas gerações" dos rebeldes.

No que diz respeito ao trabalho de inteligência dirigido para atacar e isolar a FMLN, os militares dão prioridade à infiltração de agentes nos sindicatos e movimentos populares com o fim de detectar as lideranças rebeldes. Isso se complementa com uma política de respeito à vida de alguns prisioneiros e de utilização das divergências internas entre os grupos guerrilheiros. O objetivo final é, de acordo com os porta-vozes militares, "desmoralizar" a insurreição.

Gesto de boa vontade

Um caso que mostra a nova linha de relações públicas das forças armadas é a captura, a 14 de junho, do jornalista Francisco Javier Campos, acusado de colaborar com a Frente Clara Elisabeth Ramírez, o qual foi entregue cinco dias depois pela Polícia Fiscal à Associação de Jornalistas de El Salvador (Apes), como "um gesto de boa vontade para com a imprensa". Um ano atrás, Campos simplesmente teria desaparecido.

Apesar dessas variantes, a morte dos *marines* lembrou a cúpula militar de que nem a guerrilha se desmoralizou, nem a guerra diminuiu, tendo apenas mudado de forma. Tal como assinalava em sua homilia do dia 23 de junho o monsenhor Arturo Rivera y Damas, arcebispo de San Salvador, embora o atentado rebelde em que civis perderam a vida seja "condenável", igualmente o são os bombardeios da aviação governamental contra a população civil indefesa e as operações de "terra arrasada" do exército. (*Horacio Castellanos Moya*) ●

A nova era de incertezas

O último golpe de estado mostrou que esta ex-colônia britânica continua pagando o preço da herança da dominação européia e tem poucas possibilidades de encontrar a curto prazo um futuro tranquilo



Em Uganda, a miséria é a principal consequência da instabilidade política herdada do período colonial

Quando na madrugada do dia 26 de julho, a rádio de Uganda interrompeu suas transmissões para divulgar um discurso do brigadeiro Basilio Olara Okello, a maioria dos ouvintes mostrou pouca surpresa. Era apenas uma questão de semanas, ou até de alguns meses, a deflagração de algum movimento insurrecional que daria o golpe de morte no governo de Milton Obote. O cenário já estava armado desde março, mas o que antecipou a conspiração foi a marcação da data de 10 de dezembro para as próximas eleições presidenciais, quando pela segunda vez em 30 anos, os ugandenses teriam a

chance de escolher seus dirigentes.

A queda de Obote e a ascensão ao poder do general Tito Okello (não há parentesco com o brigadeiro Basilio Olara Okello) representaram na verdade dois episódios de um mesmo processo de reacomodação de interesses dentro da elite governante de Uganda. O presidente deposto, apesar de sua popularidade, pagou o preço dos profundos antagonismos políticos, raciais e econômicos que sobreviveram à independência em 1962 e que se agravaram com o correr dos anos na medida em que o país não conseguiu chegar a um novo pac-

to de unidade.

O novo governo, o sétimo nos 23 anos de independência, não tem coerência político-ideológica, está baseado em interesses personalistas e regionalistas, o que aumenta as chances de que a curto prazo também ele venha a padecer dos mesmos males que provocaram a desgraça de Obote.

Estes males são fundamentalmente a divisão do país entre grupos políticos do norte (mais numerosos porém fracos economicamente) e os interesses financeiros da burguesia rural do sul; a inexistência de um exército nacional organizado; a crise econômica e social gerada pela apli-

O carisma de Obote levou-o duas vezes ao poder pelo voto, mas os militares responderam com dois golpes de estado



cação do receituário recessivo do Fundo Monetário Internacional e a ação desestabilizadora de pelo menos três movimentos guerrilheiros que tornam virtualmente ingovernável um país que já foi considerado um dos celeiros da África.

Todos estes fatores pulverizaram a já frágil unidade interna do Congresso Popular de Uganda (UPC), o partido de Obote e que desde o período pré-independência vinha sendo o grupo mais identificado com uma posição nacionalista.

Mas o nacionalismo de Obote acabou enfraquecido pela sua posição personalista e autoritária, fazendo com que ele perdesse em sucessivas oportunidades a possibilidade de promover alianças políticas capazes de ultrapassar as históricas divisões étnicas e regionalistas agravadas pelo regime colonial. O ex-presidente defendeu sempre a implantação de um governo centralizador e o estabelecimento de um Estado unitário como forma de garantir a sobrevivência do país como uma entidade autônoma. No seu primeiro governo, entre 1965 e 1971, ele foi também um defensor do nacionalismo, tendo como modelo o seu amigo Julius Nyerere, presidente da Tanzânia. No segundo mandato (entre 1980-85), Obote acabou sendo obrigado a seguir o Fundo Monetário Internacional para equili-

brar a precária economia do país.

A herança colonial

A divisão de Uganda tem as suas origens na decisão adotada pelos ingleses no final do século passado, de reservar para a região de Buganda, habitada pelos *baganda*, o virtual monopólio da agricultura de exportação concentrada especialmente no café, algodão e tabaco. A região do norte, habitada por várias etnias como os *lango*, *acholi* e *lugbara*, sempre foi mais pobre e desabitada. Por isto foi nela que os ingleses resolveram recrutar os integrantes do exército colonial. A terceira região, a leste, foi transformada em reserva de mão-de-obra para as plantações destinadas à exportação.

Os *baganda* rapidamente assumiram um papel hegemônico na economia antes da independência porque foram capazes não só de desenvolver uma próspera agricultura, como também se mostraram dóceis à orientação britânica. Toda a elite econômica e cultural do país surgiu dentro da etnia *baganda*, que foi a mais favorecida na divisão interna da pequena parcela de lucros deixada no país pelos antigos exportadores britânicos.

Para impedir que os agricultores do sul se tornassem poderosos demais dentro do país, a Inglaterra estimulou uma forte

corrente migratória de asiáticos (indianos e chineses) aos quais entregou o controle das atividades comerciais. Simultaneamente, no norte, os *acholi* e *lango* foram colocados em posições-chave no exército, recebendo treinamento no exterior, sem no entanto terem bases econômicas próprias. Mas como o número de convocados para o exército foi pequeno em comparação com a grande massa de empobrecidos camponeses que se sustentavam através da agricultura de auto-subsistência, surgiu no norte o primeiro foco de resistência contra a hegemonia britânica, que a princípio foi identificada também como uma dominação dos *baganda*. Os *acholi* e *lango* com o passar do tempo descobriram que o preparo militar e a força dele decorrente podiam render dividendos políticos e, com isso, acabaram tendo uma influência que se equiparou e até superou a dos *baganda*.

A principal liderança nacionalista surgida no norte foi a de Milton Obote, um *lango*, dotado de enorme habilidade política e que logo conseguiu também um grande prestígio externo no começo da década de 60, num momento em que em toda a África a campanha pela independência atingia uma grande intensidade. Os ingleses, de certa maneira, foram impotentes para conter o movimento autonomista liderado por Obote e acabaram concedendo a independência, convictos de que a burguesia *baganda* do sul seria capaz de neutralizar o ímpeto nacionalista.

Mas o governo autônomo logo teve que enfrentar problemas entre os nortistas, que desde o período colonial também já estavam divididos em clãs personalistas agrupados em torno de fidelidades étnicas e militares. Foi impossível unificar o exército nacional porque os comandantes formados pelos ingleses se julgavam todo-poderosos e es-

tavam dispostos a usar as armas para conquistar o prestígio político que não tinham.

O período Idi Amin

O projeto unitário e nacionalista de Obote esbarrou no individualismo dos *baganda* e *acholi*, e no liberalismo econômico da burguesia sulista ligada ao capital estrangeiro e à agricultura de exportação. O resultado foi a instabilidade e o agravamento de conflitos. O primeiro presidente ugandense mostrou pouca flexibilidade no jogo de alianças, embora sua defesa intransigente da unidade nacional lhe tivesse valido um forte apoio externo de países africanos recém-independentes.

A obstrução econômica da burguesia agrícola minou as bases do poder ao reduzir drasticamente a prosperidade dos primeiros anos após a independência. E o individualismo de chefes militares do norte se encarregou do resto. Assim em 1971, o ex-campeão de box, Idi Amin Dada, deu um golpe militar e assumiu o poder, depois de aglutinar a seu redor chefes militares do norte, descontentes com o controle dos altos escalões do exército pelos *lango*, de Obote. O golpe de Amin foi apoiado pelos ingleses que viam nele a possibilidade de acabar com o nacionalismo econômico do governo deposto e em seguida forçá-lo a um entendimento com os *baganda*.

Mas o plano deu errado no segundo ponto. Amin implantou uma ditadura corrupta e arbitrária que durou oito anos. Amin pertencia a um grupo étnico minoritário do norte, na província do Nilo Ocidental, e desde o começo perseguiu primeiro os *baganda* e depois também os comerciantes asiáticos, que foram expulsos em massa do país. Todo o comércio foi atingido e ao mesmo tempo as nacionalizações implantadas pelo excêntrico ex-

Gamma



O autoritarismo de Idi Amin provocou choques com a burguesia e conduziu à crise econômica



pára-quadista treinado pelos ingleses, rendiam escassos frutos ao país porque acabaram desvirtuadas pela corrupção.

Amin foi o representante típico dos chefes militares treinados pelo regime colonial e que depois usaram seus conhecimentos e armamento para impor a sua vontade personalista sobre o resto do país. Por não se sentir ligado ideologicamente a nenhum interesse estrangeiro, ele pôde servir e hostilizar todos

eles indiscriminadamente, manipulando habilmente o controle do poder militar. Mas no final o jogo se esgotou, e o ditador ugandense acabou derrubado em 1979, deixando um saldo de quase 500 mil opositoristas e adversários mortos.

Os oito anos de violências e arbítrio tiveram um efeito devastador não só sobre a economia, mas também sobre a frágil unidade nacional. Obote havia tentado substituir o regionalismo

pela unidade imposta de cima para baixo. Idi Amin por seu lado levou a limites inimagináveis o jogo de favorecimentos e represálias, deixando como herança um país ainda mais dividido e ressentimentos agravados pela corrupção.

Se o poder central era visto antes com receio, a desconfiança e descrença se tornaram generalizadas depois de 1971. Quando as tropas da Tanzânia entraram em Uganda em 1979 para acelerar a derrubada da ditadura, o exército de Amin estava praticamente decomposto, o aparelho estatal era uma ficção e os diferentes grupos regionais se preparavam para disputar os despojos do autoritarismo. O acordo entre as várias facções se tornou impraticável, e os regimes posteriores a Amin se sucederam sem que nenhum deles tivesse chances de sobreviver, até que os militares tomaram novamente o poder em maio de 80 para preparar eleições gerais, a única solução possível para o vácuo de lideranças. E como era de esperar, Milton Obote voltou novamente ao poder, depois que o Congresso Popular (UPC) conquistou 72 das 126 cadeiras do Parlamento.

A desestabilização

O pleito reproduziu fielmente as divisões do país. O UPC eleger todos os seus deputados no norte e não ganhou nenhuma cadeira na região de Buganda, onde a burguesia local representada pelo Partido Democrático venceu em todos os distritos eleitorais. A precariedade dos mecanismos eleitorais, provocada basicamente pela pesada herança de desorganização deixada por Amin, deu pretextos para que grupos minoritários do norte acusassem o líder do partido vencedor de corrupção e manipulação dos resultados. A polêmica sobre fraude nunca pôde ser esclarecida e a primeira consequência foi que o ex-ministro

da Defesa de Obote, Yoweri Museveni, criou o Movimento de Resistência Nacional (NRM) e logo em seguida caiu na clandestinidade para organizar uma guerrilha contra o governo. Outro ex-ministro no governo de 1962, Balaki Kirya, criou o Movimento da Liberdade (UFM), que também formou o seu grupo armado, enquanto os simpatizantes de Idi Amin (que se exilou na Arábia Saudita) organizaram sob a liderança do ex-brigadeiro Moses Ali, a Frente de Restauração Nacional (UNRF).

Obote iniciou o seu segundo mandato em condições bem piores do que na sua primeira experiência como chefe de governo. A crise econômica havia se transformado numa verdadeira calamidade. A administração pública estava paralisada e o exército nacional havia desaparecido. Na tentativa de criar uma nova estrutura militar, o governo promoveu a formação de um Exército de Libertação Nacional (Unla), que se estruturou com base em oficiais *acholi* e *lango*, contando com assessoria da Tanzânia, cujas tropas ficaram em Uganda para garantir o governo. A situação, que já era difícil, se tornou caótica quando no norte do país surgiram focos guerrilheiros organizados pelos três movimentos dissidentes. A crise foi habilmente explorada pelo Partido Democrático dos *baganda* para aumentar a pressão econômica sobre Obote, enquanto as potências estrangeiras pediam um acordo de reconciliação que, na prática, era inviável. Obote não reconhecia autoridade política em seus adversários do NRM e da UFM por considerá-los dissidentes que não haviam respeitado os resultados da eleição. Ele também não admitia entendimentos com os adeptos de Idi Amin por motivos óbvios, enquanto os *baganda* estabeleciam sutis contatos com os grupos nortistas interessados na desestabilização.

A reestruturação do exército nacional se mostrou mais difícil do que o previsto. Obote só confiava nos oficiais de seu grupo étnico, especialmente no general Oyite Ojok, autor do golpe de estado que preparou as eleições de 80 e depois se tornou comandante-em-chefe do exército. Os oficiais da etnia *acholi* desde o começo se integraram no Unla, mas fizeram questão de preservar seus feudos políticos implantando um sistema de fidelidade individual, ao mesmo tempo em que acusavam os *lango* de prepotência. O líder dos *acholi* era o brigadeiro Basilio Olara Okello, comandante da região militar do sul, no território dos *baganda*.

A situação militar se tornou crítica quando o general Ojok morreu num acidente aéreo em dezembro de 83. A luta pelo poder dentro do Exército de Libertação Nacional se tornou violenta, justamente num momento em que os grupos dissidentes se mostravam mais ativos. O NRM concentrou suas forças no chamado triângulo de Luwero, a interseção de duas estradas de acesso a Kampala, enquanto na província do Nilo Ocidental os adeptos de Amin, junto com a UFM, tornaram a área praticamente ingovernável.

O resultado do descontrole militar foi o surgimento de vinganças e retaliações que levaram a limites críticos o problema dos refugiados. Trezentos mil ugandenses fugiram para o sul do Sudão. Cem mil foram para o Zaire e internamente mais 700 mil passaram a viver fora de sua terra de origem para escapar a perseguições. Na área de Karamoja, a antiga reserva de mão-de-obra, mais de 100 mil pessoas ficaram simplesmente abandonadas, sem comida e sem assistência. Ao todo, cerca de um-décimo dos 13 milhões de habitantes de Uganda teve a sua vida diária drasticamente alterada pela crise e pela instabilidade política.

Economicamente a situação se agravou ainda mais depois de 1982. Os fazendeiros *baganda* passaram a boicotar abertamente o governo através do contrabando de café, algodão e tabaco, ao mesmo tempo em que sonegavam impostos. Quando a dívida externa chegou perto de um bilhão de dólares, Obote cedeu diante do FMI, desvalorizando violentamente a moeda nacional, o *shilling*. Ele eliminou os subsídios, facilitou a desnacionalização, baixou os salários e elevou os preços dos alimentos em mais de 500%. O preço de uma garrafa de cerveja passou a ser quase igual ao da metade do salário mensal de um trabalhador. Os soldados do exército nacional passaram a ganhar o equivalente a menos de 30 dólares mensais, o que se tornou um poderoso estímulo ao saque, extorsão e roubo.

O alinhamento do governo de Uganda com o FMI desagradou profundamente Nyerere, que sempre defendeu uma posição de resistência ao Fundo, apesar da crise econômica interna na Tanzânia, agravada pelo apoio militar dado a Obote após a derrubada de Amin. A aceitação do controle do FMI sobre a economia de Uganda fez com que muitos banqueiros europeus afirmassem que Obote era muito melhor ministro das Finanças do que presidente da República (Obote acumulou ambos os cargos desde a sua posse).

Mas o recuo na questão econômica em vez de melhorar, só piorou a sorte do deposto presidente. Ele perdeu a margem de manobra com a burguesia *baganda* que saiu fortalecida no momento em que o Fundo passou a estimular as exportações. Sem o controle do exército e sem o domínio da economia, o presidente teve que recorrer a uma repressão ainda maior dos seus opositores, na tentativa de continuar no poder. Às vésperas do golpe do dia 26 de julho ha-



A miséria e os conflitos étnicos fizeram um milhão de refugiados no país

via cerca de cinco mil presos nas 95 penitenciárias civis e militares do país.

O fim da era Obote

A conspiração chefiada pelo brigadeiro Basilio Olara Okello foi rápida e tumultuada. O governo caiu quase sem resistência no momento em que os rebeldes asseguraram o controle de algumas guarnições do norte do país. Mas em Kampala, a confusão durou mais de uma semana, com saques generalizados e retaliações, uma vez que não havia certeza de quem controlava efetivamente o país, e corriam rumores de que os guerrilheiros do NRM se preparavam para uma ofensiva contra a capital.

O novo presidente Tito Okello nomeou um governo para dar continuidade administrativa integrando várias correntes que discordaram do regime de Milton Obote.

O novo ministério sofreu logo de início uma série de mudanças

resultantes da necessidade do chefe de governo de buscar alianças capazes de dar um mínimo de estabilidade ao seu governo. As negociações iniciadas com os guerrilheiros de Yowere Museveni começaram de forma muito tumultuada, e apesar dos entendimentos mantidos é frágil o relacionamento entre Okello e o NRM.

A instabilidade do novo regime está na dependência de um acordo sobre a partilha efetiva do poder, já que o NRM quer ser tratado no mesmo pé de igualdade que o ministério. Trata-se de uma situação extremamente difícil, na qual devem ter papel importante as pressões internacionais.

Museveni aparentemente conta com simpatias de alguns governos europeus e empresas transnacionais, enquanto Okello tem as preferências de governos vizinhos, interessados em que a situação em Uganda se normalize o mais rápido possível, sem novos golpes e rebeliões. (Carlos Castilho)

O SETOR PÚBLICO PODE SER MAIS

Desde que haja unidade, gestão técnica, austeridade e prioridade social em sua administração. Esta é uma questão POLÍTICA.

1

**É POSSÍVEL
O EQUILÍBRIO FINANCEIRO
NO SETOR PÚBLICO**

2

**É POSSÍVEL
REDUZIR
O GASTO PÚBLICO
(AUMENTANDO O GASTO SOCIAL)**

3

**É POSSÍVEL REDUZIR
O ENDIVIDAMENTO DO
SETOR PÚBLICO**

EFICIENTE QUE O SETOR PRIVADO.

E gera resultados. O Governo Leonel Brizola vem construindo um novo Estado do Rio de Janeiro para um Novo País.

FLUXO DE CAIXA (Receitas não financeiras - Despesas) Cr\$ bilhões de 1984

	1982	1983	1984
Déficit	(- 582)	(- 331)	(- 35)
Déficit/superavit excluindo amortizações*	(- 373)	(- 139)	+ 140

*conceito do Governo Federal

DESPESAS - (Cr\$ bilhões de 1984)

1982	3.148	<i>A redução de 1984, em relação</i>	
1983	2.390	<i>a 1982, foi de Cr\$ 889 bilhões</i>	
1984	2.259	<i>(de 84) ou 28,2%</i>	

Este foi o resultado da aplicação de técnicas modernas de gestão apoiadas na unidade financeira do governo, no caixa único e na centralização do recolhimento dos tributos.

Este foi o resultado da execução de uma política de combate ao desperdício, de identificação de prioridades, sob a marca de forte austeridade. Em valores corrigidos para 1985 seriam Cr\$ 2,8 trilhões de redução.

DÍVIDA EM TÍTULOS ESTADUAIS (1.000 ORTNs)

	1982	1983	1984
ORTRJ	73.314	69.781	57.476

A resultante não pode ser outra: menor gasto, melhor execução financeira e orçamentária e, portanto, um menor endividamento. Agora, ao invés de pagarmos juros, construímos escolas.

GOVERNO LEONEL BRIZOLA UM GOVERNO QUE FAZ ESCOLA

SECRETARIA DE FAZENDA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Dívida: os primeiros passos para a unidade

Mil e duzentos políticos latino-americanos estiveram em Havana em julho na maior e mais ampla reunião já realizada no continente sobre a dívida externa

O Encontro sobre a Dívida Externa na América Latina e Caribe foi convocado diretamente pelo presidente Fidel Castro para a realização de um grande debate sobre o tema, sem o compromisso de chegar a um documento ou resolução final. A convocatória foi extremamente ampla tanto do ponto de vista social, como do político e ideológico. E o que todos puderam verificar em Havana foi que a capacidade de Cuba em convidar personalidades tão distintas se mostrou totalmente exitosa. Foram à capital cubana mais de 100 dirigentes de partidos, repre-

sentantes oficiais de mais de 200 movimentos políticos, cerca de 100 líderes sindicais, dezenas de delegadas de grupos femininos, técnicos, economistas e uma representação muito importante de religiosos do continente. No espectro político e ideológico, estiveram representadas desde personalidades identificadas com a ultra-esquerda até a direita. Outra participação muito significativa foi a dos militares, na sua maioria reformados, mas também alguns da ativa. Os empresários estiveram igualmente presentes, entre eles alguns representantes dos grandes con-

glomerados econômicos do continente, como o presidente do grupo Capriles, da Venezuela.

Diante de uma representação tão ampla, o encontro foi basicamente político, com declarações das várias forças presentes. Não se tratava de analisar tecnicamente o problema da dívida externa, mas sobretudo de expor posições. Ao todo, era um público de umas 1.500 pessoas, entre elas 1.200 convidados e quase 300 jornalistas. Só na mesa diretora dos trabalhos estavam cerca de 100 personalidades. Nesse contexto, era muito difícil esperar um esgotamento da parte técnica da questão em debate. Em vez disso, o prioritário passou a ser o balanço político do problema.

O encontro sobre a dívida externa em Havana se constitui também em uma etapa a mais de um processo de discussão iniciado em junho com reuniões a nível continental entre mulheres e mais tarde, também, entre jornalistas e sindicatos da América Latina. Proximamente acontecerão assembléias semelhantes de intelectuais, economistas e outros setores interessados na questão.

No encontro presidido por Fidel Castro no começo de agosto em Havana, não houve discurso de abertura. Fidel esteve presente tomando notas de todas as intervenções de delegados estrangeiros. Isso levou inclusive um padre boliviano a afirmar que "Cuba aparentemente funciona sem a presença direta de Fidel, já que ele em nenhum momento se afastou do plenário, nem atendeu telefones e nem saiu para consultas com assessores, durante os cinco dias de debates". Foi uma demonstração do nível de organização do Estado cubano, que foi capaz inclusive de assumir a infra-estrutura de uma reunião tão ampla,



sem que houvesse incidentes maiores.

O consenso

Durante o encontro houve quase um consenso em torno das principais teses defendidas por Fidel Castro no que se refere à impossibilidade dos países endividados de honrarem os compromissos assumidos junto aos bancos credores e ao FMI. O consenso foi em primeiro lugar sobre a falta de condições para pagamento dos débitos; em segundo lugar, sobre a possibilidade de se tomar uma posição firme de não-pagamento, sem que isso represente uma catástrofe para o funcionamento geral do capitalismo, podendo pelo contrário representar até uma saída para o funcionamento deste mesmo sistema que hoje está emperrado pela insolvência de numerosos países; e em terceiro, porque esse não-pagamento se tornou viável diante da existência de forças políticas crescentes pressionando neste sentido, apesar dos governos latino-americanos de maneira geral ainda não terem tomado uma posição de bloco.

Pelo que pôde ser visto em Havana, constata-se que a sociedade latino-americana avança no sentido de uma solidariedade continental em torno do não-pagamento da dívida. Apesar da maioria dos delegados que participaram dessa reunião não representarem governos, eles no entanto pertencem a forças sociais e políticas muito importantes e influentes no processo de formação da opinião pública a nível continental.

Se esse consenso não foi apenas episódico, mas representa uma base real, pode-se dizer que estão amadurecendo rapidamente as condições para uma coordenação internacional no encaminhamento da questão da dívida, principalmente através de uma negociação mais dura. Hou-

1985 - Setembro - no. 82



O empobrecimento das classes trabalhadoras latino-americanas está relacionado ao problema da dívida dos nossos países

ve denúncias muito convincentes das relações entre a dívida e o empobrecimento geral dos países latino-americanos, a fome e a miséria no continente. Ficou também claro que não é suficiente não pagar a dívida para resolver os problemas sociais e econômicos da região. Mas é absolutamente essencial que qualquer solução comece pelo não-pagamento.

A propaganda dos países capitalistas credores tem sido no sentido de que Cuba paga a sua dívida. Fidel, no entanto, esclareceu que a preocupação com o não-pagamento não é uma questão particular de Cuba, um país que não tem problemas sérios de endividamento. Os débitos cubanos foram criados não em função da especulação, mas sim de empreendimentos de infra-estrutura que não chegaram a comprometer o equilíbrio do balanço de pagamentos do país.

O fato de Cuba estar pagando os seus débitos não chegou, por-

tanto, a se constituir em um problema na reunião de Havana porque ficou claro que o verdadeiro problema em debate era muito mais amplo. Embora a questão tenha sido discutida sempre a nível político, surgiram algumas contribuições técnicas.

Remessa de excedentes

Entre essas contribuições, a mais importante foi sem dúvida a do economista mexicano Alonso Aguilar. Ele mostrou, entre outras coisas, que a dívida latino-americana não é uma exportação de capital, mas sim uma remessa de excedentes. São recursos enviados em pagamento de "direitos" de propriedade alheios: pagamento de lucros, juros, serviços técnicos, *royalties*, etc.. Quando o que é exportado sai na forma de pagamentos não há volta. Por isso, a evasão de excedentes econômicos tem como consequência o agravamento das necessidades sociais,

terceiro mundo - 73

porque além dos prejuízos gerados pela remessa de capitais, a riqueza que fica acaba se concentrando cada vez mais nas mãos de poucas pessoas ou empresas.

A tese dos 10%

Ao fazermos um balanço mais geral da reunião de Havana pode-se dizer que a solidariedade ou pelo menos a coordenação política a nível continental ficou mais viável por duas razões: em primeiro lugar, porque as pessoas e os dirigentes ficaram mais alertas sobre as consequências do agravamento da crise da dívida; e em segundo lugar, porque puderam constatar que posições individuais têm correspondência continental.

Falta agora que essa consciência influencie os governos, o que depende do avanço do processo de redemocratização da América Latina. Na medida em que se reflita no Estado, a tendência

passa a ser a de uma crescente tomada de consciência dos setores mais influentes da sociedade em cada país. A posição levantada pelo novo presidente peruano Alan García reflete muito isso. Trata-se de um governo de centro-esquerda sujeito às pressões de uma opinião pública que tornou insustentável qualquer outra política que não seja um endurecimento na questão do pagamento da dívida. Mesmo que esse endurecimento assumira a forma de uma limitação de 10% nos pagamentos de créditos externos, o que no fundo é uma fórmula de administrar soberanamente os recursos do país, pode-se até dizer que é uma forma de não-pagamento.

Esta posição de Alan García foi muito bem aceita em Havana, especialmente da parte de Fidel Castro, que no entanto considerou impossível pagar a dívida mesmo com os 10%. O presidente cubano mostrou também que

na estratégia peruana é impraticável pagar o que o país deve, com 10% das exportações. Trata-se, pois, de uma posição que no essencial representa um não-pagamento, mas que na forma mantém algum tipo de relação com os credores e com o sistema internacional.

O recuo dos Estados Unidos diante do caso peruano mostrou como é débil o poder de retaliação. O governo norte-americano mostrou muito cuidado, principalmente porque teme que o precedente peruano se estenda a outras nações do continente. Os Estados Unidos não podem bloquear a América Latina.

O caso peruano permitiu inclusive uma discussão muito interessante e que se centralizou no fato de que uma ação conjunta dos países do continente na questão da dívida não significa que todos eles devam tomar a mesma posição. O importante é a coordenação e a discussão conjunta de uma estratégia comum respeitando a correlação de forças que cada um destes países tem com o sistema financeiro internacional e com os bancos credores. Esta posição foi utilizada por Fidel Castro no seu discurso de encerramento.

Cada país conduziria as negociações dentro de suas especificidades internas, desde que coordenado a nível continental, para que haja uma solidariedade conjunta contra retaliações e pressões.

No que se refere ao problema diplomático, a reunião de Havana mostrou que um país que pode atrair a diversidade de pessoas e de grupos políticos como os que estiveram representados no encontro da dívida, não está isolado no continente. Nunca houve na América Latina uma reunião deste tipo, o que mostra que o bloqueio contra Cuba é hoje uma imposição absurda que deve cair a qualquer momento.

A delegação brasileira de 77



O presidente peruano Alan García: pagar a dívida, porém dentro das possibilidades de cada país

peças, dos mais diversos partidos políticos, adotou em Havana uma posição conjunta, que nunca havia sido alcançada antes dentro do Brasil. Houve até políticos brasileiros que comentaram a impossibilidade de alguém no país ter o poder de convocação suficiente para aglutinar tendências tão diversas.

te, porque visava principalmente criar um impacto. Mas na medida em que a situação foi evoluindo, e a consciência do problema foi se ampliando, foram surgindo adaptações. O próprio Fidel Castro durante as discussões em Havana, admitiu que existem diferenças. A tese geral de Cuba continua a mesma, isto é,

Havana criou condições para uma integração maior, o que seguramente se refletirá nos governos da região. A médio prazo é provável que a opinião pública os force a buscar formas mais concretas de ação conjunta. Apesar de hoje essa coordenação governamental ainda parecer distante, há que se considerar o



O preço que muitas nações do continente pagam pela dívida é a fome de milhões de pessoas

Coordenação e particularidades

Uma das conclusões importantes que resultaram do encontro foi o consenso de que não se pode aplicar um princípio único sobre a dívida: as condições são diversas quanto às fontes, quanto aos credores, etc.. Não se pode dar um tratamento único ao problema, pois devem-se ver as origens dos débitos. O fato de se levarem em conta as especificidades de cada país não tira o impacto da proposta original cubana de não-pagamento, porque no fundamental permanece a necessidade de uma coordenação global para minimizar a capacidade de retaliação dos banqueiros e permitir que cada devedor atue com uma margem de poder maior graças ao apoio dos demais.

Foi um consenso entre os participantes do encontro que a tese cubana foi apresentada originalmente de uma forma muito for-

te, não há forma de pagar a dívida latino-americana, não se deve pagar uma dívida moralmente já paga, mas se reconhece que é possível conceber especificidades. Em Cuba, por exemplo, o preço que o país paga pela dívida não é a fome de milhares, até mesmo milhões de pessoas. Mas em outros países a situação é dramática. Isto por si só já estabelece uma diferença entre Cuba e o resto da América Latina.

Em termos de coordenação continental, existem alguns setores onde ela já está bastante avançada. Entre os sindicatos por exemplo já houve um acordo para a realização em 23 de outubro de um "dia latino-americano da dívida", quando possivelmente será feita uma greve geral. Também houve coordenação das mulheres e dos jornalistas para contribuir nas suas respectivas áreas ao esclarecimento popular sobre o problema.

A nível político, a reunião de

agravamento contínuo da situação.

A posição peruana representa neste sentido um avanço que precipitará outras tomadas de atitude de governos da região. Em princípio, já se pode afirmar que todos os países latino-americanos estão dispostos a defender a posição peruana. Todos sabem que se permitirem um esmagamento de Alan García, eles serão também atingidos. Trata-se quase de uma questão de sobrevivência. E isto por si só já é um fato notável em termos de solidariedade continental, que pode transformar a chamada tese dos 10% num precedente importantíssimo na questão da dívida externa na América Latina. (*Theotônio dos Santos, economista e dirigente político brasileiro que participou como convidado do Encontro sobre Dívida Externa da América Latina e Caribe, realizado em Havana de 30 de julho a 3 de agosto de 85.*) ●

URUGUAI: SISTEMA FINANCEIRO CADA DIA MAIS VULNERÁVEL



O velho e acariciado projeto de fazer do Uruguai "uma praça financeira internacional" ou, pelo menos, regional, parece não ter sido totalmente abandonado por aqueles que o defendiam: o sistema bancário internacional e as forças reacionárias locais.

A aquisição pelo Estado uruguaio de um banco privado à beira da falência e a iniciativa de vender a capitais não-identificados outra instituição financeira sob intervenção do Banco Central, desataram nas últimas semanas uma onda de críticas e especulações acerca da política monetária do governo presidido por Julio María Sanguinetti, ao mesmo tempo em que outras revelações pareciam pôr uma vez mais em evidência a vulnerabilidade do sistema financeiro do Uruguai. Alguns observadores locais não puderam deixar de lembrar que ambas as decisões do atual governo se parecem bastante ao mecanismo aplicado pela ditadura militar para facilitar a entrada de capitais estrangeiros no mercado bancário nacional, com o objetivo de fazer do país uma praça aberta ("paraíso fiscal") atraente para os investidores estrangeiros. Esse mecanismo foi a compra da parte do Estado das chamadas "carteiras negras" (de-

vedores morosos, praticamente incobráveis), zerando os passivos dos bancos nacionais, adquiridos por banqueiros estrangeiros.

Ainda que agora os expedientes aplicados tenham sido diferentes, o Estado passou novamente a dar respaldo a instituições financeiras com problemas, justamente como consequência de sua atividade majoritariamente especulativa. Assim, a compra pelo Banco República do pacote de ações (cerca de 40 milhões de dólares) do Banco Pan de Azúcar, que chegou a ser o primeiro em volume de depósitos, culminou num longo processo de "ajuda" por parte do Estado depois do *crack* sofrido pelo Banco do Chile. Essa instituição era proprietária do Pan de Azúcar, cujas ações estavam, por sua vez, em mãos do Manufacturers Hannover Trust, um dos maiores credores da dívida externa da América Latina.

Mas o processo de investigação acerca do verdadeiro caráter da operação e seu custo para o Estado, revelou incidentalmente outro grave aspecto do problema, que afeta todo o sistema financeiro local: a enorme quantidade dos depósitos em dólares colocados por não-residentes nos bancos locais.

A propriedade dos bancos por parte de capitais estrangeiros (num total de 37 bancos que operam na praça, apenas dois — deixando de lado os estatais — contam com maioria de capital nacional) e a magnitude dos depósitos em dólares pertencentes a não-residentes, configuram um quadro de desnacionalização do sistema financeiro uruguaio. E isso é considerado uma grave hipoteca sobre a crítica situação da economia do país e tornaria imperiosa a necessidade de se conseguir uma imediata reativação produtiva.

OS ALTOS E BAIXOS DAS MATÉRIAS-PRIMAS

"O movimento de recuperação dos preços do açúcar foi confirmado e até mesmo amplificado no mercado internacional", garantia algumas semanas atrás uma discreta nota na seção econômica de um importante vespertino francês. De fato, a tendência decrescente dos preços, anunciada em fins de junho passado, tinha estancado, e no mercado parisiense os preços na última semana de julho chegaram a 1.290 francos por quintal (cerca de 58 quilos), enquanto na semana anterior a mesma quantidade era avaliada em 1.180 francos. As exportações de matérias-primas do Sul para o Norte representam o essencial da capacidade de compra de cerca de 70 países, aproximadamente. No início de 1983, esses produtos tinham alcançado, em termos de valor constante, seu nível mais baixo nos últimos trinta anos. Houve uma ligeira alta no começo de 1984, interrompida a meados do ano. Em outras palavras, a vulnerabilidade econômica dos países monoexportadores permanece vigente.

Um documento do jornal *Le Monde* sustenta que a única saída para os países em desenvolvimento seria reduzir sua dependência diante das matérias-primas que eles produzem, isto é, diversificar suas economias.

De qualquer forma, como lembra um comentário econômico da agência Alasei, trata-se de procurar soluções originais para que a afirmação de Eduardo Galeano, no seu célebre "As veias abertas da América Latina", adquira matizes menos terríveis: "quanto mais cobiçado pelo mercado mundial, maior é a desgraça que um produto carrega consigo para o povo latino-americano que, com seu sacrifício, o cria".

**PRÊMIO
'CASA DE LAS AMÉRICAS' 1986:
REGULAMENTO**

Com o objetivo de facilitar a participação e propiciar um nível cada vez mais elevado de qualidade, os gêneros de romance, conto, poesia, dramaturgia, ensaio e depoimento, e as categorias de literatura para crianças e jovens, literatura brasileira e literatura do Caribe em língua inglesa e francesa ou as correspondentes línguas nacionais, se distribuem em dois grupos. Cada grupo é convocado alternadamente, a cada ano, da seguinte maneira:

Grupo A: romances, obras dramáticas, livros de depoimento, livros de ensaio com temas artístico-literários latino-americanos e caribenhos, obras brasileiras e obras do Caribe em francês ou *créole*.

Grupo B: livros de contos, poemas, livros de ensaio com temas histórico-sociais latino-americanos e caribenhos, livros para crianças e jovens e obras do Caribe em língua inglesa ou nacional.

1 — Para 1986, o Prêmio Casa das Américas será concedido aos gêneros e categorias do grupo B.

2 — Poderão participar do Prêmio: a) os autores latino-americanos e caribenhos, naturais ou naturalizados, e b) os ensaístas de outros países, com obras sobre temas latino-americanos e caribenhos.

3 — Os autores deverão enviar seus originais em espanhol, com exceção dos caribenhos de língua inglesa, que os enviarão nesta ou em língua nacional. Em todos os casos, as obras deverão ser inéditas. Serão consideradas inéditas aquelas que tenham sido

impresas só até a metade e, no caso das obras dramáticas, as que apenas tenham sido representadas. Quando se tratar de traduções para o espanhol, terá que constar o nome do tradutor e se enviará o texto em idioma original, para possíveis edições bilíngues.

4 — Os livros para crianças e jovens poderão ser: de ficção, na forma que o autor preferir (narrativa, teatro, poesia etc.) ou didáticos (biografias, viagens, descobrimentos, invenções, países, povos etc.). As obras de ficção deverão abordar temas latino-americanos e caribenhos; e as didáticas, temas relacionados à evolução social da América Latina e do Caribe.

Os autores poderão enviar os originais ilustrados.

5 — Os livros de ensaio serão formados por um ou vários trabalhos, ou também por estudos e pesquisas. De qualquer maneira, abordarão assuntos latino-americanos e caribenhos e devem possuir, além de valores conceituais, qualidade literária.

6 — Na categoria de literatura caribenha em língua inglesa ou nacional, os autores poderão participar nos gêneros de romance, conto, poesia, dramaturgia, ensaio, depoimento e livros infantis e juvenis.

7 — O autor não poderá enviar mais de um livro em cada gênero, nem poderá participar com uma obra, mesmo inédita, que tenha obtido algum prêmio nacional ou internacional. Também não poderá participar no gênero em que tenha obtido, nos últimos cinco anos, o Prêmio Casa das Américas.

8 — Será concedido um único prêmio para cada gênero e categoria. O prêmio será de 3.000 dólares ou o seu equivalente na

moeda nacional correspondente e consistirá também na publicação da obra na Coleção Prêmio.

9 — Os jurados poderão indicar, além dos títulos premiados, para publicação total ou parcial nas coleções ou revistas da Casa das Américas, e a juízo desta, as obras (ou parte delas) que considerem de mérito suficiente.

10 — As obras deverão ser apresentadas datilografadas e numeradas. Para facilitar o trabalho dos jurados, solicita-se enviar o original e duas cópias perfeitamente legíveis.

11 — As obras deverão ser assinadas por seus respectivos autores, que especificarão em que gênero desejam participar. É admissível o pseudônimo literário, se o autor costuma usá-lo, porém, neste caso, será indispensável que venha acompanhado de sua identificação. Os autores, e também os tradutores e ilustradores, deverão enviar *curriculum vitae* e fichas bibliográficas.

12 — Os autores que infringirem as normas especificadas nos itens 3, 7 e 11 deste regulamento serão desclassificados.

13 — As obras deverão ser remetidas à: Casa de las Américas (3ra. y G, El Vedado, La Habana, Cuba); a qualquer uma das embaixadas de Cuba; ou à Caixa Postal 2, 3000, Berna 16, Suíça.

14 — As obras deverão ser entregues, em qualquer um dos lugares mencionados no item 13, antes de 30 de novembro de 1985.

15 — Os jurados se reunirão em Havana, em janeiro de 1986.

16 — As obras apresentadas estarão à disposição de seus autores até 31 de dezembro de 1986. A Casa das Américas não se responsabilizará pela sua devolução após o prazo indicado.

“Missão Secreta” e “Trovão Azul”: a serviço de Reagan

Séries produzidas para a televisão têm uma mensagem subliminar para justificar o belicismo da administração republicana e criar simpatias para a intervenção armada

Embora a crise de público por que passa o cinema mundial seja visível a olho nu, Hollywood continua efervescente. A “meca”, afinal, não declinou. Mas, se já não produz filmes de longa-metragem na mesma quantidade dos anos 50, por exemplo, os telefilmes, seriados, mini-séries, desenhos e programas como a entrega do Oscar ou o concurso de “Miss Universo” (produzidos em Los Angeles) são distribuídos em todo o mundo ocidental e comprados por emissoras independentes e redes de televisão num volume tão impressionante quanto nos anos de ouro do cinema. No nosso caso, perfazem 76% da programação mensal das redes brasileiras.

Trata-se de um poder de influência capaz de penetrar nas mais diversas classes sociais, grupos comunitários e até mesmo tocar individualmente cada espectador assíduo de televisão. No Brasil, são 46 milhões de espectadores diários. A série *Dallas* é o maior recorde de audiência de um programa de TV no mundo. São observações que permitem afirmar: a TV americana é uma das maiores forças políticas do Ocidente.

Em 1980, quando Ronald Reagan foi eleito presidente dos EUA, derrotando Jimmy Carter, a crítica política atribuiu-lhe um espetacular dote para manipular

sua imagem pública na campanha. Em suma, ganhou a eleição o melhor ator. A imagem forte, a voz talhada para o galã e a agressividade na impostação fizeram dele um astro das urnas. A “América” elegera seu maior castrão, graças à televisão.

Com experiência, Reagan descobriu o valor da mídia eletrônica. E, com a mesma habilidade com que a usou para eleger-se, usa-a agora para sustentar posições assumidas ao longo do segundo mandato na política externa.

Este artigo pretende fazer considerações sobre essa política, tendo como ponto de partida duas séries produzidas para a televisão e exibidas pela TV Globo. São elas, “Missão Secreta” (todas as segundas-feiras, às 16h30min) e “Trovão Azul” (todas as terças-feiras às 16h30min).

Entre os pontos comuns: a violência, como fator preponderante na trama, se evidencia de imediato. Em ambas as séries o número de mortos é espantoso. Num capítulo escolhido ao acaso, foi possível contar 17 mortes. Tiros, quedas e explosões, mas sem sangue. O personagem leva um tiro, cai e desaparece da trama como se fosse um boneco móvel de tiro-alvo. Tudo muito asséptico. Em meio a tanta pancadaria e tantas mortes, revela-se a velha

ideologia da vitória do melhor. Como nos *westerns* de brancos contra índios, o que se dá é um verdadeiro massacre.

Ideologia e violência

Essa violência por parte dos personagens principais parece servir, tecnicamente, para mostrar o lado mais forte. E isso nos remete à propaganda ideológica implícita nos filmes.

“Missão Secreta” é puro turismo. Uma grande turnê pelos países do bloco socialista, com escalas no Oriente Médio e outras regiões de conflitos com os EUA. A Europa é um cenário frequente e até o Rio de Janeiro já serviu de base para uma das “missões”.

O vilão de “Missão Secreta” é, frequentemente, um espião soviético desprovido de qualquer charme ou astúcia profissional. O chefe de operações da CIA (Agência Central de Informações), Mr. Lavender, movimenta um perigoso jogo de espíões que executam uma série de missões, após um ex-membro da Agência ter revelado as identidades dos principais agentes secretos dos EUA em atividade pelo mundo. Sem poder contar com profissionais do ramo, Lavender utiliza cidadãos comuns americanos, cujas habilidades específicas os qualificam em cada ação contra a KGB (agência de informação soviética). Quando uma missão exige determinada especialização, ele movimenta um vastíssimo arquivo com uma ficha para cada cidadão e o escolhido é chamado a “servir à pátria”. Em troca, são-lhe oferecidos viagens, hotéis de luxo, aventura, nacionalismo e emoção. Terminado o serviço, o escolhido é reconduzido à sua pequena cidade do interior, depois de um inesquecível turismo.

“Missão Secreta” pretende

mostrar que a segurança externa dos EUA depende de um rigoroso controle interno, onde todos são fichados policialmente e podem ser mobilizados para missões de defesa, como em caso de guerra. Num de seus últimos capítulos, o governo de Portugal (instaurado depois da Revolução dos Cravos, em abril de 1974) foi quase desestabilizado por uma manobra anti-socialista da CIA, cujo principal agente era uma senhora do Kentucky.

“O bem contra o mal”

Já “Trovão Azul”, por seu fascínio pelos armamentos sofisticados, concentra seu atrativo no moderno helicóptero *Aerospatiale Gazelle 1973*, de fabricação francesa, totalmente reformado e equipado com sofisticadas armas modernas, blindagem, equipamento eletrônico para rastreamento e computação. Ele voa a cerca de 400km/h e as cenas aéreas são dirigidas por James W. Gavin, responsável pelas acrobacias dos longa-metragens “Trovão Azul” (que inspirou a série), “Aeroporto 75” e “Aeroporto 79, o Concorde”.

Além do helicóptero, o filme conta as aventuras de um grupo policial de elite que atua em Los Angeles à disposição da Apex, agência do governo americano que se encarrega de ações de grande porte. Essa unidade é usada para serviços do Departamento de Polícia, do Departamento do Tesouro, do FBI e demais gabinetes de investigação, que resultam numa variedade de comprometimentos do serviço, incluindo missões em território estrangeiro, consideradas “segredos de Estado”.

Em pelo menos três de suas aventuras, o “Trovão Azul” invadiu repúblicas centro-americanas para resgatar ou raptar líderes favoráveis ou desfavoráveis às relações políticas com os Estados Unidos. Na base da ação, a permanência das rela-

ções de dependência dessas repúblicas ao modelo político do poderoso senhor do norte.

Aqui, como em “Missão Secreta”, a oposição Ocidente versus Oriente se insere como uma luta do bem contra o mal.

A estrutura dos personagens segue o esquema de dualidades geral: o piloto do *Trovão* é um ex-combatente no Vietnã (herói de guerra), responsável pelos ataques e chefe do grupo de ação. Ele é a imagem do dinamismo e poder de decisão. A seu lado, o frágil co-piloto Wonderlove é a personificação da razão: pragmático, opera um sofisticado computador de bordo. Há um confronto harmônico, com alternância de supremacia. O grupo de apoio terrestre (vivido por dois truculentos ex-jogadores de futebol, Bubba e Ski) representa a força e o destemor servindo à causa sem medir o valor da missão. São eixos narrativos que, de acordo com a estrutura ideológica, se complementam por oposição. Ski é branco e Bubba é negro. O filme apresenta a sociedade americana: caótica, urbana e moderna, submetida à hierarquização de suas instituições. Um exemplo de democracia que sublima as contradições do indivíduo, fortalecendo o sentimento de defesa das fronteiras. Sob outro aspecto, estabelece um padrão de justiça baseado no uso da força.

Essas novas séries são material de propaganda da política externa do governo Ronald Reagan e atendem aos interesses óbvios de resgatar do passado a mitologia da “guerra fria” e de defender suas atuais consequências belicistas. Produzidas pela rede NBC, elas estrearam nos Estados Unidos em dezembro de 83 e janeiro de 84. Certamente, favoreceram, em novembro de 84, a reeleição de Reagan, um político que conhece bem os efeitos da mensagem subliminar via televisão.

A conversa parece fora de



Cena do filme “Trovão Azul”, que inspirou a série televisiva

época, mas é sempre bom lembrar que nem tudo é apenas espetáculo. Nos tempos de Jimmy Carter, consumíamos histórias policiais do gênero *Kojak* e *Baretta*, sobre emigrantes que lutavam na polícia contra a violência urbana. Consumíamos os dramas classe média de *Mary Tiller Moore* e descobríamos ao norte uma sociedade cada vez mais moderna nos costumes. Agora, os novos “enlatados” (sem medo do revisionismo da palavra) trazem o novo-velho modelo de política externa indicado neste momento para o Terceiro Mundo.

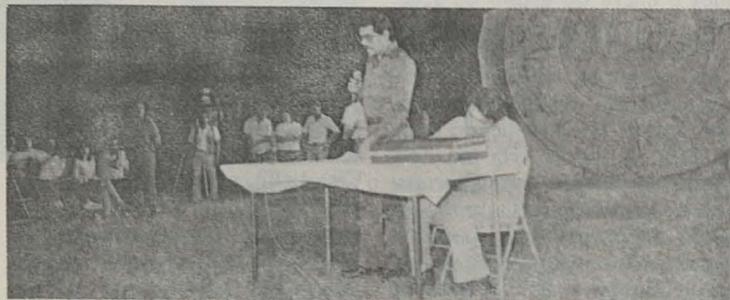
“Missão Secreta” oferece à classe média o inexcusável prazer da aventura, com viagens maravilhosas que “vendem”, com muito charme, o projeto anticomunista do atual governo dos Estados Unidos.

“Trovão Azul” vai mais longe: suas incursões na América Central procuram justificar a atitude belicista de Reagan e do Pentágono nessa região, e criar simpatias para a idéia da intervenção como meio de impor os interesses norte-americanos. Em outras palavras: é a própria “guerra fria” servida com requintes hollywoodianos. (*Roberto Machado Jr.*) ●

Notas de Comunicação

NICARÁGUA: SEIS ANOS DE UM FORO MUITO CURIOSO

Em agosto de 1979, apenas um mês depois da vitória da revolução sandinista, os moradores do bairro San Judas, que tinham se distinguido por seus encarniçados combates contra a Guarda de Anastacio Somoza,



Ortega e Wheelock no programa "De cara al pueblo"

fizeram um curioso pedido: solicitavam a Daniel Ortega, coordenador da junta de governo, realizar um "Conselho Aberto".

A junta de governo aceitou a solicitação e, um dia, às seis da tarde, começou uma espécie de debate entre os moradores do bairro e Daniel Ortega, que se prolongou até cerca de meia-noite, com ampla participação.

O método escolhido foi simples: Ortega fez uma breve introdução, resumindo o projeto da revolução sandinista e depois os moradores do bairro San Judas perguntaram sobre tudo o que lhes parecia importante. Falou-se desde a situação desastrosa das ruas do bairro até política internacional.

O encontro teve como resultado o estabelecimento de uma tradição que se manteve pontualmente: desde então, todas as terças-feiras, o presidente ou o vice-presidente (ou ambos ao mesmo tempo) estabelecem um diálogo com grupos de diferentes setores sociais e econômicos num programa televisivo que se chamou *De cara al pueblo*.

Consultado pela agência Ala-

diário, o vice-presidente Sergio Ramirez disse que *De cara al pueblo* constitui "uma das mais bonitas formas de exercício da democracia popular em que se baseia a revolução sandinista".

Atualmente não são só o presidente e o vice-presidente que

comparecem ao programa e sim, em geral, o gabinete todo, o que redundou num salto qualitativo: os ministros respondem às inquietações populares referentes ao setor que está sob sua responsabilidade.

Ramirez enfatiza: "Nesses seis anos de exercício semanal, podemos apontar com clareza um fato de suma importância: o alto grau de politização e de consciência nacional que o nosso povo adquiriu".

ANGOLA/ZAIRE: ASSINADO ACORDO ENTRE A ANGOP E A AZAP

O diretor geral da agência Angola Press (Angop), Raimundo Sotto Mayor, e o presidente delegado geral da Agência Zaireense de Informação (Azap), Landu Lusala Khasa, assinaram em Kinshasa o acordo que de agora em diante servirá de quadro jurídico para a cooperação entre as duas agências africanas. A cerimônia foi assistida pelo embaixador de Angola no Zaire, Gaspar Neto.

O acordo coroa as discussões iniciadas em Luanda durante a

visita da delegação da Azap, dirigida pelo delegado geral da agência zaireense e realizada em junho passado na capital angolana.

Segundo o acordo, ambas as agências vão trocar gratuitamente os seus serviços informativos, tendo a agência receptora a exclusividade de distribuição das notícias oriundas da outra parte contratante.

A Angop e a Azap concordaram em conceder apoio técnico aos seus respectivos enviados especiais nos dois países.

PRIMEIRA AGÊNCIA DE IMAGENS AFRICANA

A Altervision, primeira agência de imagens de um novo grupo panafricano, dirigido pelo ex-diretor da Agência Panafricana de Notícias (Pana), o nigeriano Diallo Check Ousmane, inaugurou recentemente a sua primeira emissão pela televisão por satélite.

A emissão de televisão realizada pela Altervision será difundida em cerca de 20 países africanos. Esta iniciativa é a primeira de uma série que a Altervision prevê realizar ocasionalmente, a título experimental, durante um ano em diferentes países da África.

Esse novo projeto vem apoiar os esforços dos poderes públicos e privados de materializar um fluxo de informações entre países do continente, tendo como objetivo fornecer ao cenário internacional uma outra imagem da África. Cabe ressaltar que na sua primeira emissão televisiva, a Altervision levou ao ar uma entrevista de dez minutos com o presidente do Banco Árabe para o Desenvolvimento Econômico da África (Badea), Chadli Ayari, que anunciou na ocasião que a sua organização irá participar ativamente no financiamento dos projetos de desenvolvimento.

BITTER WITNESS: NICARAGUANS AND THE "COVERT" WAR

(Amargo testemunho:
os nicaraguenses
e a guerra "clandestina")

Ação Permanente Cristã pela Paz, Projeto de Documentação, Santa Cruz, CA, EUA, 1984, 172pp.

O panorama de impacto dos efeitos desastrosos da guerra da administração Reagan contra o povo nicaraguense se acha retratado em *Bitter Witness Nicaraguans and the "covert" war*. O documento, de 172 páginas, contém uma cronologia dos ataques contra-revolucionários contra a Nicarágua de janeiro de 1981 a setembro de 1984. Compreende depoimentos detalhados das atrocidades cometidas pelos mercenários contra a população civil, além de fotografias da destruição que eles causam.

O trabalho faz parte de um projeto permanente de documentação da Ação Permanente Cristã pela Paz, organização religiosa norte-americana que coordena as viagens de cidadãos norte-americanos à Nicarágua, como testemunhas dos efeitos da guerra contra-revolucionária. Na volta, a maioria dessas pessoas trabalha no sentido de forçar uma mudança na política norte-americana. Planeja-se publicar, a cada seis meses, versões revisadas e ampliadas do documento.

Bitter Witness toma muito cuidado em dar informações as mais precisas. Suas fontes são jornais, revistas e depoimentos pessoais. Só são citadas ações comprovadas pelo menos por duas fontes. A perspectiva é equilibrada e crítica, com a finalidade de dar ao leitor uma "compreensão do processo de mudança social revolucionária na Nicarágua, com todas as suas fa-

lhas, defeitos e lições extraídas dos erros".

Os depoimentos detalhados não apenas relatam experiências diretas tristes — muitas vezes, de horror — dos crimes. Muitos também incluem valiosas informações sobre a história e contradições internas da comunidade atacada, que facilitam uma compreensão maior da guerra contra-revolucionária e suas dolorosas consequências.

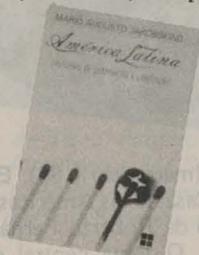
Os autores advertem, no entanto, que não é aconselhável ler o livro de uma só vez. Pela destruição, morte e dor que o livro revela, assemelha-se "um pouco ao problema de se procurar entender o holocausto (judeu) ou o bombardeio nuclear de Hiroshima ou Nagasaki".

(Acción Permanente Cristiana por la Paz, 515 Broadway, Santa Cruz, CA, EUA, 95060)

AMÉRICA LATINA: HISTÓRIAS DE DOMINAÇÃO E LIBERTAÇÃO

Mário Augusto Jakobskind.

Papirus Livraria Editora, Rio de Janeiro, RJ, 1985, 143 pp.



O livro é o resultado de quatro meses de reportagens na América Latina, subcontinente que o autor já percorreu em várias direções e elegeu como cenário e objeto do seu trabalho jornalístico. Neste, destacam-se as coberturas que fez da transição democrática na Argentina, para a Rádio Jornal do Brasil, e da eleição de Jaime Lusinchi para a presidência da Venezuela, assim como as reportagens

sobre Angola, Nicarágua, México, Namíbia e Uruguai. O livro agora publicado é uma continuidade desse trabalho, incluindo reportagens sobre a Argentina, a Bolívia, a Venezuela, o México, Cuba, Nicarágua, Panamá e o Brasil. Sempre com a coerência e a coragem que caracterizam o autor. (A.J.P.)

O DIABO SÓ CHEGA AO MEIO-DIA

Cícero Sandroni

Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, RJ, 1985, 247 pp.



É o primeiro livro de Cícero Sandroni, jornalista com vasta experiência como repórter político de "O Globo", "Diário de Notícias", "Correio da Manhã" e "Jornal do Brasil". Também roteirista de cinema e comentarista de televisão, ele já tivera uma incursão ficcional, como editor e, eventualmente, colaborador da revista "Ficção". Nestas narrativas agora apresentadas ao público, Sandroni mescla, com mão certa e segura, ficção e realidade, como na história do paulista quatrocentão e decadente que tenta o suicídio no vigésimo aniversário de outro, inquestionavelmente mais relevante para os destinos do país: o do presidente Getúlio Vargas. O autor joga com o absurdo, elemento incorporado à vida atual dos brasileiros, e a literatura sai ganhando muito, porque é alto o cacife de Sandroni como observador e testemunha da realidade que o cerca. (A.J.P.)

Revistas do 3º Mundo

PALMARES EM QUADRINHOS



— Revista em quadrinhos, não-periódica, do Projeto Ierê/Curumin (A busca da identidade do povo brasileiro), que tem por objetivos “pesquisar, coletar, divulgar, ensinar, debater e documentar todo e qualquer dado histórico envolvendo os inúmeros grupos étnico-regionais, com seus conhecimentos, origens e crenças”. Editada pela Roswitha Kempf/Editores, a revista é parte do Plano de Informação Visual Gráfica do projeto. Criação de Antonio Carlos Gomes (Krisnas) e Gerson M. Theodoro (Togo Ioruba), artistas cariocas, com um texto especial — “Nosso lado banto” — do compositor Nei Lopes. *Maiores informações com Krisnas, no Rio: 355-8368.*

CARNAVAL DA VITÓRIA

1985 — Revista não-periódica editada pela Comissão Nacional Preparatória do Carnaval da Vitória, da Secretaria de Estado da Cultura da República Popular de Angola. Contém dados históricos e culturais sobre a tradição carnavalesca em Luanda, a capital angolana, inclusive informações sobre as origens e características das danças mais importantes do carnaval luandense, como a *semba*, a *kabetula* e a *kazukuta*. *Comissão Nacional Preparatória do Carnaval da Vitória — Luanda — República Popular de Angola.*

CONJUNTO — nº 63 (janeiro/março 85) — Revista da Casa de las Américas, dedicada ao teatro latino-americano. Logo nas primeiras páginas, uma carta de despedida que o diretor de teatro brasileiro Fernando Peixoto escreveu ao fundador da revista, o teatrólogo guatemalteco Manuel Galich, recentemente falecido. A morte de Galich é, aliás, o tema da maioria dos textos desta edição, que traz ainda informes sobre os últimos festivais de teatro de Nancy, na França, e de Manizales, na Colômbia. *Casa de las Américas — Tercera y G — El Vedado — Havana — Cuba.*

CASA DE LAS AMERICAS —



nº 149 (março/abril 85). Editada pela Casa de las Américas, sob a direção de Roberto Fernández Retamar. O tema central deste número é o Terceiro Colóquio Latino-Americano de Fotografia. Outros temas: a promoção da mulher pela Revolução Cubana; literatura e poder na Costa Rica; e política e latino-americanismo em Alejo Carpentier. Além disso, uma seção especialmente dedicada à literatura, em que se destaca um conto, “Heiliger Nikolaus”, do vice-presidente da Nicarágua, Sergio Ramírez. A revista publica ainda as bases do Prêmio Lite-

rário Casa de las Américas 1986. *Casa de las Américas, Tercera y G — El Vedado — Havana — Cuba.*

BOLETIN UNESCO — nº 94 (janeiro/fevereiro 85) — Revista bimestral editada pela Secretaria Permanente da Comissão Nacional Cubana da Unesco. O tema principal deste número é a restauração do “Palacio de la Plaza Vieja”, na parte antiga de Havana, declarada Patrimônio Cultural da Humanidade pela Unesco. A “Casa de la Comedia”, que fica no mesmo bairro e foi sede do primeiro teatro cubano, é igualmente objeto de uma reportagem. A revista traz ainda um longo artigo do seu diretor, Enrique González Manet, sobre “Informativa, Cultura e Nova Ordem Informativa”. *Secretaría Permanente de la Comisión Nacional Cubana de la Unesco — Ave. de Kohly, nº 151 — Nuevo Vedado — Havana — Cuba.*

PRAXIS — nº 2 — Revista de filosofia, política e cultura do Centro de Estudos e Debates do Socialismo e da Cultura (Cedesc), editada com a participação da Editora Tchê, pretende ser uma publicação teórica voltada para os “temas candentes colocados pela luta de classes”. Neste número, os temas abordados são o stalinismo (Sérgio Weigert), a reeleição de Reagan (Voltaire Schilling), Nova República (Adelmo G. Filho e Glauco Marques), as relações entre arte e ideologia (José Luiz do Amaral), Nicarágua (José Genofino Neto), os intelectuais brasileiros e a Nova República (Tarso Fernando Genro), e a contribuição dos clássicos marxistas na investigação da natureza do Estado. *Cedesc — Pavilhão Cultural — Rua Professor Braga, 247 — Santa Maria — RS.*

Mais que um disco, a realização
de um desejo

RADAMÉS GNATTALI



“Há 40 anos queria fazer um disco como este, tocado só ao piano. Mas com uma música popular mais apurada, mais para concerto. Só agora consegui colocar isto em prática.”

Radamés Gnattali

No disco: *Carinhoso* – Pixinguinha/João de Barro, *Ponteio* – Edu Lobo/Capinam, *Corcovado* – Tom Jobim, *Cochicho* – Pixinguinha, *Preciso Aprender a Ser Só* – Marcos/Paulo Sergio Valle, *Manhã de Carnaval* – Luiz Bonfá/Antonio Maria, *Chovendo na Roseira* – Tom Jobim, *Do Lago à Cachoeira* – Sergio Ricardo e *Nova Ilusão* – José Menezes/Luiz Bittencourt.

Realização: Discos Terceiro Mundo – Libertas – F. Mario Produções Artísticas

Pedidos: Editora Terceiro Mundo Ltda. – Rua da Glória, 122 – grupos 105/106
Rio de Janeiro – RJ – Cep 20241 – Tel.: 242-1957

ENTREGA IMEDIATA

Desejo receber (disco(s) de Radamés Gnattali. (Cr\$ 35.000, cada). Estou efetuando meu pedido por:

- Cheque nominal ou vale postal (Ag. Central) à Editora Terceiro Mundo Ltda., remetidos juntamente com este cupom;
- Reembolso Postal (neste caso o porte será pago pelo destinatário).

Data: / /

comprador

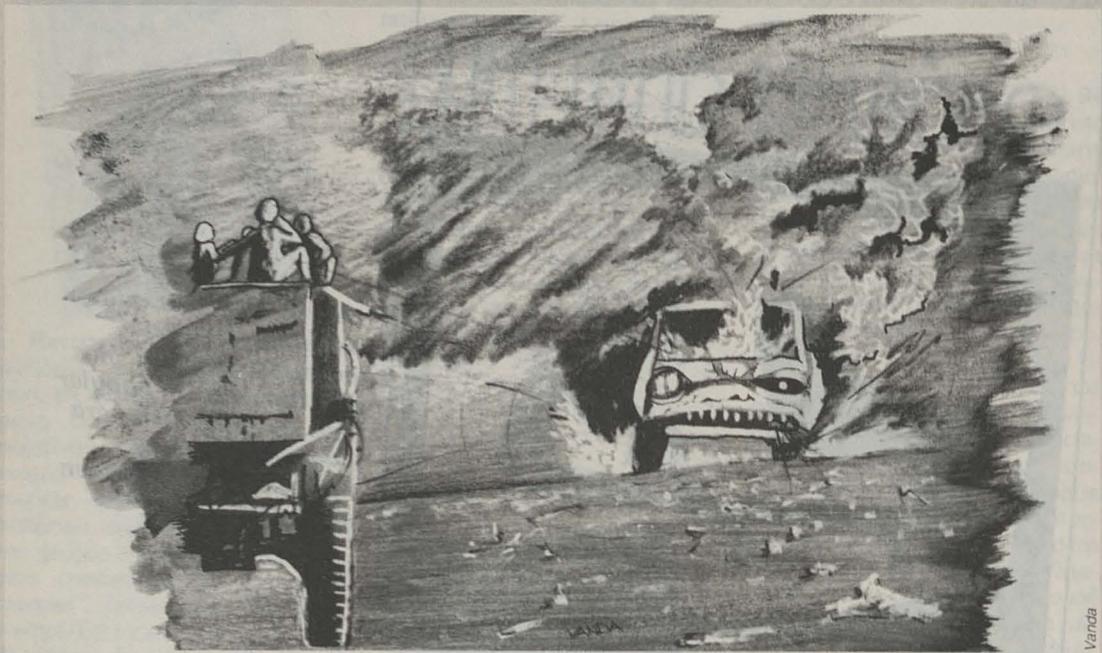
Nome:

Endereço:

Bairro: Cidade:

Estado: Cep.: Profissão:

Um regime em pedaços



Vanda

Quando o presidente P. W. Botha pronunciou em meados de agosto passado um discurso recusando qualquer concessão à maioria negra da África do Sul,

aumentaram os sintomas de que a crise racial do país caminha para um desfecho inevitavelmente violento. A intransigência dos defensores do "apartheid" mostrou, no entanto, que o regime branco está cada vez mais dividido e que não há consenso sobre o que fazer com a crescente rebelião da maioria africana.

O presidente Botha passou a jogar com o tempo e com a repressão, na tentativa de convencer os seus eleitores brancos de que ainda é capaz de controlar a situação.

Mas o tempo apenas acrescenta mais frustração à revolta da maioria. E a repressão intensifica o ódio a um regime condenado universalmente. A obstinação e arrogância dos "afrikaaners" reduzem as chances dos brancos acharem uma saída intermediária, como querem grupos liberais e setores negros

conservadores. Botha dá sinais de que perdeu o "timing" político da crise, mesmo com as repetidas demonstrações de força.

A pressão internacional transformou a questão do "apartheid" num assunto quase diário da opinião pública nas grandes capitais. O estado de emergência não reduziu os protestos negros nem diminuiu o número de enterros, onde a dor se mistura com apelos à resistência, concentrada em torno do Congresso Nacional Africano (ANC), o mais antigo movimento anticolonial e anti-racista da África. A resistência armada se confunde com a resistência civil nos bairros negros, transformados em territórios ingovernáveis. E as igrejas dissociam-se do sistema, privando os "afrikaaners" tradicionais do pretexto de que o racismo é "uma missão divina, manifestada no Antigo Testamento". Assim é a África do Sul de hoje, conforme mostra esta reportagem especial.

O governo encurralado

Sipa Press



O presidente sul-africano P.W. Botha tem cada vez menos saídas para a crise do apartheid, exceto uma negociação direta com a maioria negra do país

Reforma e mudança são as duas expressões mais frequentes em todas as conversas hoje na África do Sul. Todos os atores políticos, com exceção talvez dos grupos neonazistas *afrikaaners*, admitem hoje que a estrutura do *apartheid* não é mais aceitável, a esta altura da luta pelo poder no país. Enormes diferenças aparecem, no entanto, quando os vários protagonistas colocam suas cartas na mesa e anunciam as soluções para inicialmente acabar com a onda de violência que atinge a África do Sul desde o ano passado e, depois, alcançar uma paz estável num sistema sócio-econômico mais justo.

A diversidade de perspectivas políticas e de tomadas de posição diante da crise atual fica evidenciada através da atitude do Partido Nacional, representante da população *afrikaaner*. O partido surgiu há 30 anos, na localidade de Goori, tendo

como plataforma política a dominação do país pela minoria branca e um sistema de discriminação racial chamado *apartheid*. Nestas três décadas, o racismo foi implantado da maneira mais brutal. A maioria negra foi privada dos seus direitos humanos mais essenciais, variando desde a proibição de votar até a de morar com a família.

Essa política obviamente encontrou uma heróica resistência da população não-branca do país, incluindo os dois milhões de mulatos e um milhão de indianos. A onda de protestos deflagrada a partir de setembro do ano passado já provocou mais de 650 mortes, na maior e mais intensa campanha de manifestações já ocorrida na África do Sul.

Diante da pressão interna e externa, o Partido Nacional, sob a direção do presidente P.W. Botha, foi obrigado a introduzir algumas reformas, que

em vez de acalmar a maioria negra, serviram para alimentar a frustração geral. A mais significativa das chamadas reformas foi a introdução no ano passado do Parlamento tricameral, que deu um número limitado de cadeiras para os indianos e mulatos, em organismos segregados.

Mas menos de 25% dos indianos e mulatos preocuparam-se em votar, descreditando seriamente o novo parlamento. Em meados de agosto, o governo sul-africano anunciou novas mudanças, após consultas do ministro das Relações Exteriores "Pik" Botha com o assessor de segurança nacional dos

Estados Unidos, Robert MacFarlane. A imprensa ocidental preparou o terreno para uma ampla expectativa em torno do pronunciamento do presidente Botha através de uma cadeia nacional de rádio e TV. Mas o discurso acabou se constituindo numa enorme frustração, porque o chefe do governo, numa atitude de desafio, disse que a África do Sul não será pressionada e que as reformas

serão feitas, sem no entanto adiantar detalhes.

Quaisquer que sejam as reformas que os racistas tenham em mente, é pouco provável que elas eliminem o princípio da segregação racial e o de que o poder continuará nas mãos dos brancos.

A frente anti-racista

Outro importante ator político envolvido na crise sul-africana é a Frente Democrática Unida (UDF), a maior frente de oposição ao racismo existente no país. A UDF foi formada em agosto de 1983 para se opor ao projeto do novo Parlamento tricameral proposto por Pretória. O movimento é uma coalizão de quase 600 organizações políticas, sociais, comunitárias, religiosas e sindicais. Ele goza de um apoio maciço em toda a África do Sul e é acusado pelo governo de funcionar como uma fachada do proscrito Congresso Nacional Africano (ANC). Dezesseis líderes da UDF estão atualmente detidos e acusados de traição nacional, porque o governo afirma que a organização promove o ANC em seus discursos e material escrito.

A UDF endossa a Carta da Liberdade, um documento de tendência socialista, aprovado pelo ANC e seus filiados num congresso popular em 1955. A

Carta, que fixa as metas básicas para uma futura África do Sul não-racial, se tornou cada vez mais popular com o passar dos anos. Ela é hoje a plataforma central em muitas concentrações de massa e sepultamentos de líderes negros, que vêm se repetindo nas favelas negras das principais cidades sul-africanas.

Para a maioria dos líderes da UDF, mudança significa nada mais nada menos do que o voto direto para cada cidadão, num estado unitário. Como o movimento é uma organização de frente, mais do que um partido politicamente unificado,

ele não antecipou o programa econômico que pretende ver implantado num país livre do racismo e da opressão branca. A UDF acredita que no momento é mais importante unificar as massas oprimidas numa luta frontal contra o *apartheid*, como passo inicial e essencial para a criação de uma sociedade multi-racial no país. A Frente rejeita as reformas de Botha porque entende que elas não

passam de uma tentativa de adaptar o *apartheid*, um sistema que a maioria dos negros sul-africanos quer destruir em vez de apenas mudar.

Existem especulações de que a UDF poderá vir a ser proscrita a exemplo do que já acontece com o ANC. Isto é, obviamente, uma possibilidade, mas o mais provável é que líderes do movimento sejam detidos ou assassinados por agentes do regime. Este processo aparentemente já começou a ser adotado diante do aumento do número das prisões de opositoristas do *apartheid* e do assassinato ou desaparecimento de pelo menos doze membros da UDF, apenas este ano.

Os outros atores políticos

Outros movimentos negros que também se opõem à política racista são a Organização Popular da Azânia (Azapo) e a organização Inkhata, formada basicamente por membros da etnia zulu e liderada pelo chefe Gatsha Buthelezi. Muito menor que a UDF, a Azapo distingue-se desta última pelo fato de que se opõe ao caráter não-racial. Enquanto a UDF aceita a participação de brancos que apoiem os objetivos da organização, a Azapo exclui os descendentes de europeus de



Chester Crocker (à esq.) é a ponte de Reagan com Botha (à dir.)

uma luta conjunta com os negros contra o *apartheid*. A filosofia política da Azapo se origina no movimento *Black Power* ("Poder Negro") dos Estados Unidos, na década de 60. O movimento aceita, porém, a participação de mulatos e indianos. Ele defende um papel majoritário para os negros num futuro regime unitário e propõe um Estado socialista baseado nos princípios do marxismo-leninismo. A Azapo, no entanto, não esclarece em detalhes o que entende por este sistema nas condições objetivas da África do Sul. Também não possui nenhum documento como a Carta da Liberdade para apresentar ao povo como alternativa para a estrutura racista atual.

O Inkhata, por seu lado, é considerado um movimento moderado pelo governo, sendo o seu líder, Buthelezi, uma das figuras mais controversas do país. Como chefe do bantustão Kwazulu, recebendo salários pagos pelo governo, ele é acusado pelo ANC, pela UDF e pela Azapo, de ser um aliado do regime. Buthelezi se opõe à luta armada promovida pelo ANC, condena a campanha organizada nos Estados Unidos contra investimentos na África do Sul, e também critica a imposição de sanções econômicas contra o *apartheid*. Sua posição nestas questões cruciais o coloca firmemente ao lado do governo branco.

Buthelezi recusa no entanto a idéia da independência dos bantustões e propõe a eliminação da segregação racial em todos os níveis. Mas ele está preparado para negociar com Pretória uma solução que fique aquém do papel majoritário para os negros, sugerindo em contrapartida uma divisão de poderes com os brancos, num sistema federativo. Caso a luta de libertação avance na África do Sul e Pretória seja obrigada a negociar, é muito provável que Buthelezi seja um dos trunfos da minoria branca. Ele tem bons contatos em Washington, Londres e Bonn.

Mas como líder de um grupo étnico e sem apoio nacional, qualquer acordo ou negociação envolvendo Buthelezi não somente fracassará na tentativa de acabar com o conflito racial, como também poderá provocar conflitos entre os quase seis milhões de zulus (embora nem todos eles apoiem a Inkhata) e outros grupos étnicos.

A liderança do ANC

Criado em 1912, o ANC é sem sombra de dúvida o porta-voz mais autêntico da luta de libertação na África do Sul. O apoio interno e externo dado ao Congresso Nacional Africano é atualmente o mais intenso da história do movimento. O seu dirigente Nelson Mandela, apesar de preso há 23 anos, é o líder indiscutível da maioria dos sul-africanos. Poucos acreditam, até mesmo em algumas capitais europeias, que uma solução para os conflitos na



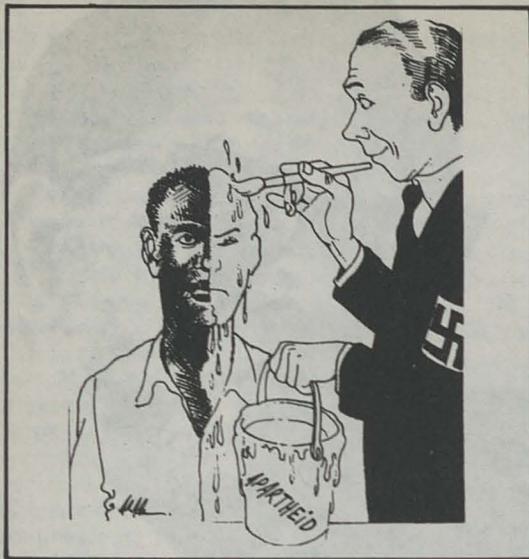
Oliver Tambo, presidente e líder máximo do ANC

África do Sul possa acontecer sem a libertação de Mandela e a participação dele em conversações com os brancos.

O ANC desenvolve a sua ação contra o *apartheid* combinando a luta armada com a ação clandestina nos guetos negros. Na ausência de bases de apoio em países vizinhos, o movimento chegou à conclusão de que o trabalho interno deve ser enfatizado, tornando os bairros negros (*townships*) ingovernáveis como passo prévio para uma insurreição popular.

Embora conversações privadas já tenham acontecido entre membros do ANC e do Partido Nacional, os contatos não foram oficiais. Os líderes do Congresso Nacional Africano afirmam que negociarão apenas numa posição de força. Mesmo reconhecendo que a luta contra o racismo avançou rapidamente nos últimos 12 meses, eles ainda não se sentem suficientemente fortes para que suas exigências sejam atendidas. A Carta da Liberdade continua sendo o eixo central das reivindicações do ANC, e nada aquém do desmantelamento completo do sistema do *apartheid*, bem como de um movimento irreversível em direção a um governo de maioria negra, levará o movimento à mesa das negociações.

No lado dos brancos, o principal partido de oposição ao racismo é o Partido Federal Progressista (PFP), que representa os interesses do grande empresariado (mas não todo) e que ainda é contro-



O trágico ritual de violência nos enterros

□ Vicent, oito anos de idade, decidiu por sua própria conta boicotar as aulas na sua escola administrada por brancos, no bairro negro de Tsakane, na província do Cabo. Naquela terça-feira, Vicent estava entre os que foram ao enterro do líder sindical negro Andries "Lasi" Radit-sela, morto pela polícia depois de ser preso em maio. Vicent já conhece as canções de luta dos negros sul-africanos, os gritos de guerra dos sindicatos e o ritual dos enterros das vítimas do *apartheid*. Ele é um dos milhares de meninos negros de Tsakane, que vivem em tempos de medo, gás lacrimogêneo, *hippos*, *casspirs*¹...e esperança. Aos oito anos, Vicent já tem a sua própria máscara contra gases feita por ele mesmo. Enquanto as pessoas vão para a igreja, junto com outros garotos, ele enche de água as latas colocadas em frente a cada casa do bairro e que são uma precaução contra os efeitos do gás.

Quando as latas já estavam cheias, mais de 20 mil moradores negros de Tsakane e líderes sindicais formavam uma compacta multidão em frente à igreja ocre e azul, com capacidade para apenas 300 pessoas. Bandeiras e cartazes sobre a unidade sindical entre os trabalhadores africanos aparecem em vários lados. Dentro da igreja começa um hino que logo em seguida é repetido pelos que es-

¹ Carros blindados da polícia.

lado em grande parte por sul-africanos de origem britânica. A maior e mais conhecida das grandes empresas deste setor é a gigantesca Anglo-American, uma das maiores companhias de mineração do mundo. O PFP defende uma divisão de poderes com a maioria negra num sistema federativo, dentro de uma proposta firmemente pró-capitalista, e é contra as sanções econômicas ao país. Mesmo apoiado por um número substancial de sul-africanos de origem inglesa, e de *afrikaaners* liberais, o partido tem poucas chances de vencer uma eleição geral. Mas se as reformas do *apartheid* avançarem, o Partido Federal Progressista pode vir a ter um papel importante numa eventual coalizão de brancos liberais e negros conservadores, para tentar atenuar o racismo e salvar o capitalismo na África do Sul.

Mas alguns brancos também fazem oposição ao regime de uma perspectiva de extrema-direita. São os adeptos do Partido Conservador, que dei-

tão fora. É um lamento negro, que começa baixo e devagar mas vai crescendo enquanto o mesmo estribilho é cantado sucessivamente. Em pouco tempo, o ritmo do hino está acelerado, o ódio aparece nos olhares, punhos se erguem na multidão, surgem gritos com os nomes de heróis negros presos ou mortos. As pessoas que estavam paradas começam a dançar no ritmo da música cada vez mais rápida, enquanto cartazes surgem acima das cabeças pedindo "Matem o *apartheid*, não os presos", ou "Expulsemos a polícia das *townships* (bairros negros)". Dois carros de assalto do tipo *Casspir* cruzam rapidamente o fim da Xhosa Street. As cabeças se voltam sincronizadamente, mas ninguém se move. A explosão parece iminente, mas os carros desaparecem deixando um rastro de poeira avermelhada no ar.

O sino da igreja começa a tocar, e as atenções voltam a se concentrar no pequeno templo metodista. O pastor fala num microfone, mas sua voz é inaudível para quem está do lado de fora. O canto diminui, mas não cessa. O silêncio só é feito quando o sino pára de tocar e na última badalada, aparece na porta o caixão de "Lasi" Radit-sela, 29 anos, membro da diretoria da Federação Sul-Africana de Sindicatos (Fosatu) e membro do sindicato dos trabalhadores químicos. Em cima do caixão envernizado há apenas uma flor branca. Quando o cortejo começa a se mover pela Xhosa Street, a multidão volta a cantar e passa a acompanhar o féretro num misto de corrida e dança. Os dois quilômetros que separam do pequeno cemitério negro nas encostas de uma colina são percorridos rapidamente, com muita gente olhando sempre para trás, de onde podem vir

xaram o Partido Nacional em 1980. Eles representam os *afrikaaners* tradicionais que ainda se apegam à velha escola da dominação branca e do *apartheid* em todos os níveis da sociedade. O principal apoio do Partido Conservador está nas áreas rurais, entre os fazendeiros brancos. Embora não tenha chances de vencer uma eleição geral, o partido é o principal obstáculo às reformas de Botha, por considerar que estas mudanças podem levar a uma integração racial, capaz de destruir em última análise os princípios do *apartheid*.

Os desdobramentos dos conflitos tornaram a crise sul-africana extremamente complexa, sem que seja possível muitas vezes fazer previsões. Mas se as pressões internas e externas aumentarem, como está acontecendo, é provável que o regime faça cada vez mais concessões. Neste processo não se pode eliminar a possibilidade de que o presidente P.W. Botha converse com Buthelezi e até mesmo com o bispo Desmond Tutu, que o governo consi-

dera um radical, mas que na realidade é um moderado. Tutu é politicamente inexperiente e comprometido com a não-violência. Por isso, pode ser tentado a entrar em conversações em torno de alguma divisão de poderes, sem que isto represente um governo de maioria. Respeitado por um amplo número de negros atualmente, o bispo permanecerá com alguma credibilidade, mesmo se entrar em negociações com o governo, antes da libertação de Nelson Mandela.

Para os negros sul-africanos, e inclusive alguns brancos liberais, o conflito racial no país somente poderá acabar com a legalização do ANC, com a libertação de Mandela e outros presos, com o retorno dos exilados e negociações para desmontar o *apartheid*, dando aos negros um papel preponderante nas decisões nacionais. Mas muita violência e um número ainda maior de vítimas ficarão pelo caminho, antes que o dia amanheça. (Govin Reddy - IPS)

os blindados da polícia. Jornalistas brancos se movem no meio da massa sem serem hostilizados. Uma pergunta é repetida várias vezes a fotógrafos e repórteres: por que eles nos odeiam tanto?

O sepultamento é rápido e silencioso. Quando o pastor diz a última frase da encomendação do corpo e o caixão já está coberto de terra, a multidão fica subitamente elétrica. A tensão no ar é enorme. Pouca gente se move. Todo mundo já sabe que este é o momento crítico. É a hora do ataque. E como vem acontecendo em quase todos os enterros de negros registrados desde novembro, os *hippos* e *casspirs* aparecem sinistramente em cada esquina da Ndabezitha Street, cheios de policiais com armas apontadas para a multidão. O comandante branco grita e os veículos avançam para dentro da massa tentando dispersá-la. Alguns correm, uma pedra é jogada contra os policiais e em fração de segundos a rua se transforma num *front* de guerra. A poeira não permite ver direito o que acontece. Os cães da polícia latem e correm atrás de mulheres e crianças. Os gritos se somam aos tiros e explosões de gás. A nuvem branca das bombas se mistura com a poeira avermelhada da terra. É o inferno. Os moradores negros de Tsakane queimam jornais perto do rosto para diminuir o efeito do gás. Mulheres choram impotentes. As crianças fogem apavoradas enquanto os homens com ódio jogam contra os blindados tudo que encontram ao alcance da mão. É uma batalha desigual. Ela dura 15 ou 20 minutos. Logo depois a multidão se dispersa. Ficam mulheres arrastando feridos. Dois jovens procuram se afastar com o rosto ensanguentado. Um homem caído ao lado de um poste tenta se levantar

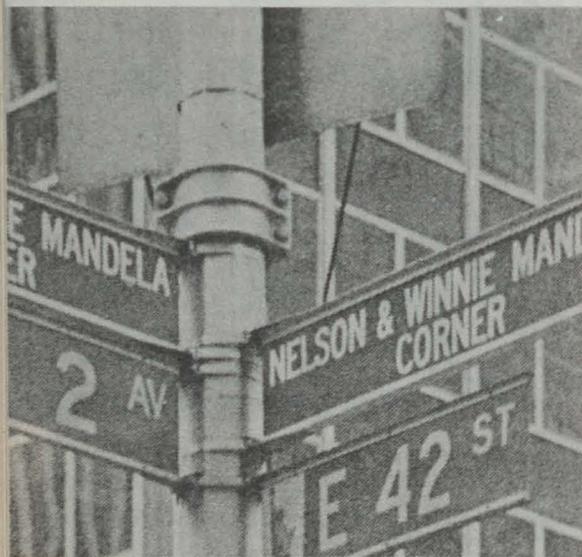


"O sepultamento é rápido... quando o caixão está coberto de terra, a multidão fica elétrica... é a hora do ataque... os "hippos" e "casspirs" avançam... as mulheres choram impotentes... quando a poeira sobe, há novos corpos no chão"

tar mas não consegue. Tem as duas pernas quebradas. Grupos de socorro ajudam os feridos leves. Quando o movimento diminui mais ainda, ficam na rua apenas três grupos de pessoas que olham para o chão chorando. São três corpos caídos no pó. Um homem, uma mulher e um adolescente. Eles terão enterros quase iguais ao que acaba de acontecer, e que terminarão possivelmente da mesma maneira. Com novas vítimas a alimentar uma batalha racial cujo *front* sinistramente é quase sempre as vizinhanças de algum cemitério. (Condensado de reportagens publicadas nos dias 18 e 19 de maio no jornal sul-africano "Star")

O cerco internacional

Na interseção da Segunda Avenida com a rua 42, em pleno coração de Manhattan, surgiu um dos símbolos mais recentes da pressão internacional contra o regime racista sul-africano. É a esquina Nelson e Winnie Mandela, batizada oficialmente com placa e tudo pela prefeitura de Nova Iorque, quase na entrada da Universidade Duke. O nome do mais importante líder negro sul-africano e de sua mulher entraram para a geografia de Manhattan no auge de uma campanha iniciada em novembro do ano passado para forçar a administração Reagan a adotar sanções cada vez mais duras contra o governo minoritário e racista de Pretória.



A campanha "África do Sul Livre" ganhou uma repercussão muito acima do esperado nos seus primeiros nove meses de existência. Os protestos organizados em frente à embaixada sul-africana em Washington se tornaram diários e foram incorporados à rotina da capital norte-americana. Uma rotina quebrada apenas com as sucessivas prisões de personalidades como a filha do ex-presidente Carter, do cantor Stevie Wonder, do pastor Jesse Jackson, do bispo John Walker, do senador Lowel Weicker, além do deputado Charles Heyes.

Em maio, o "África do Sul Livre" já tinha representações em 30 cidades norte-americanas onde

90 - terceiro mundo

protestos idênticos foram organizados com o objetivo de obrigar as autoridades a usar todo o tipo de pressão possível sobre o *apartheid* sul-africano. O comitê de direção do movimento inclui desde a organização *TransAfrica* (o mais poderoso *lobby* parlamentar a favor dos negros no Congresso dos EUA), até grupos como a Associação Nacional de Negros (NAACP), a Liga Urbana, sindicatos, igrejas, entidades estudantis e de direitos civis. Até agora, a polícia de Washington já prendeu mais de mil ativistas norte-americanos que se recusaram a abandonar o bloqueio à entrada da embaixada sul-africana.

A ampla cobertura da imprensa e a posição dos envolvidos no protesto da capital norte-americana fizeram com que a questão do *apartheid* rapidamente se transformasse num tema de discussões não só nas demais cidades dos Estados Unidos como no Canadá, Europa e Austrália. A repercussão do movimento foi imediata e crescente. O próprio presidente Reagan começou a levar a sério as manifestações do "África do Sul Livre" (*Free South Africa*), a ponto dos principais porta-vozes do Departamento de Estado terem começado a usar uma linguagem mais crítica em relação ao governo sul-africano, sem no entanto romper com a política oficial chamada de "engajamento construtivo". A Casa Branca revelou ter sentido também os efeitos do aumento das pressões dentro do Congresso norte-americano a favor de um endurecimento contra a África do Sul.

O desinvestimento

Em julho, o Senado dos EUA aprovou uma lei proibindo novos empréstimos bancários ao regime de Botha, ao mesmo tempo em que veta a venda de equipamentos nucleares, computadores e equipamentos eletrônicos. A lei pede também que as empresas norte-americanas com mais de 25 empregados na África do Sul dêem aos funcionários negros o mesmo tratamento dado aos brancos. Caso essas disposições não provoquem nenhuma alteração das leis do racismo, dentro dos próximos 18 meses, os senadores norte-americanos ameaçam um bloqueio total dos investimentos na África do Sul. Semanas antes a Câmara de Representantes havia aprovado uma moção ainda mais dura do que a do Senado. As duas Casas chegaram depois a um compromisso para levar até o presidente Reagan um projeto mais brando, capaz de evitar o prometido veto da Casa Branca.

A nível popular, a resposta foi mais imediata nos Estados Unidos. Em Boston, manifestantes obrigaram a firma *Deak-Perera* a interromper a venda de moedas de ouro *krugerrand*, sul-africanas, o mesmo acontecendo na Filadélfia e em Missouri. Nas universidades, os estudantes da costa leste e da

costa oeste estabeleceram uma rede comum via computador para trocar informações sobre a mobilização contra o *apartheid* e contra a ação das firmas norte-americanas na África do Sul. Na Universidade de Columbia começou em maio uma luta para que o estabelecimento retire 32,5 milhões de dólares investidos na bolsa de valores sul-africana. Na Califórnia, é cada vez maior a pressão estudantil para que a Universidade de Berkeley suspenda aplicações no valor de 1,7 bilhão de dólares em fundos sul-africanos. Em New Hampshire e Iowa dois colégios do segundo grau anunciaram que venderão todos os títulos que possuem em firmas norte-americanas envolvidas em transações financeiras com o *apartheid*. No total, cerca de 40 escolas em todos os Estados Unidos já retiraram cerca de 175 milhões de dólares em investimentos na África do Sul. O mesmo já aconteceu com as universidades de Nova Iorque, Washington e Evergreen.

A nível sindical a campanha nos Estados Unidos contra o racismo também deu um salto nos últimos seis meses. Além da pressão para que as empresas transnacionais dêem aos trabalhadores negros os mesmos direitos dos brancos na África do Sul, os sindicatos norte-americanos iniciaram uma série de reuniões com seus colegas sul-africanos. Os trabalhadores da *Ford Motor Co.* já têm contatos frequentes com o sindicato da fábrica em Port Elizabeth, que recentemente foi semiparalisada pela matriz norte-americana. Os funcionários da *Tidwell Industries* em Alabáma estabeleceram uma frente comum com empregados da mesma empresa na fábrica de Kwazulu, um dos bantustões sul-africanos. Em Nova Iorque, um grupo de 20 sindicatos conseguiu que várias lojas de departamentos deixassem de vender produtos fabricados na África do Sul.

A posição da igreja

Desde 1979, os empregados da indústria automobilística *Chrysler* têm o direito de vetar investimentos da companhia em fundos sul-africanos, exemplo seguido no ano passado pelo sindicato da *General Motors*. O esforço para aumentar o bloqueio financeiro contra a África do Sul foi seguido também pela igreja dos Estados Unidos. O Centro Ecumênico por Empresas Responsáveis (*Interfaith Center for Corporate Responsibility - ICCR*) anunciou em maio uma lista de 12 empresas, entre elas a *Burroughs*, *Chevron*, *Citicorp*, *Ford*, *General Electric*, *IBM*, *Mobil* e *Texaco*, que não receberão mais fundos religiosos. A ICCR administra um total de 10 bilhões de dólares aplicados por igrejas e organizações religiosas em empresas norte-americanas.

A igreja presbiteriana já aprovou a posição do ICCR em junho, numa atitude que deve ser segui-



Os protestos de norte-americanos contra o "apartheid" já se tornaram uma rotina em Washington desde 1984

da também pela igreja católica, pela metodista e luterana. No terreno político, o Conselho Nacional das Igrejas dos Estados Unidos organizou em maio um protesto de quatro dias em frente à embaixada sul-africana em Washington. Durante a manifestação, da qual participaram bispos batistas, presbiterianos, ortodoxos e judeus, foram presos mais de 24 dirigentes religiosos. Vários bispos também têm se mostrado ativos nos corredores do Congresso norte-americano onde pressionam senadores e deputados.

Vinte e cinco prefeituras de cidades norte-americanas já retiraram fundos municipais aplicados em empresas que negociam com a África do Sul. Seis estados já adotaram legislação idêntica e em 28 outros a questão está em debate nas assembleias estaduais. Os governos de Nova Iorque e Newark foram os que adotaram leis mais duras, proibindo qualquer compra de bens ou títulos sul-africanos. Outros colocaram em prática moções mais brandas, algumas das quais só prevêm sanções a longo prazo. Mas nos meios políticos norte-americanos existe a certeza de que a tendência é de aumentar o número de restrições a negócios com o *apartheid* por causa da pressão popular e sindical.

Todo o esforço está concentrado em diminuir a participação de empresas e do governo norte-americano na economia sul-africana para tentar mi-

nar as bases do racismo. De acordo com o *Investor Responsibility Research Center* (IRRC) de Washington, existem atualmente 280 firmas norte-americanas instaladas na África do Sul e Namíbia com um total de 380 subsidiárias. Os investimentos diretos norte-americanos alcançavam dois bilhões de dólares no final de 84, 600 milhões de dólares a menos do que em dezembro de 83. Os empréstimos de bancos dos EUA ao *apartheid* totalizavam em 84, 4,7 bilhões de dólares e a participação de interesses privados norte-americanos em minas sul-africanas chegou, também segundo o IRRC, a 6,5 bilhões de dólares. A posição norte-americana só é ultrapassada pela da Inglaterra, o maior investidor estrangeiro na África do Sul, enquanto a Alemanha Ocidental fica no terceiro lugar, logo abaixo dos EUA.



Os investimentos norte-americanos na África do Sul atingiram no ano passado 2 bilhões de dólares

O envolvimento das transnacionais

As estatísticas mostram que desde 1982 até 1984, 45 empresas norte-americanas se retiraram da África do Sul, enquanto 11 outras iniciaram negócios com o *apartheid*. Duzentas e quarenta e sete empresas dos EUA empregam nas subsidiárias sul-africanas um total de 114 mil trabalhadores, 37% dos quais são negros. O setor onde o envolvimento norte-americano é mais crucial é o dos combustíveis. A África do Sul tem quatro grandes refinarias, das quais duas são norte-americanas (*Caltex* e *Mobil*) enquanto as restantes são uma da *Shell* e outra do governo. Como o país não tem recursos petrolíferos e importa todo o combustível que consome, há um enorme interesse em explorar campos na plataforma continental da África do Sul. A *Mobil* está envolvida no projeto de exploração do campo de Kudu, no oceano Índico. A firma

Fluor está ligada à manutenção de equipamentos nucleares e da estratégica refinaria de combustíveis a partir do carvão, de propriedade da *Sasol* (*South African Coal, Oil and Gas Corp.*).

Mais de 40% dos computadores instalados na África do Sul foram fornecidos pela transnacional *IBM*. Outra empresa de equipamentos eletrônicos, a *Burroughs*, tem 30% dos seus lucros no *apartheid* ligados a contratos com o governo racista, enquanto a *Control Data* forneceu os computadores para o Escritório de Energia Atômica do governo sul-africano. A maior firma norte-americana no país é a *Ford*, com três mil empregados em três fábricas. Mas a empresa já começou a reduzir seus investimentos, numa tendência seguida também pela *Chrysler*, que há dois anos vendeu 25% dos seus bens na África do Sul.

No setor financeiro, os bancos norte-americanos detêm um total de 4,5 bilhões de dólares da dívida externa global da África do Sul, calculada em 15 bilhões de dólares em dezembro de 84 pelo BIS (Banco Internacional de Compensações — com sede na Suíça). Os bancos ingleses detêm a grande maioria dos créditos externos do *apartheid*, além de dominarem o setor nas operações dentro do território sul-africano. A campanha de desinvestimento levou o *Citibank* a eliminar o fornecimento de novos créditos em março deste ano. Um mês antes, o Banco da Carolina do Norte havia tomado posição idêntica, e em abril o *Morgan* paralisou a concessão de empréstimos para a África do Sul. Outros bancos norte-americanos que também adotaram medidas restritivas em relação ao *apartheid*, pressionados pela opinião pública norte-americana, foram o Banco de Boston, o *Chemical Bank*, o *Wells Fargo*, *Hanover* e *Security Pacific*.

Se a pressão já era grande em junho, ela aumentou ainda mais em julho depois da decretação do estado de emergência em 36 distritos sul-africanos e do discurso do presidente Botha em agosto, rechaçando reformas profundas no *apartheid*. Todos os países da Comunidade Econômica Européia, com destaque especial para a França, começaram a reduzir os laços econômicos e diplomáticos com a África do Sul. Na Austrália também surgiram movimentos contrários a relações econômicas com o *apartheid*, enquanto nas Nações Unidas, o Conselho de Segurança condenou duas vezes seguidas o racismo sul-africano em menos de dois meses.

A pressão deve agora aumentar na Inglaterra, que tem 14 bilhões de dólares investidos na África do Sul. Delegados de conselhos municipais britânicos estavam entre os 700 prefeitos de 26 países do mundo que no final de agosto em Washington decidiram numa Conferência Internacional promover atos legislativos destinados a cortar qualquer envolvimento econômico com a África do Sul. (*Extraído de "Africa News"*)

A religião e o *apartheid*



Religiosos brancos e negros uniram-se dentro das igrejas na luta contra a discriminação racial



Nos últimos anos, as igrejas entraram em choque aberto com o racismo e passaram a ter um papel cada vez mais claro na luta contra o governo minoritário

A partir de 1983, um número cada vez maior de líderes religiosos das mais diversas igrejas sul-africanas passou a integrar o amplo conjunto daqueles que se opõem ao racismo e ao governo branco. Já não se tratava mais de pedir nos templos a mudança de leis consideradas anti-cristãs, mas exigir nas ruas a substituição do próprio governo. O relatório que publicamos abaixo foi preparado por religiosos ligados ao movimento ecumênico sul-africano.

Ao falar de Igreja, precisamos reconhecer que esta palavra tem pelo menos duas conotações: a) A Igreja instituição, que se estrutura dentro da sociedade na qual se encontra; quanto mais institucionalizada for, mais ela estará adaptada, vinculada ao sistema vigente: será proprietária de escolas, prédios, fará investimentos, etc..

b) Mas Igreja significa também, e sobretudo, o povo que tem fé e que, em união com seus pastores, procura dar uma resposta à Palavra de Deus, tenta ser fiel individual e coletivamente a Deus, a esse Deus que procura o homem, e que tem um projeto para o homem.

Na África do Sul existem várias Igrejas-instituição: em primeiro lugar situa-se a Igreja Holandesa Reformada, que assumiu historicamente o papel de sustentação do regime de *apartheid*, inclusive do ponto de vista teológico. É bom notar que essa Igreja foi expulsa do Conselho Mundial das Igrejas Holandesas Reformadas, como herética. As alas não-brancas dessa mesma Igreja romperam com essa postura.

As outras grandes Igrejas cristãs: Anglicana, Metodista, Batista, Católica, etc. sempre fizeram uma análise teológica condenando o sistema de *apar-*

theid, por ser pecador. No entanto, na prática elas se estruturaram dentro do sistema e, assim, aceitam as regras do jogo e participam dos benefícios do sistema. Essa situação as predispõe agora a estarem abertas para um diálogo com ele, porque a queda do regime poderia acarretar sua própria destruição, como instituição.

Obviamente, tudo isso não se articula de modo claro, consciente, ou mesmo maquiavélico; é simplesmente o que ocorre na realidade.

Embora tenham sempre tido uma clara posição anti-*apartheid*, a dificuldade das Igrejas está em como passar da clareza teórica, da ortodoxia, para uma prática consequente, ou ortopráxis. É nesse nível que se situam os conflitos de convivência dentro da instituição, com líderes e grupos que tentam ter essa ortopráxis.

Um exemplo dessa dificuldade é o texto aprovado pelo Conselho Sul-Africano das Igrejas, para um dia de oração pela queda do regime, mas que na verdade foi aprovado mais pelos negros e pelos que têm trabalho de base, do que pelos brancos e pelos que não têm contato com o povo. Estes últimos reclamam que o texto tem limitações teológicas, o que talvez seja verdade, só que a grande limitação realmente seria o fato de que, embora diga claramente que é preciso mudar o regime, nem uma vez se diz o quê, e como fazer para que as mudanças ocorram.

Diz o texto:

“Temos rezado continuamente pelas autoridades, para que governem com sabedoria e justiça. Agora, neste momento de crise, em solidariedade com aqueles que mais sofrem, rezamos para que Deus em Sua bondade afaste de Seu povo as estruturas de tirania e opressão e os atuais governantes do país, que se recusam persistentemente a ouvir o clamor por justiça, que repete a Palavra de Deus conforme é proclamada por Sua Igreja, tanto neste país como fora dele”. (Texto em inglês, pág. 3: *The Church in South Africa: “We have continually prayed for”... “both within this land and beyond”*).

Grupos que lutam contra o sistema

O grande conflito se localiza entre as pessoas

que pregam a moderação e ficam “em cima do muro”, julgando as ações dos outros e encontrando defeitos, e alguns líderes e grupos, impacientes por traduzir a clareza teológica quase secular, e que culmina no texto citado, em ações concretas.

Existem, assim, organizações que se colocam a serviço do povo, que estão envolvidas na desobediência às leis do *apartheid*, como o serviço militar obrigatório, a remoção de pessoas de uma área para outra. Sua resistência se faz na linha da não-violência: por exemplo, deitam-se no chão diante das máquinas que vão arrasar o acampamento de pessoas que invadiram uma área.

O movimento de objeção de consciência ao serviço militar nasceu de um pequeno grupo de 4 ou 5 cristãos que foram presos por se recusarem a prestar esse serviço — porque o exército luta contra o povo, dentro e fora do país — e agora é uma campanha nacional com milhares de adeptos. Esse movimento teve a capacidade de dividir o bloco branco, pois



Os desertores de guerra recusam-se a cumprir o serviço militar no exército racista por discordarem do “apartheid”

muitos jovens que normalmente não se envolveriam em ações contra o *apartheid* se recusam a prestar o serviço militar que os levaria a lutar contra e matar muitos negros.

Há grupos como a Organização da Igreja Anglicana pela Responsabilidade Social (*Board for Social Responsibility*), o Instituto de Teologia Contextual e o Conselho das Igrejas da Província Ocidental, envolvidos na luta pela justiça.

As dificuldades que sofrem esses grupos surgem também do fato de que as Igrejas, como instituições, não trabalham com a questão “classe” (conflito de interesses econômicos), e por tradição acreditam que é seu dever pastorear a todos igualmente. Por isso, ao tomar uma posição, procuram levar em conta as opiniões de todo mundo, para não afastar ninguém, o que as leva a tomar muito cuidado com o conservador que tem interesse em manter o sistema. Por exemplo, o texto de Isaías que descreve a paz em termos de o lobo conviver com o cordeiro é muito citado. Só que tradicionalmente não se dá atenção à segunda parte, que diz que isso só será possível se o leão aprender a comer palha como o boi: uma mudança estrutural. “Então o lobo morará com o cordeiro, e o leopardo se deitará com o cabrito. O bezerro, o leãozinho e o



gordo novilho andarão juntos e um menino pequeno os guiará. A vaca e o urso pastarão juntos, juntas se deitarão as suas crias. O leão se alimentará de forragem como o boi” (Is. 11,6-7).

Problemas internos das Igrejas

Mesmo sendo multi-raciais, essas Igrejas são instituições brancas no seu modelo de formação, educação, etc.. Daí a perplexidade de muitas pessoas: um africano pode ser membro dessas Igrejas sem trair o seu povo? Será que as grandes Igrejas cristãs têm a possibilidade de se tornarem realmente libertadoras? E quem já está dentro da Igreja, pode continuar? Ficando, não estará, tacitamente ao menos, concordando com o sistema?

Outro problema é que as Igrejas são muito hierarquizadas; por isso têm dificuldade em se tornarem um espaço de conscientização e de mobilização para as bases e é por essa razão que surgem líderes que de modo individual e pessoal assumem a luta. Surgem figuras como Desmond Tutu, que têm obviamente um grande valor. Mas existe um perigo real em uma liderança religiosa que decide o que deve ser feito, em nome do povo.

Outra dificuldade a ser enfrentada é o desconhecimento da Bíblia, que não é muito citada nas reuniões das comunidades. Um dos motivos é o fato de a Bíblia ser usada pela Igreja Holandesa Reformada para justificar o sistema, tornando-se assim o livro do inimigo, do opressor. Outro motivo é o fato de que, como a maioria dos cristãos é protestante, a leitura da Bíblia é feita tradicionalmente de modo individual, o que leva as pessoas a uma leitura intimista, que desassocia a fé da vida social, da vida coletiva. Toda essa problemática im-



O aumento do número de negros mortos em manifestações levou o bispo Tutu, a admitir que os jovens sul-africanos já não aceitam posições moderadas

pede o povo de ver a ligação entre fé e libertação, que deveria ser o fundamento da sua luta. (...)

Há figuras impressionantes como D. Denis Hurley, presidente da Conferência Episcopal Católica Sul-Africana, como o reverendo Allan Boesak, presidente do Conselho Mundial das Igrejas Reformadas, como o reverendo Frank Chicane, secretário-geral do Instituto de Teologia Contextual, como o padre Albert Nolan, teólogo dominicano, membro do Instituto de Teologia Contextual, entre outros.

É impossível desconhecer sua luta pela justiça, seu compromisso com os pobres, e seu sofrimento por ter abraçado a causa de Cristo. No entanto, a Igreja como instituição ainda não mobilizou o povo, como ocorreu na América Latina. O maior desafio que enfrenta é assumir seu papel de fermento, de sal, servindo o povo em sua busca secular de Justiça e de Paz. ●

EI, ANGOLA - ASSINE AQUI E NÓS
PARAMOS DE INVADIR O SEU
TERRITÓRIO



EI, MOÇAMBIQUE - ASSINE AQUI E
NÓS PARAMOS DE BOMBARDEAR A
SUA CAPITAL



EI, EUROPA E AMÉRICA - VEJAM ISTO!



OH, ISTO É
ÓTIMO!

SIM, ELE ESTÁ
APRENDENDO
A CONVIVER COM OS
SEUS VIZINHOS



Angola, terra da liberdade.



Saída de Luanda:
• sábados às 15 h
Saída do Rio de Janeiro:
• domingos às 10 h
Telefone (RIO): 262-8110



TAAG

LINHAS AÉREAS DE ANGOLA
A Serviço da Reconstrução Nacional

A LIBERTAÇÃO
E A PROSPERIDADE
DAS NAÇÕES EMERGENTES
SERÃO O FRUTO DE NOSSA UNIÃO



Desenho de Alex Simon Lago - 11 anos

Colônia de Férias / CEP - 85 - Apoio: Banerj

BANERJ

BANCO DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO S.A.

APOIANDO A UNIÃO
FRATERNAL DOS POVOS